Entrevista
Marina Silva defende Autoridade Climática na formulação, fiscalização e punição, sob a pasta do Meio Ambiente A18



Liderança
Em negócios baseados na figura do empreendedor, o dano reputacional tende a ser maior, caso da G4 Educação B6



Investimentos
Uma eventual vitória dos republicanos à Casa Branca e no Congresso poderá favorecer emergentes, diz Gattiker, do Julius Baer C 2

Sábado, domingo e segunda-feira, 21, 22 e 23 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6093 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Fundos imobiliários crescem e atraem novos perfis

Investimentos Setor já atinge um patrimônio de R$ 188 bi, aumento de mais de R$ 30 bi em um ano

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A combinação de investimento em imóveis com o pagamento regular de dividendos, somada à isenção de Imposto de Renda (IR), foi infalível para tornar os fundos imobiliários (FIIs) um "hit" entre pessoas físicas no Brasil, fato que levou essa indústria ao crescimento independentemente dos juros mais altos.

O setor já atinge patrimônio de R$ 188 bilhões, aumento de mais de R$ 30 bilhões em um ano. Com mais liquidez no mercado, o segmento passou a atrair personagens antes distantes, como fundos de pensão e investidores estrangeiros.

Em número de investidores, a indústria também não para de crescer: hoje são 2,75 milhões de cotistas pessoas físicas, quatro vezes mais do que há cinco anos, quando correspondia a 640 mil. Um único fundo, o Maxi Renda, da XP, possui 1,3 milhão de cotistas, mais que o número de acionistas do Banco do Brasil — maior empresa listada em quantidade de investidores pessoas físicas na B3.

Se na bolsa brasileira o sino de aberturas de capital de empresas não toca há três anos, o salão da B3 recebe quase três vezes por semana cerimônias de ofertas de fundos imobiliários, entre IPOs (ofertas iniciais) e "follow-ons", que são as ofertas dos fundos já listados. Hoje há na B3 468 fundos — neste ano foram 65 novos produtos. Já são mais FIIs listados do que ações — a bolsa tem cerca de 445 empresas listadas.

"Esse mercado está bem aquecido e há uma constância de listagens de fundos imobiliários", afirma Thalita Forne, superintendente de produtos listados da B3.

O crescimento tem refletido também nos volumes de negociações. Se em 2019 o volume de transações diárias somava R$ 130 milhões, atualmente esse número alcançou R$ 330 milhões. Para ajudar a ampliar a liquidez, os fundos contam com a atuação de formadores de mercado, que são instituições financeiras que garantem que existe um mercado comprador e vendedor para os ativos. Na prática, o formador de mercado permite que um investidor possa vender suas cotas — sem ser penalizado no preço.

O especialista em fundos imobiliários Arthur Vieira afirma que o crescimento da indústria ocorre de forma mensal desde 2016. Com distribuição de proventos, o apelo ao investidor é grande, afirma. "E com isso a volatilidade dos fundos imobiliários é muito menor", diz. **Página C1**

Produtividade do trabalho perde ímpeto e mostra quedas

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O aumento de produtividade que a economia brasileira esboçou no ano passado continua a dar sinais de que foi pontual e muito dependente da agropecuária. Considerando-se as horas efetivamente trabalhadas, a produtividade caiu 0,3% no 2º trimestre, ante igual período 2023. Por outras métricas, a produtividade por hora habitualmente trabalhada caiu 0,1%, enquanto a produtividade por população ocupada subiu ligeiramente, 0,1%. "Houve surpresa positiva no primeiro e no segundo trimestres do ano passado, com as três medidas tendo aumento na faixa de 2,7% a 3,3%. Esse processo foi perdendo fôlego e, agora, está tudo em torno de zero", disse Fernando Veloso, do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). **Página A4**

Simplificar para crescer



DIVULGAÇÃO

Após a cisão de sua unidade de benefícios corporativos (vale-refeição), que se tornou independente, a Sodexo se concentra em serviços de alimentação e 'facilities'. "O mercado brasileiro continua bem fragmentado, podem surgir oportunidades de aquisições", disse a CEO global, Sophie Bellon, a Luciana Marinelli. Pág. B4

Indústrias de soja investem R$ 5,7 bilhões em fábricas

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O otimismo das indústrias da cadeia de soja com as perspectivas de crescimento da demanda no mercado interno tem multiplicado os investimentos em plantas industriais de processamento da oleaginosa no país. Nos próximos 12 meses, empresas do segmento investirão R$ 5,76 bilhões em ampliação de plantas industriais e construção de novas, de acordo com levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), ao qual o **Valor** teve acesso. O montante é 4% inferior ao dos 12 meses anteriores, que foi de R$ 6 bilhões, mas mais do que o dobro da média dos aportes que ocorreram entre 2020 e 2022. O aumento do uso de óleo de soja para a produção de biodiesel é uma das apostas das indústrias. **Página B10**

Lula critica falta de vigor da ONU em Nova York

Daniela Chiaretti
De Nova York

Em sua primeira aparição pública em Nova York, na sede das Nações Unidas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso em que bateu na falta de vigor, atualidade e relevância da ONU e suas instituições. À exceção do chanceler alemão, Olaf Scholz, nenhum líder de países ricos estava na plateia. Scholz estava no evento porque Alemanha e Namíbia foram os países que coordenaram o Pacto para o Futuro, documento que fala na crise do clima, da necessidade de desarmamento e a urgência pela reforma da ONU. **Páginas A3 e A15**

Imigração desafia candidatos em Boa Vista

Raphael Di Cunto
De Boa Vista

A chegada de milhares de venezuelanos que fogem da crise econômica e da ditadura de Nicolás Maduro transformou Roraima, o Estado menos populoso do país, naquele em que a população mais cresce. Em Boa Vista, o cenário é desafiador: falta de vagas em creches, demora para atendimentos de saúde e aumento da população de rua — algo até então incomum em uma capital com ares de interior. Com isso, cresce a pressão para que os candidatos a prefeito ampliem os serviços públicos.

Autoridades locais indicam que são pelo menos 60 mil imigrantes morando na cidade, grande parte em situação precária, para uma população estimada em 470 mil.

A imigração esteve no centro da eleição de 2020, mas agora o debate está mais voltado aos investimentos na cidade e às alianças de cada grupo. Segundo as pesquisas, o prefeito Arthur Henrique (MDB) tem chance de vencer o pleito no 1º turno. Sua principal adversária, a deputada estadual Catarina Guerra (União), por ora tem a candidatura amparada por liminar, numa disputa interna no partido com o deputado federal Antônio Nicoletti. **Página A12**

Shows ao vivo devem arrecadar US$ 174 milhões

Natália Flach e Luana Dandara
De São Paulo

Eventos de música ao vivo vão continuar atraindo público e patrocinadores, apesar da desaceleração em relação a 2022 e 2023, quando o setor de entretenimento se recuperava das restrições impostas pela pandemia. A previsão para o Brasil é de crescimento de 4,8% na receita neste ano, para US$ 174 milhões, segundo a PwC, sendo que as marcas (patrocínios) devem representar 19,5% do total. No Rock in Rio, encerrado ontem, 85 marcas realizaram 130 ativações, com investimento de R$ 510 milhões. "No nosso caso, a receita entre investimentos das marcas e venda de ingressos é quase equivalente", diz Rodolfo Medina, presidente da Rock World. **Página B8**

Destaques

Tarcísio Motta
O candidato do Psol à Prefeitura do Rio, Tarcísio Motta, minimiza o baixo desempenho nas pesquisas eleitorais, afirma-se como uma candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e critica o prefeito Eduardo Paes (PSD), seu adversário na disputa: "É um bom cenógrafo". **A11**

PAC tem apenas 3,4% das emendas
Deputados e senadores destinaram só 3,4% das emendas parlamentares ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vitrine do governo Lula. Do R$ 1,7 bilhão destinado ao programa pelos congressistas, só R$ 855 milhões foram empenhados até agora. **A9**

SLB fecha contratos de US$ 1,1 bi
A fornecedora francesa de tecnologia SLB (antiga Schlumberger) assinou seis contratos com a Petrobras, no valor total de US$ 1,1 bilhão, para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços em atividades 'offshore' e 'onshore' no Brasil. **B5**

'É preciso correr atrás do que lhe interessa'



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Após desistir do sonho de ser jogador de futebol, Sergio Chaia estabeleceu a meta de tornar-se presidente de uma multinacional antes dos 40 anos — o que alcançou aos 37. Hoje CEO da Unico, ele é o convidado desta semana do podcast CBN Professional. Pág. B2

Indicadores

Ibovespa	20/set/24	-1,55 % R$ 53,8 bi
Selic (meta)	20/set/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	20/set/24	10,50% ao ano
Dólar comercial (BC)	20/set/24	5,4769/5,4775
Dólar comercial (mercado)	20/set/24	5,5202/5,5208
Dólar turismo (mercado)	20/set/24	5,5475/5,7275
Euro comercial (BC)	20/set/24	6,1111/6,1123
Euro comercial (mercado)	20/set/24	6,1613/6,1619
Euro turismo (mercado)	20/set/24	6,2301/6,4101



As mulheres começam a deixar homens para trás na economia
John Burn-Murdoch A17

Setor de óleo e gás é alavanca tecnológica para o Brasil
Suzana Kahn A17

Brasil

Copom evita mudanças abruptas nos juros



Alex Ribeiro

A julgar pela reação dos mercados no dia seguinte à sua última reunião, na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) fez a sua mais bem-sucedida comunicação desde abril, quando adotou um tom mais cauteloso.

A cotação do dólar caiu, houve redução na inflação implícita em títulos públicos e diminuiu a inclinação da curva de juros futuros. Na sexta, o dólar subiu, mas o que pesou foi a piora no ambiente internacional.

Apesar da reação positiva, houve alguns comentários de especialistas sobre uma certa dissonância entre a descrição do cenário inflacionário feita pelo comitê, claramente desfavorável, e a ação tímida na alta de juros. Afinal, se o Copom está tão preocupado com a inflação, por que subiu os juros em apenas 0,25 ponto percentual, em vez de um aperto mais forte de 0,5 ponto?

O Copom está em período de silêncio, e é preciso esperar pela ata da sua reunião, que sai nesta terça, para obter mais explicações. Mas não parece haver relutância em apertar o juro. O comitê, aparentemente, evita mudanças abruptas na política monetária, que só causam incertezas e adicionam prêmios de risco desnecessários nos juros. Também procura seguir a sinalização de política monetária feita anteriormente — que não é uma camisa de força, mas não deveria ser desrespeitada sem que a evolução concreta da economia se desviasse do cenário previsto.

Na reunião de julho, o Copom estava diante de uma situação bem parecida com a atual. Sua projeção de inflação, então em 3,2%, estava acima da meta, de 3%. O balanço de riscos para a inflação se deslocou para o lado mais negativo, numa zona dúbia em que não se podia mais afirmar categoricamente que os perigos altistas para a inflação se equiparavam com os baixistas. Havia, portanto, argumentos para iniciar já naquele encontro o ciclo de aperto monetário. A pergunta que surge agora foi feita em julho: por que não subiu a Selic?

Alguns acharam que o BC não agiu logo de cara porque queria esperar pela decisão do Fed (Federal Reserve, o BC americano). Outros, que precisava formar um consenso no comitê pelo aperto.

As declarações feitas depois pelo diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, eliminaram essas duas explicações. Ele minimizou o efeito que o Fed poderia ter em dispensar a necessidade de alta dos juros no Brasil. Também passou uma mensagem de unidade.

A explicação mais plausível é que o Copom queria preparar os espíritos para uma alta de juros, evitando um movimento abrupto. A aposta majoritária do mercado nas opções do Copom na B3 era pela manutenção de juros. A maioria esmagadora dos analistas econômicos não apenas previa, mas também recomendava que o Copom mantivesse os juros em 10,5% ao ano. Nada disso deveria dar muito conforto ao BC, já que as apostas na manutenção vinham combinadas com aumentos nas projeções de inflação, que iam se distanciando das metas. Mas, de qualquer forma, o mercado ainda não precificava o aperto.

A decisão do Copom foi não dar nenhuma sinalização firme para a taxa de juros. Apenas passou os dois caminhos possíveis de sua estratégia, a alta de juros ou sua manutenção. No dia seguinte ao comunicado, o mercado reagiu mal. Mas depois se recuperou, quando Galípolo explicou que o cenário precisava melhorar para que fosse dispensado um aperto.

Na semana passada, o comunicado do Copom foi bem parecido com o de julho. Embora a descrição do cenário parecesse justificar uma alta de 0,5 ponto, o movimento ficou circunscrito ao 0,25 ponto. Esse percentual já estava sinalizado como possível desde julho, e foi sacramentado quando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o ciclo seria gradual.

Agora, o Copom, a rigor, não se compromete com nada para as próximas reuniões. Mas passou sua avaliação de que o ciclo de aperto precisa ser maior do que esperado pelo mercado, por meio de suas projeções de inflação, balanço de riscos e reconhecimento de que a economia está sobreaquecida. Como o ciclo é maior, o mercado cogita um ritmo mais forte de alta da Selic.

Essa comunicação, que ainda precisa ser ratificada na ata do Copom, teve efeitos no mercado. Os juros futuros de curto prazo subiram, e esse é um dos canais mais importantes de transmissão da política monetária. As condições financeiras estão mais apertadas porque os participantes reviram a trajetória esperada da Selic.

Um movimento abrupto dos juros, não antecipado, teria deixado o mercado mais confuso sobre as intenções do BC, e no fim adicionaria mais prêmio de risco. Sempre que possível, o BC deve ser coerente com o que sinalizou.

Isso não quer dizer que o BC não deva surpreender nunca. Alguns analistas advogam o tratamento de choque. Um argumento a favor dessa abordagem é que os custos nos prêmios de riscos seriam mais do que compensados pelos ganhos de credibilidade, sobretudo quando o BC precisa muito reconstruir a sua reputação.

Mas, no fim das contas, a reputação só é ganha com a consistência da ação do Banco Central para cumprir as metas.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Relações externas Enquanto Brasil quer atrair mais visitantes, europeus reclamam de excesso nos mesmo locais

G20 quer turismo sustentável, mas discorda de conceito



Isadora Peron
De Belém

As queimadas que se alastram por diferentes biomas não são um fenômeno exclusivo do Brasil. O verão europeu bateu recordes de temperatura este ano. Na Ásia, um tufão atingiu três países no início do mês. Todos esses fenômenos estão relacionados às mudanças climáticas — e o tema dominou a pauta da reunião dos ministros do Turismo do G20.

Sustentabilidade foi a palavra mais falada durante o encontro, que aconteceu em Belém (PA), entre quinta-feira e o último sábado. Além de representantes das economias do grupo, o evento reuniu delegações de 24 nações.

De concreto, ao fim de três dias de debates e outras tantas reuniões técnicas realizadas desde o início do ano, o grupo assinou a "Declaração de Belém", um compromisso em busca de um turismo mais "sustentável, resiliente e inclusivo" em todo o mundo. O documento será entregue na reunião da cúpula de líderes do G20, em novembro, no Rio.

Anfitrião do encontro e natural do Pará, o ministro do Turismo, Celso Sabino, destacou em diversas oportunidades que não existia modo melhor de gerar oportunidades e renda para as pessoas do que através do turismo sustentável.

"Fizemos um belo trabalho, com muito esforço, capacidade técnica, cooperação e que entrega não só ao G20, mas também ao mundo, uma proposta de modelo de desenvolvimento econômico aliado ao turismo, que vai trazer mais oportunidades, mais cooperação, mais amizade e, sobretudo, mais sustentabilidade", disse no sábado, ao abrir a reunião setorial.

O desafio em discutir medidas conjuntas de um grupo tão heterogêneo, no entanto, começa pelo próprio conceito de sustentabilidade. A ideia de um turismo sustentável para um país como o Brasil, que trabalha para aumentar o número de visitantes, é muito diferente dos membros União Europeia, que têm registrado protestos contra o que chamam de "turismo excessivo".

RAIMUNDO PACCÓ



Celso Sabino: não há modo melhor de gerar oportunidades e renda para as pessoas que por meio do turismo sustentável

Esse também foi um dos temas tratados durante o encontro. Segundo o secretário de Estado de Turismo de Portugal, Pedro Machado, é preciso criar novos produtos turísticos e rotas alternativas para que as pessoas não viajem sempre para os mesmos lugares.

"Você precisa criar interesse para que os turistas possam procurar outras regiões, outros produtos, não os que sempre procuraram nos últimos 20 anos. Com o ecoturismo, o turismo literário, o turismo de religioso. Há muitas variáveis, de novos produtos turísticos, que ajudam a fazer essa distribuição", disse ao **Valor**.

Um termo novo que entrou no vocabulário do setor é "resiliência". A ideia é encontrar maneira de proteger o setor em tempos de crises — climáticas ou não. A mais recente — e traumática — delas foi a pandemia de covid-19, que afetou o setor de uma maneira sem precedentes.

Segundo Sabino, um centro para estudar o assunto vai ser instalado no Sul do país até o fim do ano. "É preciso que estejamos organizados para superar eventos como as enchentes, que ocorreram no Rio Grande do Sul, de forma mais célere. Superar eventos como os que estão acontecendo agora em relação às queimadas de forma mais rápida."

O porta-voz desse tema é o ministro do Turismo da Jamaica, Edmund Bartlett. O Brasil firmou uma parceria com o país caribenho, que todos os anos costuma sofrer com a temporada de furacões, para desenvolver novas ferramentas de resiliência. "Nós discutimos muito como manter as coisas dentro de uma normalidade. Mas o mundo não está mais normal. Então nós precisamos construir habilidades para lidar com essas anormalidades. Isso é resiliência", explicou Barlett ao **Valor**.

> "Você precisa criar interesse para que turistas possam procurar mais regiões"
> *Pedro Machado*

De acordo com ele, o setor do turismo precisa estar preparado para responder de forma mais rápida e forte possível a essas crises, cada vez mais constantes. "O que nós precisamos fazer é desenvolver conhecimento sobre essas disrupções e esses fenômenos globais, aprender como enfrentar esses problemas."

Durante a reunião ministerial, o momento mais delicado foram as críticas em relação à guerra da Rússia. A avaliação é que o conflito com a Ucrânia, que já se arrasta desde o início de 2022, afeta o fluxo de turistas mundial. Mesmo assim, todos os ministros de Turismo toparam participar da foto oficial do encontro, o que não ocorreu em outras reuniões setoriais do G20.

Entre os consensos do grupo está que o turismo é uma ferramenta que deve ser usada para combater a desigualdade e gerar emprego e renda. Hoje, o setor representa mais de 11% do PIB global. Este foi um dos pontos defendidos pelo secretário-geral da ONU Turismo, Zurab Pololikashvili, que também participou do encontro.

Ele destacou que o Brasil vai sediar o primeiro escritório da ONU Turismo nas Américas, no Rio de Janeiro. Para o secretário, a iniciativa vai criar um ambiente amigável para investimentos e trazer mais turistas para o país.

Na capital paraense, os ministros do Turismo de todo o mundo não ficaram apenas em salas fechadas, discutindo as diretrizes do futuro do setor. Na quinta-feira, Sabino levou o grupo para um passeio na Ilha do Combu, um dos principais pontos turísticos de Belém. Uma pesquisa interna da pasta apontou que era a primeira vez que a maioria deles pisava na floresta Amazônica.

Na "Declaração de Belém", eles defenderam a necessidade de mais investimentos em capital humano, abertura de linhas de financiamento para o setor e apoio aos micro e pequenos empresários, que dominam o segmento. "Também enfatizamos a necessidade de oportunidades de treinamento inclusivas, garantindo que jovens, mulheres, pessoas em situações de vulnerabilidade, comunidades locais e povos indígenas."

O relatório recomendou ainda que instituições financeiras e organizações internacionais forneçam linhas de financiamento em quatro áreas prioritárias: resiliência climática, desenvolvimento social, criação de novos produtos turísticos em comunidades locais e desenvolvimento de infraestrutura turística compartilhada.

Os líderes do setor também afirmaram que as micro e pequenas empresas "são essenciais para a resiliência econômica do turismo" e que o investimento nesse segmento é "fundamental para gerar empregos locais e promover o desenvolvimento social".

Um dos primeiros pontos da carta é a cobrança por "dados confiáveis, comparáveis e integrados" sobre o impacto do setor. O grupo destacou o novo marco estatístico para medir a sustentabilidade dos destinos, ferramenta criada pela ONU para orientar a tomada de decisões dos gestores da área.

"Ecoamos o apelo da Comissão de Estatística da ONU à comunidade internacional de doadores e aos países para apoiar e financiar a medição do turismo e sua sustentabilidade, levando em consideração as circunstâncias, necessidades e prioridades nacionais."

O projeto G20 no Brasil tem o governo do Estado do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS, apoio do BNDES e realização dos jornais **Valor** e "O Globo" e rádio CBN.

A jornalista viajou a convite do Ministério do Turismo

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Relações externas Em Nova York, presidente defende que estruturas de governança global precisam ser transformadas

Conselho de Segurança da ONU perdeu legitimidade, diz Lula

Daniela Chiaretti
De Nova York

“A Assembleia Geral perdeu sua vitalidade”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, neste domingo (22), durante a abertura da Cúpula do Futuro convocada pelo secretário-geral António Guterres.

“A legitimidade do Conselho de Segurança encolhe a cada vez que ele aplica duplos padrões ou se omite diante de atrocidades”, criticou o brasileiro.

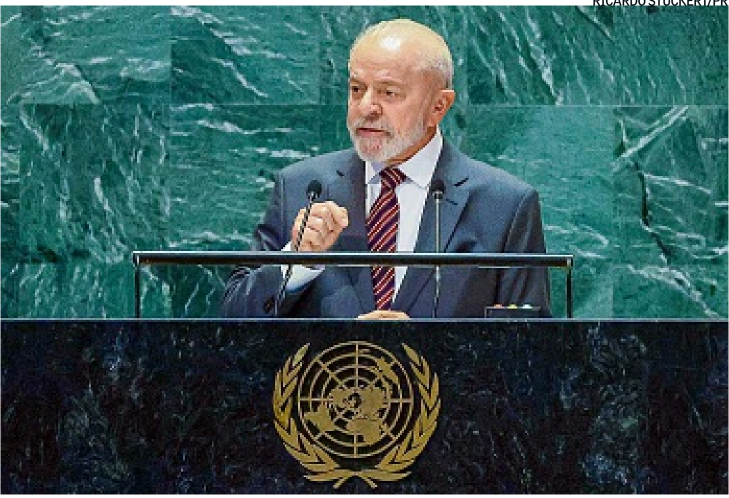
Lula, um dos primeiros líderes a falar em uma cúpula sem a presença de chefes de Estado de países ricos à exceção do chanceler alemão, Olaf Scholz, seguiu nas críticas: “A crise da governança global requer transformações estruturais”.

“A pandemia, os conflitos na Europa e no Oriente Médio, a corrida armamentista e a mudança do clima escancaram as limitações das instâncias multilaterais. A maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões”, seguiu .

O Brasil pede, há anos, mudanças na ONU, nas instituições multilaterais e na arquitetura do sistema financeiro internacional. Algumas dessas organizações foram criadas há quase 80 anos, no pós-Segunda Guerra Mundial, e não conseguem resolver os desafios globais do presente, muito menos do futuro.

A fala do presidente brasileiro seguiu nessa linha. “As instituições de Bretton Woods desconsideram as prioridades e as necessidades do mundo em desenvolvimento. O Sul Global não está representado de forma condizente com seu atual peso político, econômico e demográfico. A Carta da ONU não faz referência à promoção do desenvolvimento sustentável.”

RICARDO STUCKERT/PR



> “Maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões”
> *Lula*

Lula lembrou que há 20 anos, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convidou o Brasil e outros países a pensarem em “como revigorar o multilateralismo para fazer frente aos desafios do novo milênio”. A iniciativa rendeu a Comissão de Consolidação da Paz e o Conselho de Direitos Humanos, mas foi só.

“Temos duas grandes responsabilidades perante aqueles que nos sucederão. A primeira é nunca retroceder. Não podemos recuar na promoção da igualdade de gêneros nem na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Tampouco podemos voltar a conviver com ameaças nucleares”, listou Lula.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram “o maior empreendimento diplomático dos últimos anos e caminham para se tornarem nosso maior fracasso coletivo”, reforçou, lembrando que apenas 17% das metas da Agenda 2030 serão atingidas dentro do prazo, a continuar no ritmo atual.

O brasileiro lembrou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza que o Brasil, na presidência do G20, está lançando. “É inaceitável regredir a um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência. Naturalizar a fome de 733 milhões de pessoas seria vergonhoso.”

Lula também lembrou a crise climática global ao dizer que os níveis atuais de redução de emissões de gases do efeito estufa e financiamento climático são insuficientes. Disse que, em parceria com Guterres, o Brasil preparará a COP30, em Belém, no ao que vem criando “um balanço ético global, reunindo diversos setores da sociedade civil para pensar a ação climática sob o prisma da justiça, da equidade e da solidariedade.”

O documento da cúpula, chamado de O Pacto para o Futuro, “aponta a direção a seguir”, segundo Lula, assim como o Pacto Global Digital é “um ponto de partida para a governança digital”. “Todos esses avanços serão louváveis e significativos. Mas, ainda assim, nos faltam ambição e ousadia. Precisamos de coragem e vontade política para mudar, criando hoje o amanhã que queremos”.

As últimas frases do discurso do brasileiro não puderam ser ouvidas pela plateia. Ele excedeu os cinco minutos concedidos a cada líder, e seu microfone foi cortado.

Ver também página A15

Discurso passou longe dos ouvidos dos países ricos

Análise

Nova York

Em sua primeira aparição pública em Nova York, na sede das Nações Unidas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso em que bateu na falta de vigor, atualidade e relevância da ONU e suas instituições.

O maior problema do discurso não foram as palavras do brasileiro, coerentes com a visão que o governo tem levado às COPs e ao G20. O desastre estava na falta de líderes dos países ricos na plateia. À exceção do chanceler alemão, Olaf Scholz, ninguém foi.

Nenhum dos chefes de Estado dos cinco países com direito a veto no Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido) ouviu Lula dizer que “a legitimidade do Conselho de Segurança encolhe a cada vez que aplica duplos padrões ou se omite diante de atrocidades”.

Joe Biden, Xi Jinping, Vladimir Putin, Emmanuel Macron e Keir Starmer passaram a manhã de domingo longe das filas para entrar na sede da ONU.

Só o alemão, entre os líderes de países ricos, ouviu o brasileiro dizer que o financiamento climático é insuficiente, que naturalizar a fome de 733 milhões de pessoas é vergonhoso e que não se pode recuar na promoção de igualdade de gêneros, na luta contra o racismo e em outras formas de discriminação. Ou voltar a viver ameaçados pelas armas nucleares.

O evento foi convocado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, para estruturar o que seria o legado de sua gestão e a visão de futuro de que o mundo urgentemente precisa.

Guterres deve deixar o posto em dezembro de 2026. No ano que vem a ONU faz 80 anos.

O político português tem procurado dizer, a cada discurso, que a crise do clima está levando o mundo para o abismo. Outro dia, a jornalistas, reconheceu que as instituições da casa que preside foram desenhadas por nossos avôs e não têm a menor condição de solucionar os desafios assustadores que estarão na vida dos nossos filhos e netos.

O secretário-geral, infelizmente, tem toda razão. Scholz estava no evento porque Alemanha e Namíbia foram os países que coordenaram o Pacto para o Futuro e não havia outra saída.

O documento aprovado ontem é vago, não tem força de lei e, mesmo assim, foi aceito com tensões.

O texto que fala na crise do clima, na necessidade de desarmamento, na urgência pela reforma da ONU — ao lado de outros dois igualmente importantes, um deles focado na juventude e outro na necessidade de se criar algum tipo de regulação do mundo digital — é o melhor resultado possível quando se busca consenso entre quase 200 países.

Muito necessário, trata-se apenas uma declaração de boas intenções — nem tão boa assim porque a Rússia declarou não estar feliz com o texto. O Pacto para o Futuro tem promessas, verbos no futuro e não obriga os países a nada. O esvaziamento da plateia do Summit for the Future indica o que já se sabe — a espinha vertebral do regime multilateral está quebrada. O governo brasileiro (e muitos outros) defende o seu fortalecimento, atualidade, transparência e efetiva inclusão. Até porque o mundo não tem nada, de base democrática, para colocar no lugar. *(DC)*

Conjuntura Indicador tem nova desaceleração e sinaliza que alta de 2023 foi pontual, puxada pelo agro

Produtividade perde fôlego e recua no 2º tri

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O ganho de produtividade do trabalho que a economia brasileira esboçou em 2023 continua dando sinais de que foi pontual, muito dependente da agropecuária, e não se sustenta para 2024, em um comportamento que lembra o do biênio 2017-2018.

A produtividade que considera as horas efetivamente trabalhadas no país caiu 0,3% no segundo trimestre, ante período equivalente de 2023, quando havia subido 2,7%. Por essa base de comparação, no primeiro trimestre deste ano, a produtividade por hora efetiva cresceu 1,1%, mas esse já era o menor valor desde o último trimestre de 2022, quando ficou estagnada. Os dados, antecipados ao **Valor**, são do Observatório da Produtividade Regis Bonelli do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

As horas efetivamente trabalhadas podem incluir reduções por motivo de doença, feriado ou cortes de jornada, como os realizados em meio à crise da covid-19, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas.

Em outras métricas, a produtividade por hora habitualmente trabalhada caiu 0,1% no segundo trimestre de 2024, ante igual período de 2023, enquanto a produtividade por população ocupada subiu ligeiramente, 0,1%, pela mesma base de comparação.

"Houve surpresa positiva no primeiro e no segundo trimestre do ano passado, com as três medidas tendo aumento na faixa de 2,7% a 3,3%. Esse processo foi perdendo fôlego e, agora, está tudo em torno de zero", afirma Fernando Veloso, coordenador do observatório e responsável pelos cálculos junto com Silvia Matos, também coordenadora, e os pesquisadores do FGV Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti, Janaína Feijó e Ana Paula Ruhe.

A produtividade é calculada pela comparação do valor adicionado — variável próxima ao Produto Interno Bruto (PIB), mas que exclui impostos e subsídios — com os indicadores do fator trabalho (horas efetivamente trabalhadas, habitualmente trabalhadas e a população ocupada).

No segundo trimestre de 2024, o valor adicionado cresceu 3%, ante igual período de 2023. "Chama a atenção que ele não foi tão diferente, no agregado, do crescimento de 3,5% do segundo trimestre do ano passado. A grande diferença é a composição", diz Veloso. Ele se refere, sobretudo, ao valor adicionado da agropecuária, que cresceu quase 21% no segundo trimestre de 2023, mas, neste ano, caiu quase 3%.

As medidas do fator trabalho, por sua vez, têm acelerado desde o início de 2024. No segundo trimestre do ano, o total de horas efetivamente trabalhadas, o total de horas habitualmente trabalhadas e a população ocupada cresceram 3,3%, 3,1% e 3%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2023. Como, no geral, o trabalho cresceu acima do valor adicionado, a produtividade se mostrou mais negativa.

Nas séries dessazonalizadas, as medidas de produtividade até voltaram a crescer no segundo trimestre, após queda no primeiro. No período de abril a junho, a produtividade por hora efetiva subiu 0,3%, a por hora habitual avançou 0,7% e a por população ocupada cresceu 0,6%, na comparação com o primeiro trimestre de 2024.

Assim, todas as métricas de produtividade continuam acima do observado no quarto trimestre de 2019, antes do choque da pandemia, sendo que a por hora efetiva está 1,4% acima.

Comparando o comportamento da produtividade por hora efetiva com o que teria acontecido caso ela tivesse seguido sua tendência anterior ao choque da pandemia, porém, Veloso observa que, desde o ano passado, a produtividade praticamente não avançou.

"A tendência pré-pandemia era de queda, então alguma melhora aconteceu. O problema é que isso veio muito de um aumento no ano passado, que, depois, não foi sustentado. Não tem nenhuma dinâmica nova de crescimento, reforçando a percepção de que a alta foi algo mais temporário", afirma.

Medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção, a chamada produtividade total dos fatores (PTF) por hora efetiva recuou 1,4% no primeiro trimestre de 2024, ante igual período de 2023, e 0,4% em relação aos três meses imediatamente anteriores. Em relação ao nível pré-covid, a PTF está 5,4% abaixo.

"Minha grande preocupação é com a PTF, em fazer ela crescer, porque ainda não vimos uma retomada mais perene do total dos fatores", afirma Silvia Matos, que é também coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre.

Por setor, a desaceleração da produtividade da agropecuária continua em 2024, após expansões fortes de dois dígitos no ano passado. No segundo trimestre de 2024, a produtividade por hora efetiva da agropecuária subiu apenas 2,3%, ante igual período de 2023. A produtividade da indústria subiu 0,7%, menos do que os 2,5% de 2023, e a de serviços caiu 0,8%, ante alta de 0,7% no ano passado.

"Nos primeiros trimestres de 2023, os outros setores, indústria e até mesmo serviços, também tinham apresentado aumento da produtividade. Agora, piorou tudo, mas é claro que com no agro foi mais forte", afirma Veloso.

Os pesquisadores comparam o quadro atual ao de sete anos atrás. Em 2017, a produtividade por hora efetiva cresceu 2,1%, puxada pela agropecuária, que avançou 21%. Em 2018, por outro lado, a produtividade subiu apenas 0,5% e, em 2019, caiu 1,5%, com a agropecuária desacelerando para 2,1% e 0,2%, respectivamente. "O padrão lembra muito, inclusive dos setores. Tudo isso leva a gente a pensar que, até agora, o ganho foi algo realmente temporário", diz Veloso.

Em sentido contrário, o processo de formalização dos postos de trabalho observado recentemente pode apontar para a possibilidade de ganhos mais duradouros de produtividade à frente, na avaliação dos pesquisadores. Em julho de 2024, eles notam, as ocupações formais estavam 10,6% acima do período pré-pandemia, e as ocupações informais, 3,3% acima.

"Essa parece, realmente, ter sido uma mudança mais substancial. Apesar de a produtividade não indicar nenhuma nova dinâmica, no mercado de trabalho a recuperação é bem diferente", afirma Veloso. A queda da produtividade em 2019, por exemplo, foi associada ao aumento da informalidade, nota Veloso. "Eu esperaria que acontecesse o contrário agora, dado que é uma dinâmica mais formal, mas não apareceu ainda no dado de produtividade."

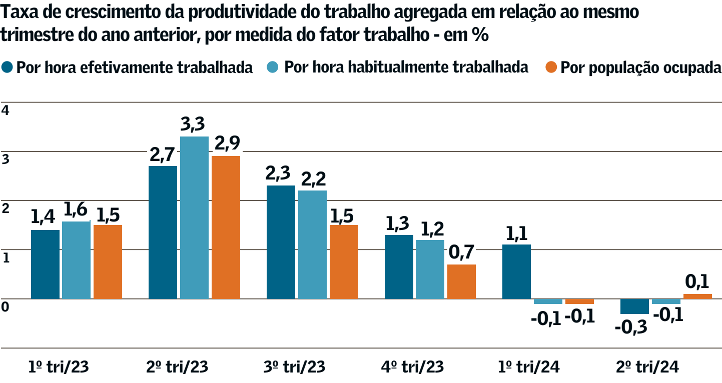
Além disso, os pesquisadores do FGV Ibre observam que estudos recentes mostram ganhos de produtividade por causa da reforma trabalhista e potenciais avanços com a reforma tributária em regulamentação (*leia mais ao lado*).

"Tem uma defasagem natural para essas mudanças chegarem à produtividade. Além disso, vários outros problemas podem estar 'mascarando', como a questão fiscal doméstica, que a gente não consegue resolver, e a taxa de juros alta", afirma Veloso, observando que o indicador de incerteza da FGV continua em nível alto.

Sem fôlego

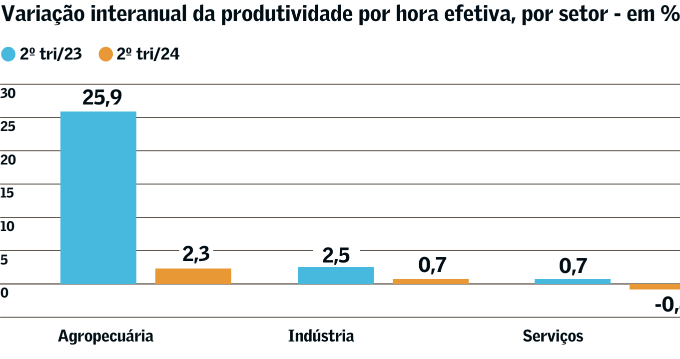
Produtividade dá sinais de que alta em 2023 foi pontual

Taxa de crescimento da produtividade do trabalho agregada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por medida do fator trabalho - em %

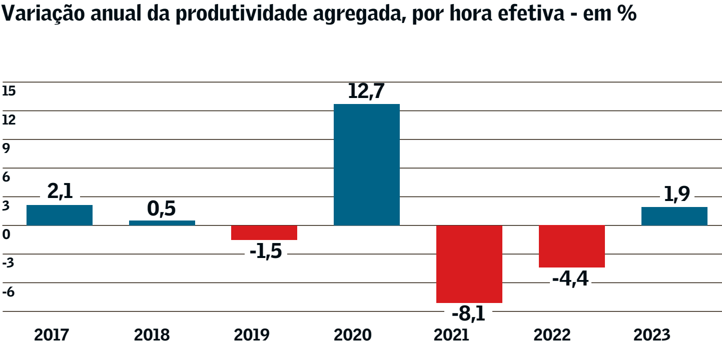


-1,4% foi a variação da Produtividade Total dos Fatores (PTF) por hora efetiva no 2º tri/24, ante igual período de 2023

Variação interanual da produtividade por hora efetiva, por setor - em %



Variação anual da produtividade agregada, por hora efetiva - em %



Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli. Elaboração FGV Ibre, com dados das Contas Nacionais Trimestrais, Sondagem da Indústria e da Pnad Contínua (IBGE)

LEO PINHEIRO/VALOR



Fernando Veloso: dado de produtividade ainda não mostra possível ganho com formalização do emprego

Reforma de 2017 elevou indicador, aponta FMI

De São Paulo

A queda nos processos trabalhistas, fruto da reforma de 2017, levou a um aumento de 5% na Produtividade Total dos Fatores (PTF) das firmas brasileiras. É o que aponta um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito do relatório anual da entidade sobre a economia do país, a consulta do Artigo IV de 2024.

Segundo o FMI, o impacto foi ainda mais forte nas empresas intensivas em trabalho, que tiveram uma elevação da PTF de 15% em relação às empresas menos intensivas em mão de obra.

Empresas com comércio intenso testemunharam um aumento semelhante da PTF após a reforma, em comparação com empresas de setores de baixa intensidade de comércio, aponta o FMI.

A PTF é uma medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção. A análise do FMI combinou informações de mais de 4.500 empresas privadas e públicas, a partir do banco de dados global Orbis, com informações a nível estadual de emprego, do IBGE, e do número de processos trabalhistas, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Uma ressalva é que a Orbis relata o Estado onde a empresa está sediada, enquanto os dados de emprego e litígio trabalhista são baseados no Estado onde a empresa está localizada. No entanto, essa questão pode ser menos relevante para o Brasil, já que cerca de dois terços das empresas ativas no país são empreendedores individuais e, portanto, a sede e a localização, provavelmente, são no mesmo Estado", diz o FMI.

As conclusões do fundo podem causar estranheza, já que dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), mostram a PTF agregada em queda.

Na métrica por hora efetivamente trabalhada, a PTF contraiu 1,4% em 2018 e 1,5% em 2019. Em 2020, por um "efeito-composição" da pandemia, que tirou do mercado de trabalho os trabalhadores mais vulneráveis e menos produtivos, a PTF subiu 3%, mas voltou a cair em 2021 (-5,4%) e 2022 (-2,8%). Em 2023, com a força da agropecuária, subiu 0,7%. Em 2024, porém, emenda quedas de 1,3% e 1,4%, respectivamente, no primeiro e no segundo trimestre, ante iguais períodos de 2023.

"Eles isolaram o mecanismo da reforma, mas outras coisas aconteceram no Brasil nesse meio tempo que podem fazer com que o efeito agregado seja diferente. Tem, por exemplo, a dimensão fiscal, outras reformas", diz Fernando Veloso, coordenador do observatório. "Mas eles encontraram um efeito forte, porque a redução da insegurança jurídica afeta positivamente mais as empresas já mais produtivas." ***(AF)***

5%
foi a alta da PTF das firmas após reforma

Crescimento potencial do PIB pode estar perto de 3%, vê Bradesco

De São Paulo

Com a perspectiva de que a Produtividade Total dos Fatores (PTF) avança a um ritmo perto de 0,5% ao ano ou um pouco acima disso, o Bradesco estima que o crescimento potencial da economia brasileira está entre 2,5% e 3% — o consenso de mercado trabalha com número mais próximo de 2%.

"Nossas estimativas são um pouco mais otimistas", reconhece, em relatório, a equipe liderada por Fernando Honorato.

Pelo terceiro ano consecutivo, observam, o PIB vai crescer pelo menos 3%. Isso, dizem, aliado à queda da inflação — considerando que o IPCA recuou de pouco mais de 12% em abril de 2022 para 4,2% nos 12 meses encerrados em agosto —, levanta o debate sobre qual é o ritmo de crescimento potencial da economia brasileira.

"Estimamos que a PTF esteja crescendo a um ritmo próximo de 0,5% ao ano. A taxa de investimentos ficou em 17% do PIB no trimestre passado. Portanto, a economia brasileira poderia crescer próximo de 2,5% ao ano sem gerar inflação", afirma a equipe do Bradesco.

A PTF é uma medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção.

É possível, segundo eles, traçar cenários em que a PTF possa avançar um pouco acima de 0,5% e a taxa de investimentos se elevar para a casa dos 18% do PIB, o que levaria o crescimento potencial a 3%.

"Para superar 3%, entretanto, seria necessário que a PTF ultrapassasse o crescimento de 1%, o que só ocorreu no início da década de 1970, de acordo com as estimativas de Regis Bonelli", aponta o Bradesco, em referência ao economista, morto em 2017 e que dá nome ao observatório de produtividade do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). ***(AF)***

Ambiente Iniciativa atrai atores do mercado financeiro como BNDES e prevê trazer exemplos concretos já na COP de Belém, em 2025

Laboratório promete impulso para negócios baseados na natureza

Daniela Chiaretti
De Nova York

A nova economia está trazendo o desafio de estruturar negócios pioneiros que precisam de apoio para amadurecerem e evoluir. Durante a Semana do Clima de Nova York será lançado o Nature Investment Lab, um laboratório para desenvolver projetos na intersecção da economia com a natureza.

A ideia é fazer com que na COP30 (conferência climática da ONU), em Belém no ano que vem, a iniciativa possa trazer exemplos concretos do que o Brasil pode fazer em projetos na intersecção da economia com a natureza.

É o campo da bioeconomia. São os projetos conhecidos como Soluções Baseadas na Natureza, SbN no jargão climático internacional. Trata-se de um conceito novo, ainda fluido, sem marcos regulatórios e mapeamento claro de riscos.

A iniciativa do laboratório agrupa atores do mercado financeiro como o BNDES, a Bloomberg Philantropies, a coalizão de instituições financeiras internacionais Gfanz, a JGP BB Asset, o Instituto Itaúsa e o Instituto Clima e Sociedade (iCS).

“O Brasil tem um megapotencial de escalar investimentos com soluções baseadas na natureza com bioeconomia, restauração florestal, agricultura regenerativa, por exemplo. Mas são negócios novos e difíceis de estruturar”, diz a economista Maria Netto, diretora-executiva do iCS. “Eu os comparo com as energias renováveis há 20 anos. Uma floresta de restauração, por exemplo, demora sete anos para subir”, cita.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



“Brasil tem megapotencial [...], mas são negócios novos e difíceis de estruturar”
Maria Netto

O Nature Investment Lab tem como objetivo superar os principais desafios para expandir o financiamento de projetos SbN, com resultados esperados até a COP30. Há três objetivos: trazer financiadores diversos para que os negócios possam prosperar, conseguir padronizar contratos e metodologias para que possam crescer e fazer propostas de políticas e mudanças regulatórias que facilitem sua estruturação.

“São projetos de estruturação difícil”, reconhece a economista. “A ideia do laboratório é ser muito pragmático”, diz.

“Como uma plataforma colaborativa liderada pelo setor privado, o Lab unirá formuladores de políticas, reguladores, empresas, instituições filantrópicas, desenvolvedores de projetos, instituições financeiras e organizações internacionais”, diz o texto de informação à imprensa. “O Lab criará os marcos regulatórios, jurídicos e transacionais necessários para ampliar os investimentos em SbN.”

Marcelo Furtado, líder de sustentabilidade da Itaúsa, diz que “o mais importante e estratégico desse laboratório é fazer uma convergência das inúmeras iniciativas que existem hoje no Brasil e estão atuando no campo de Soluções Baseadas na Natureza”.

“Tem quem esteja trabalhando com novas fontes de recursos, outros, em reduzir os riscos de transação ou na gestão de risco. Só que as ações e os esforços são fragmentados. A intenção do laboratório é ser uma grande tenda, no qual conseguiremos identificar e aglutinar esses esforços”, continua Furtado.

“Há mais complexidade nos projetos relacionados à natureza. A pergunta é como conseguiremos fazer isso com mais ferramentas digitais e olhando para territórios e não projetos isolados”, explica Furtado. “Queremos trazer ideias para serem implementadas.”

Ele segue: “A intenção é ajudar a economia brasileira a encontrar novas oportunidades de renda e emprego, com soluções para o clima e para as pessoas”.

O lançamento do Nature Investment Lab será sexta-feira (27), durante a Semana do Clima de Nova York.

Líderes lançam pilares de restauração de florestas

De Nova York

Um grupo de líderes com interesses na restauração de florestas tropicais no Brasil lançou em Nova York propostas com os pilares para estruturar o setor no Brasil. O restauro florestal tem potencial de atrair grandes volumes de recursos, ser uma das bases para o enfrentamento da crise climática e se transformar em uma nova classe de ativos de investimentos.

“Trata-se de um movimento pré-competitivo”, diz o biólogo Roberto Waack, presidente do Conselho do Instituto Arapyaú e coordenador da iniciativa.

Os documentos foram elaborados com participação de 20 empresas dos setores de restauro e do mercado financeiro: Belterra, Biofílica, Biomas, EB Capital, IPÊ, Itaú, Itaúsa, Leste, Maraé, Marfrig, Mombak, Pátria, Rabobank, re.green, Safra, Santander, Suzano, Symbiosis, UBS e Vale.

“O objetivo desses atores é fazer com que a restauração florestal passe a ser uma classe de ativos de investimentos”, diz Waack.

A intenção do grupo é organizar o setor de maneira robusta com segurança institucional para atrair investimentos estimados em bilhões de dólares.

“O senso de urgência da questão climática mostra que não podemos esperar mais. Indústrias levam décadas para serem construídas. Essa janela de oportunidade é agora”, diz Fabio Sakamoto, CEO da Biomas, empresa de restauração ecológica que tem como sócios Suzano, Marfrig, Vale, Itaú, Santander e Rabobank. “Não se trata apenas de uma pauta do setor privado, mas é uma pauta de país e de planeta”

Para o setor decolar, uma série de fatores precisa acontecer, explica Waack. Restauração, hoje, é um nome para atividades diversas e empresas com interesses e modos de atuação distintos. “Existem vários modelos de restauração. Na nossa visão, todos são melhores que uma terra degradada”, diz.

A característica do setor de restauro de terras degradadas demanda muito investimento — trata-se de recuperar pastos, mobilizar cadeias de fornecimento de mudas e sementes, plantar e cuidar depois para proteger a área de incêndios e invasões. “É uma cadeia de infraestrutura com potencial para envolver milhares de pessoas”, explica Sakamoto.

Dois documentos foram lançados em evento na Columbia University na sexta-feira, com a intenção de estabelecer as frentes prioritárias para o setor.

Um dos documentos, “Ações Pré-Competitivas Empresariais em Restauração Florestal no Brasil”, explora o assunto como uma ferramenta essencial na mitigação das mudanças climáticas e procura contribuir para o fortalecimento do setor de reflorestamento com espécies nativas no Brasil.

O segundo, “Uma Contribuição para o Reflorestamento com Espécies Nativas no Brasil”, destaca os desafios e as oportunidades nesse campo e o papel das empresas em pesquisa e desenvolvimento.

Para que o setor consiga atrair capital externo, é preciso construir uma forte baliza regulatória. “Existe demanda e capacidade de execução e agora estamos acertando o ecossistema de financiamento, que ainda está surgindo”, diz Sakamoto.

Mais de 40 líderes lançaram a iniciativa, entre eles, Arminio Fraga (ex-presidente do BC), Cândido Bracher (integrante do conselho de administração do Itaú Unibanco) e Jorge Hargrave (diretor da Maraé Investimentos). *(DC)*

JAKOB POLACSEK/FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Ilan Goldfajn, presidente do BID: "Tragédia do Rio Grande do Sul nos mostrou que o cenário é sério"

Tragédia ambiental do RS provocou danos de R$ 87 bilhões, estima BID

De Nova York

Os danos econômicos da tragédia ambiental que aconteceu em maio no Rio Grande do Sul e matou 182 pessoas estão avaliados em R$ 87 bilhões. O impacto, diluído em um ano, representa 1,8% do PIB em 2024. A avaliação é de uma missão de técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Cepal e governos federal e do Rio Grande do Sul. O número foi divulgado ontem, em Nova York, por Ilan Goldfajn, presidente do BID.

“Foi a pior enchente já registrada, deixando 182 mortos, muitas pessoas sem casas e muito afetadas”, disse ele a jornalistas pouco antes de palestra em evento do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) em parceria com a Laclima e a New York University.

Em sua palestra, Goldfajn lembrou que a Amazônia está enfrentando a pior seca da história, afetando rios e comunidades que têm tido problemas de alimentação e mobilidade.

“O número de focos de incêndio na região amazônica é 60% superior, na primeira metade de 2024 em relação ao mesmo período de 2023”, seguiu. “É o maior aumento em dez anos.”

Goldfajn disse que a área queimada pelos incêndios em quatro países amazônicos neste ano (Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia) é equivalente ao tamanho do Estado do Colorado (o oitavo maior dos EUA). Por cinco dias, São Paulo teve a pior qualidade do ar do mundo, com níveis de poluentes 40 vezes maior ao que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde, seguiu.

Avaliação dos danos está sendo feita por mais de 40 especialistas liderados pelo BID

“A tragédia do Rio Grande do Sul nos mostrou que o cenário é sério”, disse o presidente do BID.

A avaliação dos danos está sendo feita por mais de 40 especialistas liderados pelo BID. Depois das enchentes, o apoio do banco em ajuda emergencial e para a reconstrução foi de R$ 5,5 bilhões. Na ajuda emergencial, R$ 1,5 bilhão, sendo que 70% já foram desembolsados.

“Além disso, houve ajuda humanitária, que veio de várias fontes, e assistência técnica”, afirmou.

Na reconstrução os recursos são de US$ 4 bilhões, disponibilizados pelo BID para projetos. “Ao menos 80% desses US$ 4 bilhões já têm o seu destino. Uma parte é para pequenas e médias empresas. Outra, para infraestrutura e resiliência. Outra parte para ajudar os governos”, continuou. “Estamos vendo que (a crise climática) é séria, e não é só na Amazônia”. *(DC)*

Parabéns, PERDIGÃO



90 anos de muito sabor.

A marca de alimentos mais escolhida e mais vendida do Brasil está fazendo 90 anos.
São 90 anos juntando pessoas com qualidade, com sabor e, principalmente, com o coração.
Coração que está na nossa marca porque é com ele que tudo é pensado e feito por aqui.
Foi pensando e criando produtos com o coração, nesses 90 anos, que a Perdigão conquistou a liderança em diversas categorias em que atua.

São 90 anos juntando pessoas em torno de uma boa mesa e de boas histórias.
São 90 anos conquistando o paladar e a confiança do consumidor.
90 anos feitos com muito sabor e muito, muito coração.

Perdigão
Há 90 anos, o sabor de comer juntos.

1934:

FUNDAÇÃO DA PERDIGÃO EM VIDEIRA, SC.

1940:

LANÇAMENTO DA SALSICHA PERDIGÃO. Um dos ícones da marca e líder de vendas.[1]

1982:

LANÇAMENTO E COMUNICAÇÃO DE CHESTER®, líder de vendas do Natal.[2]

1996:

LANÇAMENTO DO BIG CHICKEN PERDIGÃO, líder de vendas da categoria.[3]

2017:

LIDERANÇA! Perdigão assume a liderança de market share em Alimentos Processados, posição que ocupa até hoje.[4]

2020:

A MAIS ESCOLHIDA. Perdigão é a marca de alimentos mais escolhida do Brasil, posição que ocupa até hoje.[5]

[1]RETAIL INDEX EVOLUTION | Embutidos segmento: Salsicha Jan'23 até Dez'23 | T.BR INA+C&C. [2]NilsenIQ Scantrack Categoria PC 91 Carnes Natalinas Nov'23 até Dez'23 | T.BR AS+C&C. [3]RETAIL INDEX EVOLUTION | CP 119 - CARNES CONGELADAS Segmento Pequenos Moldados Fev'23 até Jan'24 | T.BR INA+C&C. [4]Soma dos dados de RETAIL INDEX EVOLUTION | INDUSTRIALIZADO DE CARNE/LOMBO Últimos 12 meses - termina na semana de 22/06/24 | T.BR INA+C&C e CP 119 - CARNES CONGELADAS | Últimos 12 meses do ano anterior - começa na semana de 23/07/23 | T.BR INA+C&C. [5]Kantar, Divisão Worldpanel | BrandFoot Print| CRP (Penetração e Frequência) | Período: últimos 12 meses terminados em outubro de 2023 | Total Brasil.





Contas públicas Para especialistas, meta fiscal ainda está ao 'alcance da mão', mas era preciso fazer bloqueio maior de despesas

Revisão do Orçamento pelo governo desagrada economistas

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A revisão bimestral do Orçamento para 2024 apresentada pelo governo surpreendeu negativamente economistas. No geral, a avaliação é que houve avanços nos cálculos de algumas receitas e certas despesas e o cumprimento da meta de resultado primário deste ano ainda está "ao alcance da mão", mas o governo perdeu a oportunidade de realizar um bloqueio maior de despesas que tornasse a projeção de gastos mais crível, o que deixou uma impressão de piora entre analistas e deve exigir um bloqueio mais forte no último relatório do ano, previsto para 22 de novembro.

"Há alguns pontos mais construtivos, mas, no geral, liquidamente, a surpresa foi um pouco pior", afirma a economista Andrea Damico, fundadora e CEO da Buysidebrazil.

A contenção orçamentária total (bloqueio e contingenciamento) caiu de R$ 15 bilhões anunciados em julho para R$ 13,3 bilhões. O bloqueio é realizado quando despesas obrigatórias sobem mais do que o estimado pelo governo, e ele precisa cortar despesas discricionárias (não obrigatórias) para compensar. Já o contingenciamento de despesas ocorre quando há frustração nas receitas previstas para financiar gastos.

A expectativa dos economistas era de um bloqueio adicional em torno de R$ 5 bilhões, mas o governo anunciou R$ 2,1 bilhões. Para o contingenciamento, embora economistas não esperassem restrição adicional, já que as receitas performam bem, também não previam que os R$ 3,8 bilhões de julho fossem convertidos em zero.

Como o bloqueio adicional foi inferior à reversão do contingenciamento, o "esforço fiscal" total para 2024 foi afrouxado em R$ 1,7 bilhão, enquanto economistas e agentes do mercado financeiro esperavam aumento de R$ 5 bilhões a R$ 10 bilhões. O Santander, por exemplo, esperava bloqueio de R$ 5 bilhões, que, somado à contenção de R$ 15 bilhões de julho, levaria a R$ 20 bilhões no total.

"O bloqueio foi abaixo do esperado (R$ 5 bilhões), sendo que essa perspectiva já era considerando que o governo não faria o necessário (R$ 10 bilhões)", afirma Rai Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos.

Sobre o contingenciamento, Chicoli diz acreditar que o governo "deveria ter sido mais conservador" e, pelo menos, deixado o valor previsto.

"Reverter o contingenciamento em um momento em que as despesas ainda não estão devidamente ajustadas e a economia se mostra forte, enquanto o ciclo de ajuste de juros está apenas começando, revela uma baixa sensibilidade do planejador diante de uma economia desequilibrada. O fiscal continua expansionista, enquanto a política monetária tenta contrair", afirma Débora Nogueira, economista-chefe da Tenax Capital.

Nos últimos dias, ela observa, Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, diz que o governo está fazendo "matemágica fiscal" baseada em quatro vetores: antecipando dividendos de estatais, contando com estimativa "heróica" das medidas compensatórias para a desoneração da folha de pagamentos, tirando cada vez mais despesas do regramento fiscal e segurando gastos "na boca do caixa" para empoçar.

As despesas não sujeitas à meta — principalmente o socorro ao Rio Grande do Sul, mas também gastos para enfrentamento às queimadas e a quitação de precatórios — subiram de R$ 28,8 bilhões no relatório de julho para R$ 40,5 bilhões em setembro. "Ninguém questiona que são eventos extremos, mas, apesar disso, acho que fica um sabor um pouco mais amargo de constatar que tem ali uma parte significativa do déficit vindo de despesas fora do teto", afirma Damico.

Medidas compensatórias para a desoneração da folha em torno de R$ 18 bilhões e mais cerca de R$ 4 bilhões com royalties da exploração de recursos naturais também ajudaram na "matemágica", segundo Leal de Barros.


CLAUDIO BELLI/VALOR

"No geral, liquidamente, a surpresa foi um pouco pior" *Andrea Damico*

Na visão do Santander, o governo está mirando a banda inferior da meta de resultado primário, já que a estimativa oficial, de déficit de R$ 28,3 bilhões, está apenas R$ 400 milhões abaixo do limite (déficit de 28,8 bilhões).

"No geral, foi uma surpresa negativa no resultado [do relatório bimestral de setembro]", afirma Ítalo Franca, economista do Santander, em comentário a clientes.

Damico, da Buysidebrazil, calcula que o governo precisará de um bloqueio adicional em novembro de R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões, a depender do comportamento da arrecadação nos próximos meses, para chegar à banda inferior da meta.

Fantasma de 2024 é afastado, mas drama persiste

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

As novas projeções de receitas e despesas para 2024 divulgadas na sexta-feira (20) afastam o fantasma de uma nova mudança da meta fiscal por agora. Porém, as dúvidas sobre resultados futuros persistem. A causa é uma combinação de despesas que crescem de maneira firme, receitas obtidas no peito e na raça e um resultado primário afetado por uma série de exceções.

A avaliação nos bastidores da equipe econômica é que o governo não pode chegar nessa condição precária ao ano eleitoral de 2026. Ajustes na estrutura das despesas precisarão ser feitos, e essa é uma discussão para 2025.

Aos números: em comparação com as projeções de julho, as despesas vão crescer R$ 11,8 bilhões, atingindo R$ 2,24 trilhões. As receitas líquidas avançarão R$ 4,4 bilhões, para R$ 2,17 trilhões.

Com isso, o resultado primário projetado é um déficit de R$ 28,3 bilhões, o que significa que a meta de déficit zero será cumprida dentro da margem de tolerância, que admite um resultado negativo de até R$ 28,8 bilhões.

Mais uma vez, o crescimento das receitas deverá assegurar o cumprimento da meta. O relatório traz boas e más notícias.

As más: reconhece uma frustração de cerca de R$ 35 bilhões nas receitas brutas esperadas com os julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), após o restabelecimento do voto de desempate a favor do governo. Em termos líquidos para a União, a perda é da ordem de R$ 25 bilhões. Admite também que as receitas com outorgas de concessões ficarão R$ 3,5 bilhões menores do que o esperado.

As boas: a revisão para cima da projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5% para 3,2%, alta na projeção de inflação, ajustes no preço do barril de petróleo e no câmbio elevaram as estimativas de recolhimento de tributos em aproximadamente R$ 6 bilhões.

A incorporação das medidas aprovadas pelo Congresso para compensar a manutenção de desoneração da folha deverão trazer R$ 18,3 bilhões a mais. Por fim, o governo espera mais R$ 10 bilhões em dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Este ano, a arrecadação foi ajudada por receitas que não vão se repetir na mesma magnitude. É o caso, por exemplo, de R$ 6,3 bilhões em depósitos judiciais "empoçados" na Caixa.

As despesas, por sua vez, seguem em trajetória firme de alta. Na comparação com julho, os gastos com Previdência Social foram recalculados e ficaram R$ 8,3 bilhões maiores.

O resultado primário de R$ 28,3 bilhões apresentado pelo governo não leva em conta um conjunto de despesas que ocorrem fora das regras fiscais e que somam R$ 40,5 bilhões. São os casos dos créditos extraordinários para calamidades e da recomposição dos limites de despesa do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assim, a rigor, a diferença entre receitas e despesas é de R$ 68,8 bilhões.

Especialistas têm criticado a tentativa de expandir despesas fora das regras fiscais. Por exemplo, o programa Pé-de-Meia ou uma possível expansão do auxílio-gás, ambos transitando fora do Orçamento. Com tantas exceções, dizem, o resultado primário não reflete totalmente o que acontece com as contas públicas nem seu impacto sobre o endividamento.

Na semana passada, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que haverá mais créditos extraordinários para atender os Estados atingidos por queimadas.

No relatório passado, de julho, o governo contingenciou R$ 3,8 bilhões (para garantir o cumprimento da meta de resultado primário) e bloqueou R$ 11,2 bilhões (para não superar o limite de despesas estabelecido pelo arcabouço). No total, foram congelados R$ 15 bilhões em gastos.

Como as receitas aumentaram R$ 4,4 bilhões no atual relatório, o contingenciamento foi totalmente revertido.

No entanto, alertou uma fonte da área econômica, nem todas as despesas que haviam sido contidas por esse instrumento serão liberadas. O governo optou por utilizar parte desses recursos para fazer desbloqueios. Assim, o congelamento cairá para R$ 13,3 bilhões, mas o governo ainda vai decidir quais gastos vai retomar.

A expectativa na área econômica é que as novas projeções permitam encerrar o drama de cumprimento ou não da meta este ano. A questão que resta, para governo e mercado, é o que vem à frente.

Paradoxalmente, o bom desempenho da arrecadação este ano (crescimento real de 9,47% até agosto) agrava as pressões pelo lado dos gastos daqui para a frente. Cerca de 70% das despesas do Orçamento são corrigidas conforme o desempenho das receitas ou conforme a inflação.

É contra essas regras automáticas de crescimento que a área econômica quer investir, sabendo que o espaço político é estreito.

Por enquanto, a contenção de despesas se resume ao pente-fino de R$ 25,9 bilhões em benefícios pagos indevidamente em 2025.

Outras propostas estão em debate na área econômica, mas não se sabe se serão concretizadas. São os casos, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que pode passar a ser corrigido apenas pela inflação (e não pela regra do salário mínimo, que agrega o avanço do PIB de dois anos antes), ou do abono salarial, que pode ser redesenhado para ser pago mensalmente (hoje é anual) conforme a renda familiar per capita do beneficiado (hoje é pago a quem ganha até dois mínimos).

Esses debates deverão ser deflagrados após as eleições municipais e adentrar 2025. A intenção dos técnicos é que a proposta de Orçamento de 2026, a ser encaminhada ao Congresso até o dia 31 de agosto de 2025, já traga uma composição mais sustentável entre receitas e despesas.

Se mudanças na estrutura das despesas não vierem por convicção sobre os benefícios de contas públicas ajustadas, o motor poderá ser o pragmatismo político.

Se não houver avanços, o cumprimento da meta fiscal seguirá como um drama e poderá ser pauta nas eleições de 2026.

cpfl jaguari
Companhia Jaguari de Energia
CNPJ nº 53.859.112/0001-69 - NIRE 35.300.024.575
Companhia Aberta
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024
Certifico o registro na **JUCESP** sob o nº 336.204/24-3 em 11.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

cpfl piratininga
Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51 - NIRE 35.300.182.383
Companhia Aberta
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024
Certifico o registro na **JUCESP** sob o nº 336.205/24-7 em 11.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

cpfl paulista
Companhia Paulista de Força e Luz
C.N.P.J./ME nº 33.050.196/0001-88 - NIRE 35.300.043.731
Companhia Aberta
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024
Certifico o registro na **JUCESP** sob o nº 336.191/24-8 em 09.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

cpfl geração
CPFL Geração de Energia S.A.
CNPJ nº 03.953.509/0001-47 - NIRE 35.300.179.595
Companhia Aberta
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Setembro de 2024
Certifico o registro na **JUCESP** sob o nº 324.900/24-7 em 11.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CLARO S.A.
Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47 - NIRE nº 35.300.145.801
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam convidados os senhores acionistas da Claro S.A. ("**Companhia**") a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110, na Cidade e Estado de São Paulo, no dia 27 de setembro de 2024, às 8:15 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** emissão e as características da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160/22, conforme em vigor, e, das demais leis e regulamentações aplicáveis, no valor total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) ("**Emissão**" e "**Debêntures**"); **(b)** delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre qualquer alteração nas condições da Emissão, nos termos do artigo 10º, parágrafo 7º, inciso XXII, do Estatuto Social e do art. 59, §4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada; **(c)** autorização à Diretoria para adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, à prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão e eventuais aditamentos, conforme aplicável, a negociação dos termos da escritura de emissão, contratos relacionados e eventuais aditamentos, conforme aplicável, a contratação de instituições financeiras para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor, e, a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão; **(d)** autorização à Diretoria para contratar assessores legais e demais prestadores de serviços necessários à Emissão; e **(e)** ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria em conexão com a Emissão anteriormente à data da Assembleia Geral Extraordinária que deliberar acerca desta. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de setembro de 2024, até às 17:00 horas. (b) Os documentos relativos à ordem do dia da referida Assembleia se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedade por Ações. São Paulo, 19 de setembro de 2024.
Daniel Hajj Aboumrad - **Presidente do Conselho de Administração**

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
O Secretário Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.029/2024 – Processo Administrativo: 20240746009-SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de Preço para aquisição de soluções parenterais de pequeno e grande volume, soluções degermantes e saneantes – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 09/OUTUBRO/2024, às 09h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 19 de Setembro de 2024.
Michele Coelho de Souza– Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

CURITIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 023/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2024 – SME
OBJETO: O presente objeto trata-se de Contratação de prestação de serviço de empresa especializada no fornecimento de Licenças Google Workspace for Education Teaching and Learning Upgrade e supórte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender a Secretaria Municipal da Educação.
ENVIO DE PROPOSTAS: até às 09h00min, do dia 10 de outubro de 2024, em horário comercial, ou seja, das 08h às 18h.
ENVIO DE LANCES: 10 de outubro de 2024 das 09h05min às 09h35min.
O edital está à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.
Em caso de dúvidas, os interessados deverão entrar em contato pelos telefones: (041) 3350-9867, 3350-9588, 3350-3175 e 3350-3009.
Talitha Shara Miquelasso
Agente Operador do Certame

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da **Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21 de outubro de 2024, às 15:00 horas, no edifício da sede da Companhia, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, térreo, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: ***Item único. Aprovar a aquisição, pela Companhia, de 90.049.527 ações ordinárias de sua própria emissão detidas pelo acionista 1700480 ONTARIO INC., em operação privada, nos termos e condições indicados na Proposta da Administração.*** Informações Gerais: *(A) Participação Presencial:* Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade com foto e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato. Tais documentos poderão ser encaminhados previamente à Companhia (i) por meio eletrônico, ao e-mail ri@multiplan.com.br, identificados com o assunto "AGE Multiplan"; ou (ii) por meio físico, devendo ser depositados na sua sede social, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, sendo também aceitos os documentos dos acionistas que o apresentarem, tempestivamente, no dia da Assembleia, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Aos acionistas que optarem por comparecer presencialmente na Assembleia, no edifício da sede do Rio de Janeiro, a Companhia solicita que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail ri@multiplan.com.br (Assunto: Confirmação de Participação Presencial), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 18 de outubro de 2024. *(B) Participação via Boletim de Voto a Distância:* A Companhia adotará o voto a distância na realização da Assembleia, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/22, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto **(i)** através da transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância *(i.a)* ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou *(i.b)* ao Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou **(ii)** mediante envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia *(ii.a)* por meio eletrônico, ao e-mail ri@multiplan.com.br, identificados com o assunto "AGE Multiplan"; ou *(ii.b)* por meio físico, devendo ser depositados na sua sede social, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante ou pelo escriturador, e os boletins pela Companhia, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até 14 de outubro de 2024, inclusive), exceto se, no caso de envio de instruções de voto aos prestadores de serviço, prazo menor for por eles estabelecido. No caso de envio diretamente à Companhia, o Boletim de Voto a Distância deverá ser, ainda, acompanhado de toda a documentação do acionista descrita no item (A) acima e das demais indicadas no Manual para Participação de Acionistas e no próprio Boletim. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações divulgadas pela Companhia por meio de Manual de Participação de Acionista. Os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia (ri.multiplan.com.br), e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024. **José Isaac Peres -** Presidente do Conselho de Administração.

Congresso Do R$ 1,7 bi destinado ao programa por congressistas, só R$ 855 milhões foram empenhados

Legislativo destina poucos recursos para o PAC

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Deputados e senadores destinaram apenas 3,4% das emendas parlamentares ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerado a principal vitrine do governo Lula. Do total de R$ 1,7 bilhão destinado ao programa pelos congressistas, foram empenhados apenas R$ 855 milhões até agora.

Diante da baixa adesão dos congressistas de forma espontânea, o Executivo tenta carimbar, em acordo entre os três Poderes, uma parte desses recursos para o programa a partir do ano que vem. O Legislativo, no entanto, resiste a essa possibilidade.

A avaliação de líderes ouvidos pelo **Valor** é de que, na prática, o mérito das obras do PAC fica com o governo. Por isso, os congressistas preferem priorizar o envio direto a prefeituras ou aos governos estaduais.

Na queda de braço pelo Orçamento, o governo também perdeu recursos destinados ao PAC ao longo do ano. O projeto enviado pelo governo indicava R$ 61,2 bilhões ao programa, dotação que caiu para R$ 54,5 bilhões.

Levantamento do **Valor**, que contabiliza dados até o dia 6 de setembro, mostra que foram empenhados (quando há compromisso de pagamento) cerca de R$ 855 milhões para o Novo PAC através de 196 emendas parlamentares, o que representa 1,6% do total da verba disponível. Os congressistas têm direito a aproximadamente R$ 50 bilhões em emendas no Orçamento de 2024. A pesquisa leva em consideração a destinação feita ao "RP3", marcador do Orçamento dos gastos discricionários do PAC.

Do total dos recursos empenhados por deputados e senadores ao Novo PAC, a maior parte, cerca de R$ 555 milhões (65%), vem das emendas de comissão (RP8), abastecidas com recursos do antigo "orçamento secreto" (RP9). As emendas de comissão não são impositivas e, portanto, o pagamento depende de negociação política e são menos vantajosas para o governo.

Já no caso das emendas individuais, a quantia foi menor: R$ 183,7 milhões. O montante cai ainda mais no caso das emendas de bancada — R$ 115,5 milhões —, que concentram maior potencial para investimentos.

A Comissão do Esporte da Câmara foi a que mais destinou recursos para o programa. O colegiado enviou cerca de R$ 450 milhões — metade dos R$ 900 milhões que possui. Procurado, o presidente da comissão, Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), não retornou ao **Valor**.


GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Hamilton Mourão, campeão em recursos para o PAC, enviou R$ 21,4 milhões para a estruturação da rede de saúde

As emendas de comissão estão no centro do impasse sobre verba parlamentar envolvendo os três Poderes. Após o encontro que estabeleceu diretrizes para o acordo, as emendas de comissão seriam destinadas a "projetos de interesse nacional".

Além das emendas de comissão, apenas cerca de R$ 300 milhões dos recursos destinados pelo Legislativo ao Novo PAC foram enviados por parlamentares através de emendas de bancada e individuais, que são impositivas.

A bancada do Mato Grosso do Sul, por exemplo, foi a que reservou mais recursos para o PAC. No total, foram R$ 50 milhões para empreendimentos de infraestrutura, usados para obras como a manutenção de rodovias federais e a construção de um anel rodoviário.

Nas emendas individuais, o campeão em recursos para o PAC é o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), ex-vice presidente da República durante o governo Bolsonaro. O parlamentar enviou R$ 21,4 milhões para a estruturação da rede de saúde. Entre os deputados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destinou R$ 3,5 milhões para ações na saúde.

Ao **Valor**, Mourão afirmou que destinou recursos ao PAC porque as ações atendiam a demandas de municípios no Rio Grande do Sul. Para ele, a falta de um corpo a corpo dos ministros no Congresso justifica a baixa adesão de parlamentares ao programa.

"Na realidade houve pouca divulgação, pelo menos no meu caso. Não sei do pessoal mais ligado ao governo, mas não houve conversa de onde seria importante a colocação de recursos. Nessa hora, os ministérios envolvidos deveriam procurar os senadores com um portfólio e dizer: 'Isso aqui é importante para o seu Estado'", argumentou Mourão.

Oposição ao governo, Mourão defende que o Executivo retome o controle das verbas parlamentares. "Eu tenho minha visão particular, por entender que a execução do Orçamento é prerrogativa do Executivo, acho que tem muito recurso que fica na mão do Legislativo. Está além do que eu consideraria o limite do aceitável", diz. "É uma queda de braço que vem ocorrendo há algum tempo e que, em algum momento, vai ter que ser acertada. Vejo dessa forma até porque já fui do Executivo."

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o deputado Danilo Forte (União-CE) limitou-se a fazer uma provocação: "Nem os deputados do PT colocaram emendas no PAC". Ele evitou fazer outros comentários.

Vice-líder do governo no Congresso, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) culpa justamente o Executivo pela baixa adesão entre os parlamentares. Segundo ele, o Palácio do Planalto demorou a fazer a campanha "pague um, leve dois" no início do ano para estimular as destinações ao PAC. Agora, ele avalia que isso já deveria começar a ser feito pensando no próximo ano.

"A razão [da baixa adesão] é muito simples. Essa oportunidade [de incentivo para destinações ao PAC] só foi dada em cima da hora para o fechamento do prazo das emendas. Naquela ocasião, todo mundo já estava organizado. Fica difícil. Veio muito em cima", avaliou.

"A responsabilidade disso foi o governo ter feito na última hora. Se o governo começar agora, apresentar agora logo no pós-eleição uma proposta bem feita, bem explicada, vai ter bastante adesão, porque a proposta era boa. Qual era a ideia? Se eu colocar dinheiro [de emenda] em uma UBS [Unidade Básica de Saúde], eu posso indicar uma outra que não havia sido contemplada. Com o recurso de um eu faço os dois", acrescentou.

Sobre o acordo entre os três Poderes, Zarattini considera que, mesmo que não diga expressamente que os recursos serão destinados ao PAC, ao constar que o governo vai indicar quais são as rubricas prioritárias, "na prática, o governo está colocando recurso no PAC". "Você pode chamar de PAC, PIC ou POC, do que quiser, mas o importante é que vai fazer aquilo que é prioridade."

O consultor de Orçamento Ricardo Volpe avalia que, atualmente, as emendas parlamentares impositivas possuem as mesmas garantias de execução dos recursos destinados ao PAC, especialmente no que tange aos contingenciamentos e transferências a municípios inadimplentes com a União. Apenas as emendas de comissão, que não são impositivas, possuem um potencial maior em destinar recursos para o PAC. Porém, constata-se um corte dos recursos propostos no PAC maior do que os ampliados por emendas.

Na visão de Volpe, o fato de o valor das emendas de bancada destinadas aos investimentos do PAC estar baixo reflete a negociação maior da bancada com os governadores para alocar suas emendas do que com o governo federal. A comunicação do governo não está adequada para estimular uma destinação maior ao PAC. "Precisa mostrar o portfólio de interesse do Estado."

Procurada, a Casa Civil não se manifestou até o momento.

Educação executiva foca em diversidade de competências na era da revolução digital

FGV disponibiliza uma ampla variedade de cursos presenciais, online, live e semipresenciais para formar o profissional nesse novo cenário

Mais de 300 milhões de empregos serão afetados pela inteligência artificial (IA) nos próximos anos, de acordo com a Goldman Sachs. Os analistas da empresa de investimento preveem que haverá um ganho de produtividade, acompanhado por uma transformação profunda do mercado de trabalho. Não é a primeira vez que um fenômeno como esse é registrado. A diferença, agora, é a velocidade com que as transformações estão acontecendo, e a educação executiva precisa acompanhar essa tendência.

"Até algum tempo atrás, as universidades tinham conhecimento privilegiado, que dava acesso ao mercado de trabalho. Hoje, as informações estão muito mais fáceis de serem acessadas", avalia Mary Murashima, diretora de Gestão Acadêmica da Fundação Getulio Vargas (FGV).

> "Em cada atividade, o professor precisa ter escuta ativa, e os alunos precisam ser participativos"
> **Mary Murashima,** diretora de Gestão Acadêmica da FGV

Por isso, o que diferencia a formação profissional, agora, não é apenas o conhecimento acumulado, mas outros níveis de competência, especialmente as habilidades e atitudes. Essa é a proposta da FGV Educação Executiva.

Na FGV, os cursos de MBA e pós-graduação, os de curta e os de média duração e os de alta gestão da instituição são distribuídos por diferentes opções de formatos. Cada um deles é aderente a perfis e necessidades diferentes dos alunos.

Uma opção é o presencial, em que todas as aulas e atividades acontecem em uma unidade física. Outra alternativa é o online com aulas já gravadas, em que o aluno tem também à sua disposição diferentes materiais multimidiáticos.


GETTY IMAGES

Alunos têm opção de estudar nos formatos presencial, online, live e semipresencial

Existe também a opção de assistir a aulas online ao vivo, interagindo com os professores em tempo real, mas a distância. E há ainda o semipresencial, que concilia atividades remotas a distância com as presenciais.

"Hoje o enfoque não está mais nos programas, mas, sim, nas competências demandadas pelo mercado. O ponto de partida de cada um dos cursos é tudo aquilo que o profissional precisa dominar até terminar a jornada de aprendizagem", explica Murashima.

As estratégias metodológicas em sala de aula também mudaram. "Em cada atividade, o professor precisa ter escuta ativa, e os alunos precisam ser participativos e capazes de se desenvolver analiticamente e de colocar a mão na massa."

Nesse contexto, o foco em formar e fortalecer o networking aumenta, em especial para alguns dos cursos, como o de alta liderança, assim como ganham impulso as práticas de aprendizado baseadas em projetos. A instituição também oferece soluções customizadas de educação corporativa, por intermédio do FGV In Company.

OLHAR PARA O FUTURO

A FGV é número 1 em educação superior há 13 anos consecutivos, no Índice Geral de Cursos do Ministério da Educação, assim como o terceiro melhor "think tank" do mundo e o primeiro lugar na categoria de Mais Bem Administrado do Planeta, de acordo com o Global Go To Think Tank Index Report.

Tem presença nacional em mais de cem cidades, entre sedes próprias e uma rede de instituições conveniadas. Disponibiliza ainda mais de 215 cursos online assíncronos, gratuitos, assistidos por mais de 800 mil pessoas anualmente.

"O cenário profissional continua mudando, e estamos sempre atentos a novas tendências e demandas, inclusive contando com os insights que o nosso corpo altamente qualificado de alunos proporciona, além das pesquisas desenvolvidas por profissionais da FGV", aponta Murashima.

Serviço

Site: https://educacao-executiva.fgv.br/
Atendimento: segunda a sexta-feira, das 9h às 18h

Prioridades, parcerias e apostas do fundão



Bruno Carazza

Nas eleições municipais, cada partido traça sua estratégia em relação às alianças que vai formar, às cidades que serão priorizadas e ao tipo de cargos que deseja enfatizar. Afinal, em alguns locais pode ser mais vantajoso eleger uma bancada maior de vereadores, enquanto em determinados Estados a meta pode ser vencer uma grande quantidade de prefeituras.

Como as campanhas no Brasil atualmente são financiadas em sua maioria por recursos públicos, acompanhar a prestação de contas eleitorais nos permite um raio-x sobre onde e em quem os partidos estão apostando seu dinheiro na disputa deste ano.

Faltando duas semanas para o primeiro turno, os partidos já informaram à Justiça Eleitoral a distribuição de 57% do fundão para seus candidatos. E mesmo que o ritmo de publicização dos gastos seja diferenciado, já é possível identificar padrões na alocação do financiamento público entre os candidatos a prefeitos e vereadores Brasil afora.

Os campeões de aplicação de recursos em candidatos a prefeitos entre as maiores legendas até agora são PDT (76,6%) e PSB (70,3%). Trata-se de dois partidos de tradição regional, mas que vivem momentos diferentes.

Enquanto o PDT busca reforçar sua base no Ceará (família Gomes), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (herança brizolista), o PSB se aproveita da eleição praticamente ganha de João Campos no Recife para ampliar sua visibilidade em âmbito nacional, principalmente com a candidatura de Tabata Amaral em São Paulo (que sozinha absorveu até agora 15% do fundão do partido) e de Luciano Ducci em Curitiba (7,9% do total).

Valendo-se da máxima de que o número de prefeituras conquistadas é garantia de uma boa bancada na Câmara dos Deputados daqui a dois anos, as siglas de centro-direita também dedicam uma porção maior de recursos às campanhas a prefeito. É o caso do PSDB (distribuindo 70,1% do fundão para tentar reconquistar terreno, principalmente depois da debandada de prefeitos em seu berço eleitoral, o Estado de São Paulo), PP (com 61,9% destinados a postulantes ao cargo de prefeito), MDB (61,4%) e PSD (60,5%).

Situação interessante é a do PL, de Jair Bolsonaro. O presidente do partido, Valdemar Costa Neto, chegou a anunciar uma meta de conquistar mais de mil prefeituras neste ano. No entanto, o partido só utilizou até agora 47,7% do fundão nas campanhas para prefeito, índice inferior até mesmo ao PT do presidente Lula (53,6%), que vem sendo criticado pelo baixo interesse no pleito municipal.

Essa ênfase menor dada às candidaturas próprias para o cargo de prefeito por parte dos dois partidos que polarizam o país atualmente é apenas um dos indícios de que PT e PL têm uma tática diferente. As agremiações de Jair Bolsonaro e de Lula estão entre os que mais recursos estão investindo em candidaturas encabeçadas por partidos aliados (com respectivamente 18,3% e 11,1% de seus quinhões do fundão), o que evidencia que estão cultivando parcerias visando 2026.

Em relação ao porte dos municípios, os partidos do Centrão estão mais uma vez honrando a tradição de pulverizar seus recursos em municípios médios e pequenos. O PP destinou até agora 32,4% do seu fundo eleitoral para municípios com menos de 20 mil eleitores. Nesse quesito, ele é seguido por MDB (30,8%), Republicanos (27,9%) e PSD (26,7%) — todos dedicando uma boa proporção para as menores cidades.

No extremo oposto, a esquerda concentra sua energia nas capitais e municípios maiores, onde há possibilidade de realização de segundo turno. O caso mais emblemático é do Psol, que aposta muitas fichas na eleição de Guilherme Boulos para a Prefeitura de São Paulo. Muito em função desse objetivo, a legenda até agora direcionou 88,3% do fundo eleitoral para cidades com mais de 200 mil eleitores (sendo 20% do total só em Boulos).

A estratégia de prestigiar os grandes centros também é enfatizada por Rede (62,3% do total enviado para municípios com chance de segundo turno), PCdoB (61,6%), PDT (60,8%), PT (58,2%) e PSB (56,6%).

Os partidos de esquerda também se notabilizam pelo destaque dado às candidaturas femininas. Entre as agremiações mais relevantes, Psol, PCdoB, Rede e PT estão até o momento aplicando as maiores proporções em candidatas, com percentuais entre 43,1% e 47,7%, respectivamente. A média geral dos recursos devotados a mulheres está elevada (38,2%), mas Cidadania (16,9%), PP (25,1%) e PSDB (25,2%) estão entre os que menos têm prestigiado candidaturas femininas até o momento.

No que se refere a cor e raça, as siglas pequenas estão entre as que mais têm prestigiado candidaturas de pardos e pretos — a liderança até agora cabe ao Mobiliza (antigo PMN), com 70,8% da sua cota do fundo eleitoral destinada afiliados que se autodeclaram negros. A nota decepcionante fica com PDT (com 29,6%), Novo (32,4%) e PL (32,9%), as legendas que menos têm prestigiado a diversidade racial em sua estratégia eleitoral neste ano.

Como dizem os informes de bancos, rentabilidade passada não é garantia de ganhos no futuro. A ver como a aplicação de quase R$ 5 bilhões do fundão vai render para cada partido no ciclo 2024-2026.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Eleições Campanhas de Paes e Ramagem afirmam que entorno de adversário é de 'bandidos'

No Rio, aliados incômodos são novo mote para troca de acusações



Camila Zarur
Do Rio

Na nova briga entre o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) e o deputado federal Alexandre Ramagem (PL), os adversários na disputa ao Executivo carioca trocaram acusações sobre aliados incômodos que já tiveram em comum.

Em peças publicitárias, exibidas na semana passada, um apontou o dedo ao outro por ter em seu entorno "bandidos". No entanto, os citados pelas propagandas são ou foram aliados de ambos. São eles, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (Republicanos), o deputado federal preso Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) e o ex-vereador do Rio Gabriel Monteiro (PL).

No primeiro vídeo, de Paes, a campanha do prefeito utiliza o mote do adversário para criticá-lo. Na peça, um narrador faz acusações contra Ramagem, enquanto são mostradas fotos do deputado federal, de Cunha e de Monteiro.

"Ramagem diz na sua propaganda que os bandidos têm medo deles, mas a verdade é outra. Tá cheio de bandido que apoia a candidatura do Ramagem. Tem estuprador de menor que está preso e ex-presidiário por corrupção", diz a propaganda, mencionando o ex-vereador e o ex-presidente da Câmara.

Monteiro está preso desde novembro de 2022 sob acusação de estupro. Ele também responde pela denúncia de ter armazenado imagens de sexo explícito com uma menor de idade. Apesar de ser atacado por Paes, o ex-vereador, que teve o mandato cassado em agosto de 2022, foi líder do partido do prefeito na Câmara dos Vereadores. Ele deixou o posto em junho de 2021 para migrar ao PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Embora o ex-parlamentar municipal e Paes não tenham ficado na mesma sigla por muito tempo (o segundo só foi para o PSD naquele mesmo mês, após o fim do DEM), Monteiro fazia parte da base governista na Câmara de Vereadores e esteve no palanque do prefeito durante a campanha ao Palácio da Cidade de 2020.

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO — 12/9/2024



Paes: vídeo da campanha associa adversário a Eduardo Cunha e Gabriel Monteiro

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO — 11/9/2024



Ramagem: em resposta, vídeo acusa o oponente de "dar emprego para bandido"

Já Cunha, que hoje é presidente municipal do Republicanos, estava no arco das alianças de Paes até junho deste ano. Os dois romperam depois que o prefeito fez uma série de exonerações de aliados do ex-presidente da Câmara dos Deputados e da sigla ligada à Universal. Depois disso, Cunha e o partido foram para o palanque de Ramagem.

O desgaste entre o candidato à reeleição e o partido de Cunha começou com a exoneração de Chiquinho Brazão, preso acusado de ser o mandante do assassinato de Marielle Franco (Psol). A demissão do deputado, que ficou quatro meses como secretário de Ação Comunitária, só ocorreu em fevereiro, quando se tornaram mais explícitas as suspeitas da ligação dele com a morte da vereadora.

Chiquinho estava no União Brasil, antes de ser expulso da sigla por causa do caso. No entanto, ele estava em vias de mudar para o Republicanos — por isso sua ligação com Cunha.

A propaganda de Paes fez Ramagem reagir com um vídeo seguindo a mesma linha, acusando o oponente de "dar emprego para bandido". Na peça, um narrador associa o prefeito ao assassinato de Marielle pela ligação dele com Brazão.

"De acordo com a Polícia Federal, tudo foi planejado por Chiquinho Brazão. E você sabe onde ele trabalhava? Ele era secretário especial do Eduardo Paes. Não era só um apoiador, não. Era um parceiro", diz o vídeo, que segue uma estratégia semelhante à do prefeito.

Assim como o vídeo de Paes, o de Ramagem, ao apontar o dedo para o oponente, deixa de mencionar que o deputado federal votou a favor de Chiquinho quando a Câmara analisou a possibilidade de revogar a prisão do parlamentar preso. Além disso, na coligação do bolsonarista está o sobrinho de Chiquinho, Kaio Brazão Filho, candidato a vereador — para quem Paes também chegou a fazer campanha no início do ano.

O prefeito conseguiu derrubar o vídeo do adversário; a Justiça Eleitoral entendeu que, embora o parlamentar preso tenha sido parte da prefeitura, "a associação criminosa feita entre o representante e o suspeito do crime não tem respaldo". Sobre as acusações de Ramagem, o prefeito definiu-as como "baixas e irresponsáveis".

"Todos já sabem que quando eu tomei conhecimento do suposto envolvimento do então político, ele foi sumariamente demitido do meu governo", disse. "Fazer isso [usar o assassinato como arma eleitoral] é ultrapassar os limites da política, é não respeitar a dor do outro e, principalmente, relativizar um crime bárbaro".

A campanha de Paes não quis comentar a relação dele com os demais citados.

Ramagem, por sua vez, disse que votou pela soltura de Chiquinho por considerar ser inconstitucional um deputado, em pleno exercício de seu mandato, ser preso sem que a Justiça submetesse a decisão ao Congresso Nacional.

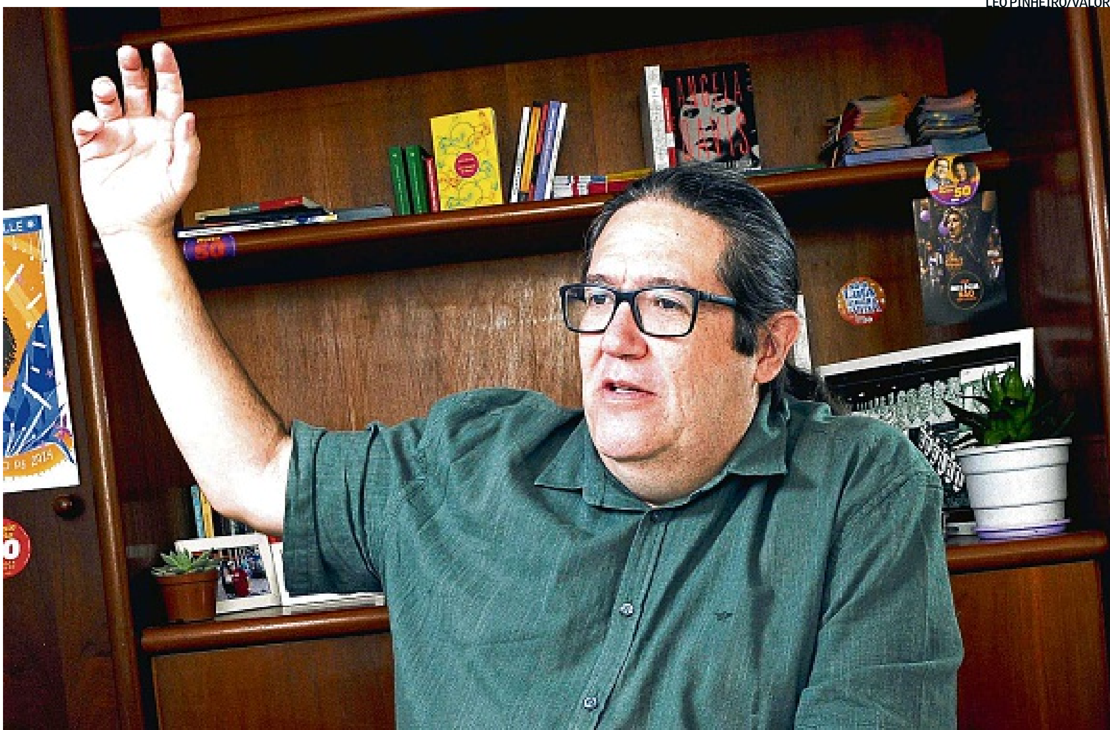
A campanha do bolsonarista também alegou que a relação do candidato com Cunha é apenas partidária, pelo fato de o ex-presidente da Câmara comandar o diretório do Republicanos no Rio. Cunha, porém, fez parte da articulação em prol da candidatura de Ramagem, tendo inclusive indicado uma das possibilidades de vice ao postulante.

Na convenção do Republicanos que oficializou o apoio a Ramagem, o bolsonarista não só dividiu o palco com o ex-presidente da Câmara, como se referiu a ele como "nosso Eduardo Cunha".

Eleições Tarcísio Motta, do Psol, afirma-se como candidato da base do governo Lula e defende sua capacidade de gerenciar o orçamento da cidade

‘Vamos seguir falando com o eleitorado progressista do Rio’

LEO PINHEIRO/VALOR



Tarcísio: "A essa altura do campeonato, está provado que nunca deixamos de defender o programa do governo Lula"



Camila Zarur e Rafael Rosas
Do Rio

Em sua primeira corrida à Prefeitura do Rio de Janeiro, Tarcísio Motta (Psol) minimiza seu baixo desempenho nas pesquisas eleitorais e se afirma como uma candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — ainda que o mandatário tenha optado por apoiar o prefeito Eduardo Paes (PSD).

O psolista concentra as críticas no atual ocupante do cargo que almeja. Ele define o adversário como um “bom cenógrafo”, alguém sem planejamentos mas que gosta de “factoides”. As ofensivas fazem parte da estratégia do candidato de tentar atrair para si o eleitor progressista. Motta, contudo, reconhece que a esquerda se afastou das camadas mais populares e afirma que este processo se deu a partir dos primeiros governos de Lula e de Dilma Rousseff (PT).

O candidato ao Palácio da Cidade pontua que ideias que defendia há uma década e eram descartadas são agora implementadas, como iluminação pública sendo parte das políticas de segurança da cidade. “Não quero esperar mais 10 anos para as pessoas pararem de rir do que estou falando”, diz.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *As pesquisas mais recentes mostram que o senhor se mantém no mesmo patamar do início do mês, enquanto Ramagem cresceu. Como avalia este cenário?*

Tarcísio Motta: As pesquisas não capturam o que estamos sentindo nas ruas. Vemos é que a campanha está crescendo. Vamos seguir falando com o eleitorado progressista do Rio, falando que para derrotar a extrema-direita não precisa se aliar à direita.

Valor: *Não ter o apoio do presidente Lula gera incômodo?*

Motta: O Lula fez o acordo com Paes nas eleições de 2022. Naquele momento, numa avaliação que cabe ao Lula e ao PT explicar, eles atraíram o Paes. Em troca, o presidente se comprometeu a apoiá-lo. Diferentemente de Paes, o Lula cumpre acordos. A essa altura do campeonato, está provado que nunca deixamos de defender o governo Lula nem que não ter seu apoio é uma ruptura. Somos uma candidatura da base de Lula. Paes é um camaleão e um oportunista. Precisamos subir o tom sobre isso.

Valor: *Não temos visto muito Lula na campanha de Paes. O senhor acha que é um apoio mais formal e, talvez, envergonhado?*

Motta: Paes é quem tem vergonha de mostrar Lula na sua campanha. Mesmo no horário eleitoral, quando fala do presidente, diz ter divergências. Ou seja, ele não se assume. Quer dizer que é tudo ao mesmo tempo. Já foi tucano, já foi a favor do golpe, já declarou que preferia [Jair] Bolsonaro e Paulo Guedes em 2018, e agora está com o Lula. Ele vai mudando, é um projeto de poder personalista e pessoal. Paes não quer colocar Lula no palanque, porque acha que assim perde voto da direita. Ao mesmo tempo, ele tem que bloquear o apoio de Lula à mim.

Valor: *A esquerda perdeu a capacidade de dialogar com as camadas mais populares?*

Motta: Sim. Nosso processo de trabalho de base enfraqueceu. Há um processo de sofrimento grande, de individualismo muito forte e de um discurso antiesquerda que mobilizou medos e perspectivas religiosas que nos atingiram fortemente. De fato, no período dos primeiros governos Lula e Dilma, esse trabalho de base foi deixado de lado. Estamos colhendo parte desses frutos.

Valor: *Não falta na campanha um “posto Ipiranga”, alguém dê um atestado para o projeto econômico?*

Motta: Temos estudado muito, o orçamento da prefeitura cresce ano a ano. Nos últimos cinco anos, a receita corrente cresceu 9%, descontada a inflação. Isso não é desprezível. Estamos falando de muito dinheiro, mas que hoje não está produzindo investimentos. Não falta “posto Ipiranga”, falta prioridade orçamentária.

Valor: *O que o senhor propõe para reacomodar os recursos?*

Motta: Se eu reduzo, por exemplo, gastos de publicidade que o orçamento de 2023 aprovou, dou uma folga de R$ 140 milhões. Com isso, construo 50 restaurantes populares. O subsídio pago com dinheiro público às empresas de ônibus vai chegar a R$ 2,2 bilhões. Não é possível que desse dinheiro não tenha R$ 132 milhões para garantir tarifa zero no domingo?

Valor: *Como organizar o sistema de transporte?*

Motta: Com todas as divergências que tenho com o governador Cláudio Castro (PL), duvido que ele vai rejeitar se eu disser que parte dos investimentos que faremos é para melhorar o trem e construir a conexão Carioca-Estácio do metrô. O transporte é integrado, e Estado e município têm que agir junto. Hoje, agem separados. Há mais de 10 anos a gente dizia que tinha que tirar a bilhetagem eletrônica da mão da máfia dos ônibus e construir uma empresa pública de transporte. Agora, Paes posa como aquele que deu solução para os problemas que ele criou. É preciso romper os contrato com as concessionárias.

Valor: *Na saúde, o senhor se diz contra as Organizações Sociais (OSs) e a PPP no Hospital Souza Aguiar. Pretende romper contratos?*

Motta: Não vamos romper os contratos das OSs, mas vamos fazer uma transição do modelo para um de controle público. É uma questão ao longo do tempo. No modelo atual, a verba pública está escoando sem que a gente consiga atender adequadamente a população, sem que a fila do Sisreg ande. O prefeito é o gestor pleno do SUS e ele precisa assumir esse papel. Já do ponto de vista do Souza Aguiar, precisamos rever o processo de transparência. Não há pleno conhecimento dos investimentos que estão sendo colocados e das contrapartidas da prefeitura. O dado que temos é de que a PPP vai investir R$ 450 milhões e vai custar para a cidade, no prazo de 15 anos, quase R$ 4 bilhões. É sustentável? O problema do Paes é que ele não gosta de planejar nada. Ele gosta de apresentar a coisa como fato eleitoral. O Eduardo Paes é um grande cenógrafo, não é um bom gestor.

Valor: *O senhor trata a questão da habitação também como solução para segurança pública. Como?*

Motta: Tem uma lei aprovada, da minha querida companheira Marielle Franco, que prevê que em cada favela e periferia tenha pontos de assistência técnica para requalificar e regularizar imóveis. Se de fato o prefeito respeitasse a memória de Marielle, já teria colocado em prática. Isso torna o mercado imobiliário do crime desinteressante e ataca o coração econômico do crime. Parece 10 anos atrás, quando falávamos que iluminação pública era questão de segurança e as pessoas riam. Agora Paes fala o quê? Falávamos isso em 2012. Não quero esperar mais 10 anos para pararem de rir do que estou falando.

Eleições Atendimento da demanda por serviços públicos é o principal desafio dos candidatos neste ano

População de Roraima cresce no ritmo da entrada de venezuelanos e pressiona políticos



Raphael Di Cunto
De Boa Vista e Pacaraima (RR)

A chegada diária de centenas e centenas de imigrantes e refugiados venezuelanos que buscam fugir da crise econômica e do regime ditatorial de Nicolás Maduro na Venezuela tornou Roraima, o Estado menos populoso da federação, naquele em que a população tem crescido em ritmo mais acelerado. O cenário, mesmo sete anos depois, ainda é desafiador: falta de vagas em creches, demora nas unidades de saúde diante da demanda crescente, população em situação de rua — algo até então incomum para uma capital com ares de interior —, aumento da criminalidade e pressão para que os candidatos a prefeito ampliem atendimento aos serviços públicos.


RAPHAEL DI CUNTO/VALOR

Fila para tirar documentos e poder entrar no Brasil em Pacaraima, município na fronteira com a Venezuela: cena se repete, ininterruptamente, há mais de sete anos

Aos poucos, porém, Boa Vista tem se acostumado a esta nova realidade. Se a chegada dos venezuelanos foi um dos principais temas da eleição de 2020, desta vez o assunto passa à margem da disputa, mais focada em obras e na suposta falta de investimentos na periferia. A Operação Acolhida, parceria do governo federal com ONGs internacionais, construiu abrigos para dar suporte àqueles que chegam sem estrutura ou recursos à capital. A tensão entre brasileiros e venezuelanos, mais comum nos primeiros anos, diminuiu e os casos de xenofobia são raros. Grande parte dos trabalhadores do setor de serviços, como garçons, caixas de supermercados e vendedores de lojas, veio do país vizinho.

Autoridades locais indicam que há pelo menos 60 mil imigrantes morando na cidade, grande parte em situação precária. A região no entorno da rodoviária interestadual, onde fica o maior abrigo construído, tornou-se um acampamento a céu aberto. Roupas estendidas em varais improvisados no meio da calçada, crianças correndo na beira de avenidas, jovens dormindo em pontos de ônibus e barracas improvisadas e redes penduradas em marquises de lojas que já não abrem mais. Pequenos grupos também se espalham por outros bairros.

Boa Vista é a segunda cidade brasileira que proporcionalmente mais cresce em número de habitantes. Fica atrás apenas de Pacaraima (RR), porta de entrada dos venezuelanos no país, conectada à capital por 200 km de uma esburacada estrada, parte asfaltada, parte de terra. Desde junho, mais de 31 mil venezuelanos atravessaram a fronteira com o Brasil na esperança de melhores condições de vida. Após receberem documentação de residente temporário ou refugiado, a maioria deles vai para a capital roraimense. Uma parte, menor, vai para outras cidades brasileiras para ficar próximo de parentes ou caso consiga um emprego.

Cerca de 413 mil pessoas moravam no município em 2022, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Hoje, de acordo com estimativas da instituição, já são 470 mil. Os números não são totalmente comparáveis por adotarem metodologias distintas, mas apontam para o crescimento causado pela imigração. "Temos o efeito direto, que é a chegada de mais pessoas, mas também um efeito indireto, porque as faixas etárias mais propensas a migrar também são aquelas no período reprodutivo", explica o gerente de Projeções e Estimativas Populacionais do IBGE, Marcio Minamiguchi.

Embora sejam no máximo 15% da população de Boa Vista, os venezuelanos mantêm a tradição de terem grandes famílias e seus filhos são 25% dos partos na rede estadual. Segundo a prefeitura, a maternidade local é a em que mais nascem bebês no país.

Ouve-se, aqui e acolá, críticas sobre uma piora na educação, saúde e segurança públicas por causa desse aumento populacional. Atualmente, 20% dos alunos nas escolas municipais são venezuelanos, as creches não dão conta do número de crianças e 40% dos atendimentos médicos na rede estadual são para os novos moradores — a Secretaria de Saúde do Estado aponta gastos de R$ 287 milhões desde 2017 com cirurgias e consultas, numa tentativa de pressionar o governo federal a ampliar os repasses.

"Se tiver mil vagas nas escolas, as mil vão para os venezuelanos, que têm prioridade sobre os brasileiros", queixa-se o deputado estadual Idazio Lima (MDB), o "Idazio da Perfil", enquanto aguarda uma reunião com o prefeito. Ele era vereador quando a Câmara Municipal aprovou a criação de filas separadas para brasileiros e venezuelanos. "O Ministério Público me chamou e mandou retirar [a lei] porque era ilegal, mas o governo do Estado e a prefeitura não têm condição de arcar com esses custos", diz.

O prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique (MDB), explica que não há prioridade para os venezuelanos, mas que ONGs e organismos internacionais que os acolhem na chegada entram com ações judiciais para que tenham garantia de vaga para os filhos. "As creches não estão universalizadas. O PNE [Plano Nacional de Educação] prevê que apenas em 2030 as cidades tenham vagas para 100% das crianças. Então, sim, uma decisão judicial dessas acaba por furar a fila — que tem crianças brasileiras, mas também venezuelanas à espera de vaga", afirma.

> Temas discutidos na campanha estão mais voltados para os investimentos na cidade

Henrique diz que a xenofobia diminuiu muito em relação ao período inicial, pré-pandemia, quando havia agressões a membros da nova comunidade e um clima de maior tensão, mas até hoje há cobranças sobre o tratamento "privilegiado" a estrangeiros. "A percepção da população é que o imigrante está tendo acesso aos serviços da prefeitura e os brasileiros, não", comenta.

Ele conta que fez um intercâmbio com outros países em situação parecida e os estrangeiros se surpreenderam. "No Brasil, a lei diz que quem reside no território tem direito aos serviços públicos. Na Jordânia, por exemplo, só quem nasceu ou tem cidadania lá tem esse direito. Para os refugiados isso é custeado pelos organismos internacionais", afirma. "É difícil dizer qual modelo é o certo e qual é o errado, mas com certeza aqui deveria haver um apoio desses organismos também para o custeio dos serviços", afirma.

Para o advogado Victor Del Vecchio, especialista em imigração e direitos humanos, a xenofobia arrefeceu porque os roraimenses entenderam que os venezuelanos saíram por graves dificuldades em seu país. "Mesmo a pessoa mais reacionária, mais anti-imigração, entende que o venezuelano vem para o Brasil fugindo do regime madurista, de uma perseguição. Que não são ladrões ou drogados, mas pessoas passando necessidades", diz.

Outra cobrança sobre os políticos locais é o aumento da criminalidade durante esse período de imigração. Há quase 600 venezuelanos presos na penitenciária local e o governo estuda abrir uma nova ala. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cidade registrou 94 mortes violentas intencionais ano passado, ante 57 em 2016. Ocorreram 69 homicídios em 2023 e 51 em 2016. Os latrocínios (assassinato para roubar algo) passaram de três para seis. A taxa de estupros dobrou e Boa Vista hoje é a terceira cidade do país com maior índice desse crime. Há que se considerar, em todos esses casos, que também houve aumento no tamanho da população nesse período e que os crimes não estão necessariamente ligados aos venezuelanos.

"É inegável o aumento. Mas é bom destacar e não generalizar dizendo que 'é o imigrante'. É a comunidade afetada [pela imigração]. Também pode ser o brasileiro que perdeu seu emprego. Hoje o garçom brasileiro não compete com o garçom venezuelano, ele compete com o engenheiro e o médico venezuelanos por um emprego no restaurante", diz o prefeito, que ressalta também a alta de furtos de fios de eletricidade, bicicletas e até placas de trânsito.

O senador Hiran Gonçalves (PP-RR) critica o governo brasileiro por, segundo ele, não fiscalizar de forma mais rígida a fronteira. Com a dificuldade de obtenção de documentos na Venezuela e a repressão da ditadura, parte dos imigrantes chega ao Brasil sem documentos. "Nestes casos, é aceita a autodeclaração. Ele pode dizer um nome e idade qualquer e, pronto, nasceu uma nova pessoa. A polícia não tem dados e põe a população em risco com isso", diz. Procurada, a Polícia Federal, a quem cabe a fiscalização, não se manifestou.

Na eleição municipal passada, a imigração esteve entre os principais temas da eleição. Dois candidatos acusaram a ex-prefeita Teresa Surita (MDB) por "privilegiar" os venezuelanos e prometeram restringir o direito deles para priorizar o atendimento aos brasileiros — o que contraria a Constituição Federal e a Lei de Imigração. Foram acusados de xenofobia pelos novos moradores e viraram alvo de investigação pelo Ministério Público Federal.

Nesta campanha, os temas em discussão estão mais voltados a investimentos na cidade e à aliança de cada grupo político. Um dos dois acusados de xenofobia na eleição passada, o deputado federal Antônio Nicoletti (União-RR) concorre novamente à prefeitura, mas desta vez passa mais tempo tentando viabilizar a candidatura, que é contestada na Justiça pelo próprio partido.

Presidente do diretório municipal, Nicoletti registrou a própria candidatura, enquanto o diretório nacional lançou a deputada estadual Catarina Guerra (União), aliada do governador Antonio Denarium (PP) e que explora a imagem dele na eleição. "A cidade nunca teve um prefeito alinhado ao governo estadual. Precisamos dessa parceria", diz ela, que, por enquanto, é a candidata com base em uma liminar.

A disputa atrasou a chapa de oposição e deu mais força ao prefeito, admitem aliados do governador. Na pesquisa do instituto Quaest divulgada na terça-feira, Arthur Henrique tem 56% das intenções de voto e seria eleito no primeiro turno, mas perdeu apoio desde 27 de agosto, quando registrava 65%. Catarina pontua 19% e Nicoletti, 2%. Também concorrem Mauro Makashima (PV) e Lincoln Freire (Psol), ambos com 1%. Foram ouvidos 704 eleitores entre 14 e 16 de setembro. A margem de erro é de 3,7 pontos percentuais, com nível de confiança de 95% (registro RR-08408/2024).

Imigração segue intensa na fronteira

De Pacaraima (RR)

Sob um sol escaldante, centenas de crianças, jovens com bebês de colo, adolescentes e adultos enfileiram-se à espera de atendimento pelo governo brasileiro em barracas de lona instaladas na entrada de Pacaraima (RR), município na fronteira do Brasil com a Venezuela. A cena se repete, quase que ininterruptamente, há mais de sete anos, com a fuga de milhares de pessoas da crise econômica e repressão da ditadura de Nicolás Maduro.

O mecânico nuclear Roberto Perez, 45 anos, aguardava desde as 5h para retirar todos os documentos brasileiros — o que costuma levar até quatro dias, se tudo estiver certo com a documentação original. Ele conta que foi demitido da empresa em que trabalhava e passou a vender hambúrguer na rua, mas há meses o dinheiro não é mais suficiente para a família e para dar atendimento adequado ao filho, que tem autismo e dificuldade de locomoção. "Não temos dinheiro para alimentação. Não comemos carne ou frango mais. Quero ir para Santa Catarina, um amigo está lá e disse que há empregos. Na Venezuela não há mais esperança de melhora", diz.

A opinião é a mesma de Javier Jimenez, 43 anos, que acompanhava as filhas, Maria Fernandes, 10 anos, e Maria Alejandra, de 7 anos, para tirar a documentação necessária para matriculá-las numa escola no Brasil. "Na Venezuela elas não conseguem estudar mais. Não têm uniforme e sapatos para ir à escola", contou. Elas viajariam com uma tia para São Paulo, onde também já está a mãe delas. "O presidente já não serve. Maduro não presta. Votei no outro", protesta Jimenez, sem saber ao certo o nome de Edmundo González, candidato de oposição que é apontado por organismos internacionais como o real vencedor da eleição.

A vitória de González não foi reconhecida pelo Conselho Eleitoral. Controlado pelo governo, o órgão declarou a reeleição de Maduro em 29 de julho e se recusou a divulgar as atas das urnas. Houve protestos, reprimidos com violência, prisões e o exílio de Gonzáles. O governo brasileiro, que não reconheceu a vitória do ex-aliado, se preparou para um crescimento no fluxo de imigrantes em Roraima, mas isso não ocorreu até agora.

Desde junho, 31 mil venezuelanos ingressaram no Brasil por Pacaraima, mas o número de entrantes está até menor do que nos últimos dois anos, de acordo com dados do governo e de ONGs. "Fizemos vários planos de contingência, mas não precisamos acioná-los", diz o comandante da base do Exército em Pacaraima, coronel Fabrício da Silva Gonçalvez, responsável pela logística e saúde dos imigrantes.

Agosto costuma ser um mês em que, tradicionalmente, o número de migrantes sobe pelo início das férias escolares na Venezuela, o que permite a mudança sem a perda das aulas. Este ano, 12,3 mil entraram no Brasil em agosto, enquanto em 2023 foram 13,1 mil e 14 mil em 2022. Desde 2017, 1,1 milhão já passaram pela fronteira e 138 mil conseguiram ir para outras cidades brasileiras com bolsas ou empregos no processo de "interiorização" — criado para evitar uma sobrecarga maior de Roraima.

A situação dos migrantes, embora extremamente precária, é melhor do que há alguns anos, segundo autoridades. "Atuei aqui também em 2021, na época da pandemia, e as pessoas chegavam mais debilitadas. Desnutridas, com as roupas sujas, sem nenhum dinheiro. Na época da covid, o governo venezuelano restringiu a circulação de ônibus e essas pessoas vinham a pé. Hoje é mais por transporte coletivo e geralmente já com a indicação de algum amigo ou parente que está no Brasil", comenta o coronel Gonçalvez.

Apesar da repressão, parte também acaba voltando para casa por dificuldades com o idioma ou por laços familiares. Nos últimos três meses, pelo menos 3 mil atravessaram a fronteira de volta. É o caso de Gabriel Pereira, 22 anos, que passou três anos em Boa Vista e Curitiba, mas conversou com o **Valor** enquanto pegava um táxi em Pacaraima para chegar a Santa Helena, cidade venezuelana na divisa com o Brasil, e dali mais 12 horas de ônibus até chegar a Bolívar. "Estou com saudades. Muita. Meus pais são mais velhos, têm casa lá e não querem sair", explica. O plano é usar o dinheiro poupado nesses três anos para investir numa padaria. "Estou com um pouquinho [de medo]. Mas vou ficar três meses, se não der certo, volto para o Brasil." *(RDC)*



RAPHAEL DI CUNTO/VALOR

Cartaz prega interiorização: programa tenta evitar sobrecarga de Roraima

INÊS 249

Política

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,41	1,36	0,36	0,38	-0,17	0,50	0,66	0,74	0,10
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,99**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,05**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**
	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

		Acumulado em				Número índice			
	set/24	**ago/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**set/24**	**ago/24**	**dez/23**	**set/23**
IBGE									
IPCA	-	-0,02	2,85	4,62	4,24	-	6.966,50	6.773,27	6.700,66
INPC	-	-0,14	2,80	3,71	3,71	-	7.149,55	6.954,74	6.901,51
IPCA-15	-	0,19	3,02	4,72	4,35	-	6.846,50	6.645,93	6.583,85
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.583,85
FGV									
IGP-DI	-	0,12	2,07	-3,30	4,23	-	1.128,41	1.105,54	1.087,42
Núcleo do IPC-DI	-	0,20	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,11	1,54	-5,92	4,11	-	1.314,28	1.294,35	1.268,88
IPA-Agro	-	0,30	2,48	-11,34	4,94	-	1.829,58	1.785,32	1.704,49
IPA-Ind.	-	0,04	1,19	-3,77	3,80	-	1.107,61	1.094,53	1.083,28
IPC-DI	-	-0,16	2,85	3,55	4,18	-	754,55	733,67	726,26
INCC-DI	-	0,70	4,27	3,49	5,23	-	1.134,78	1.088,31	1.082,10
IGP-M	-	0,29	2,00	-3,18	4,26	-	1.146,58	1.124,07	1.103,74
IPA-M	-	0,29	1,45	-5,60	4,20	-	1.353,52	1.334,20	1.304,27
IPC-M	-	0,09	3,05	3,40	4,19	-	738,33	716,46	710,56
INCC-M	-	0,64	4,00	3,32	4,84	-	1.129,64	1.086,15	1.080,07
IGP-10	0,18	0,72	2,54	-3,56	4,25	1.172,34	1.170,28	1.143,35	1.124,56
IPA-10	0,14	0,84	2,04	-6,02	4,12	1.394,69	1.392,81	1.366,78	1.339,54
IPC-10	0,02	0,33	3,34	3,43	4,23	744,92	744,76	720,87	714,68
INCC-10	0,79	0,59	4,69	3,04	5,28	1.120,46	1.111,71	1.070,21	1.064,31
FIPE									
IPC	-	0,18	2,12	3,15	3,56	-	689,58	675,27	667,80

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia set/24 0,47% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana set/24 0,10%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público — Fluxos acumulados em 12 meses	**jul/24 Valor**	**jul/24 % do PIB**	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**jul/23 Valor**	**jul/23 % do PIB**
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**
Discriminação	**jul/24 Valor**	**jul/24 Var. %**	**jun/24 Valor**	**jun/24 Var. %**	**jul/23 Valor**	**jul/23 Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Oriente Médio Grupo xiita libanês amplia disparos contra o norte de Israel, que reage com ataques aéreos contra cidades do Líbano

Hezbollah e Israel escalam ações e sinalizam para conflito longo

Agências internacionais

A milícia extremista islâmica Hezbollah e Israel lançaram ontem uma das mais intensas trocas de disparos desde 7 de outubro, quando o exército israelense lançou sua guerra contra o grupo terrorista Hamas. A maior atividade de bombardeios do Hezbollah contra o norte de Israel se deu ao mesmo tempo em que o segundo principal líder da milícia, Naim Qassem, disse que os ataques ao norte de Israel aumentariam.

Israel tem respondido com ataques aéreos a Tiro, Beirute e outras partes do Líbano, sobretudo na fronteira entre os dois países.

"Entramos em uma nova fase, cujo título é 'operação batalha de acerto de contas sem fim'",disse Qassem no funeral de um dos comandantes do Hezbollah que morreram em um ataque aéreo de Israel a Beirute na sexta-feira — na esteira de uma sequência de derrotas impostas ao grupo, incluindo a explosão de milhares de pagers e walkie-talkies "infiltrados" com explosivos. Oficialmente, Israel não confirmou nem desmentiu os ataques com os dispositivos.

O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, por seu lado, disse que as operações continuariam até que fosse seguro o retorno de 60 mil pessoas retiradas do norte de Israel, em prevenção aos ataques de foguetes do Hezbollah.

As declarações foram vistas por especialistas como um sinal de que os dois lados preparam o cenário para um longo conflito — já que o Hezbollah prometeu lutar até um cessar-fogo na guerra paralela de Gaza contra o aliado Hamas. Cerca de 150 foguetes, mísseis de cruzeiro e drones foram disparados contra Israel desde a noite do sábado até o anoitecer do domingo, a maioria dos projéteis foi interceptada por defesas aéreas, incluindo um "alvo aéreo" que veio do leste, disseram os militares sem especificar a origem deste ataque.

Vários edifícios foram atingidos, incluindo uma casa gravemente danificada perto da cidade israelense de Haifa. Equipes de resgate trataram feridos, mas não houve relatos de mortes. Os moradores foram instruídos a ficar perto de abrigos antiaéreos e salas seguras. O Hezbollah disse que atingiu um quartel e outra posição israelense com esquadrões de drones de ataque ontem. E que lançou foguetes em instalações militares-industriais em "resposta inicial" aos ataques da semana passada.


ARIEL SCHALIT/AP

Forças de segurança de Israel examinam edifício bombardeado no norte do país

> "'[O Hezbollah] entra na fase da batalha de acerto de contas sem fim"
> *Naim Qassem*

"Nos últimos dias, infligimos uma série de golpes contra o Hezbollah, algo que eles nunca imaginaram", disse ontem o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, em uma declaração gravada para a TV. "Se o Hezbollah não entendeu a mensagem, eu prometo a vocês, ele entenderá em breve o que queremos dizer", afirmou.

Em prevenção aos ataques do Hezbollah, Israel fechou escolas, restringiu reuniões no norte e ordenou que os hospitais de lá transferissem pacientes e funcionários para áreas protegidas — muitos centros médicos têm instalações seguras ou subterrâneas projetadas para suportar ataques.

Um militante da Resistência Islâmica no Iraque, um grupo de facções armadas apoiadas pelo Irã, disse que eles lançaram ontem ataques com mísseis de cruzeiro e drones contra Israel na madrugada de ontem como parte de "uma nova fase em nossa frente de apoio" com o Líbano.

Na noite de sábado, o Exército israelense invadiu a sede da emissora de TV do Catar Al-Jazira, em uma área sob jurisdição da Autoridade Palestina na Cisjordânia. Os soldados danificaram câmeras e equipamentos de transmissão e expulsaram os funcionários.

Segundo Israel, a emissora — que saiu do ar — foi punida judicialmente por "incitação ao terrorismo".

EUA pedem moderação a Israel, mas admitem limite diplomático

Agências internacionais

Os EUA fizeram ontem uma advertência direta a Israel para que não acirre o início de uma guerra total contra o Hezbollah. A advertência foi feita em meio às trocas de tiros mais ferozes desde 7 de outubro, no início da guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas, e apesar de internamente Washington estar convencido de que sua capacidade de persuadir o governo israelense hoje é mais reduzida do que antes da guerra.

Os ataques crescentes alimentaram temores de que as hostilidades possam se transformar em uma guerra terrestre em larga escala. John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, alertou Israel de que havia "melhores maneiras" de garantir que os cidadãos israelenses pudessem retornar às casas evacuadas no norte "do que uma guerra, uma escalada e depois abrir uma segunda frente".

"Não acreditamos que um conflito militar, e estamos dizendo isso diretamente aos nossos colegas israelenses, seja do melhor interesse deles", disse Kirby ao programa "This Week" da TV ABC.

Ao mesmo tempo, o secretário de defesa dos EUA, Lloyd Austin, ligou para seu colega israelense no sábado para enfatizar "a importância de se alcançar uma solução diplomática" e destacar sua preocupação com a segurança dos cidadãos americanos na região, de acordo com o Pentágono.

Após passar meses dizendo que um cessar-fogo e um acerto para a libertação de reféns era iminente, autoridades graduadas dos EUA admitiram na semana passada que já não esperam que Israel e o Hamas cheguem a um acordo até o fim do mandato do presidente americano, Joe Biden.

O governo não deixará de buscar um pacto, que considera como a única maneira de acabar com a guerra em Gaza e parar o conflito entre Israel e o Hezbollah libanês, que se agrava rapidamente. A Casa Branca tinha informado em ocasiões anteriores que as partes beligerantes já tinham aceitado "90%" do texto do acordo, então ainda há esperanças de êxito. Mas várias autoridades de alto escalão na Casa Branca, no Departamento de Estado e no Pentágono já reconhecem que as partes não concordarão com as condições do texto atual.

"Nenhum acordo é iminente", disse uma das autoridades dos EUA à agência Dow Jones. "Não tenho certeza nem se ele sairá algum dia."

As autoridades mencionaram duas razões principais para o pessimismo. Uma é que a proporção de prisioneiros palestinos que Israel precisa libertar em troca dos reféns mantidos pelo grupo Hamas é um ponto de discórdia importante — mesmo antes de o grupo, que os EUA consideram como terrorista, ter matado seis reféns, entre eles um cidadão americano.

O ataque ao Hezbollah com pagers e walkie-talkies explosivos, seguido pelas maiores ofensivas aéreas israelenses desde o 7 de Outubro, aumentou muito a possibilidade de uma guerra aberta, o que complica a negociação diplomática com o Hamas.

Outro problema, segundo autoridades do governo Biden, é que o Hamas faz exigências, mas depois que os EUA e Israel as aceitam se recusa a dizer "sim". A intransigência tem frustrado muito os negociadores, que se sentem cada vez mais convencidos de que o grupo militante não é sério em relação à conclusão de um acordo.

Críticos também acusam o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de sabotar o processo, em parte como um esforço para apaziguar os grupos de extrema direita que integram sua coalizão de governo.

Como resultado, o clima no governo e no Oriente Médio está mais sombrio do que estava antes.

"Não há nenhuma chance de isso [um acordo com o Hamas] acontecer hoje", afirmou uma autoridade de um país árabe logo depois da operação contra o Hezbollah. "Todos estão no clima de esperar para ver até depois da eleição. O resultado determinará o que pode acontecer no próximo governo."

> "Não estamos mais perto de um acordo agora do que há uma semana"
> *John Kirby*

O fracasso em chegar a um acordo poderia prejudicar o legado de Biden, que depois de apoiar Israel na sequência do ataque do Hamas de outubro — que causou a morte de 1,2 mil pessoas — demorou para convencer Netanyahu de que ele deveria dar prioridade à libertação dos então cerca de 250 reféns. Também é um golpe para as famílias que esperam há quase um ano para abraçar seus entes queridos de novo, assim como para os moradores de Gaza que buscam alívio de uma guerra que já matou mais de 40 mil palestinos.

O conselheiro de segurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, encontrou-se na quarta-feira com os parentes dos sete americanos que ainda são reféns em Gaza, e lhes disse que garantir sua libertação era uma das principais prioridades do presidente.

Na semana passada, Kirby, disse a jornalistas que as perspectivas de concluir um acordo eram "desalentadoras", apesar de o governo ter passado meses indicando que ele estava próximo. "Não estamos mais perto disso agora do que estávamos há uma semana."

Atordoado e ferido, grupo libanês viu pior semana de sua história

Raya Jalabi, Andrew England e James Shotter
Financial Times, de Beirute, Londres e Jerusalém

Dois dias após uma operação de sabotagem devastadora ter atordoado o Hezbollah e mergulhado sua rede de comunicações no caos, um dos líderes militares mais graduados do grupo militante convocou uma reunião de pelo menos 15 altos oficiais no sul de Beirute.

Ao cair da noite, os homens estavam mortos, com pelo menos mais três dezenas de civis, em um ataque aéreo israelense na sexta-feira que teve como alvo o prédio residencial onde se reuniram em uma sala subterrânea. O ataque foi um golpe esmagador que encerrou provavelmente a semana mais calamitosa na história de 40 anos do grupo libanês apoiado pelo Irã.

O bombardeio ocorreu após os supostos ataques israelenses consecutivos na terça e quarta-feira que fizeram milhares de pagers e walkie-talkies do Hezbollah explodirem, matando ao menos 37 pessoas e ferindo milhares, reforçou a vulnerabilidade do grupo.

Israel não só conseguiu atacar com sucesso o coração da estrutura de comando e controle do Hezbollah, como também desferiu um golpe psicológico claro, espalhando pânico pelo Líbano e minando a credibilidade da força política e militar dominante do país.

"É definitivamente o momento mais difícil para a organização desde a década de 90", disse Emile Hokayem, diretor de segurança regional do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos. "Militarmente, é o maior golpe que eles sofreram até agora."

A questão que o Hezbollah enfrenta, espancado e humilhado, é como responder a isso — para além das ameaças retóricas feitas pelo grupo neste fim de semana.

Analistas disseram que o Hezbollah enfrenta uma pressão crescente de seus apoiadores, cuja sensação de segurança foi reduzida, para mudar de tática e usar mais força para repelir Israel, na tentativa de restaurar a dissuasão.

No entanto, ao mesmo tempo, ele está lidando com as consequências da violação de sua segurança mais séria na história recente, uma rede de comunicações gravemente rompida e a perda de seus comandantes graduados.

"O flanco do Hezbollah está exposto e eles sabem disso", disse uma fonte próxima ao grupo.

A reação do Hezbollah foi silenciada, com seu líder, Hassan Nasrallah, prometendo um refrão familiar de retaliação e ordenando apenas um ligeiro aumento no disparo de foguetes contra Israel.

O grupo reconheceu que alguns dos principais comandantes — incluindo Ibrahim Aqil, o fundador de sua Força Radwan — estavam entre os mortos na sexta-feira.

Semana mortífera
Ataques abalaram o Hezbollah

17/set	Israel detona milhares de pagers usados pelo grupo libanês, deixa **12 mortos e centenas de feridos**
18/set	Walkie-talkies que líderes do grupo usam para se coordenar explodem em várias partes do Líbano. **15 morrem**
19/set	Enquanto líder militante Hassan Nasrallah jura vingança na TV, Israel intensifica bombardeios na fronteira
20/set	Ataque no sul de Beirute **mata 15 comandantes** do Hezbollah que estavam reunidos no sul da capital

Fonte: Valor

Israel disse que matou a "cadeia de comando sênior" do Radwan, unidade de elite do Hezbollah responsável por incursões terrestres em Israel e defesa do sul do Líbano contra uma invasão terrestre.

A morte de Aqil significa que agora há apenas dois dos sete membros originais do "conselho da jihad", o principal corpo militar do Hezbollah, vivos, de acordo com duas pessoas familiarizadas com as operações do grupo.

Kamala lidera em duas pesquisas


MATT ROURKE/AP

A vice-presidente dos EUA e candidata presidencial democrata, Kamala Harris, lidera duas pesquisas nacionais divulgadas ontem. A TV NBC News mostrou Kamala com 49% dos votos, enquanto o ex-presidente Donald Trump, tinha 44% — uma situação de empate técnico. Já na pesquisa CBS/Ipsos, Kamala tem 52% e Trump, 48%. As pesquisas foram feitas após a suposta tentativa de atentado contra Trump na Flórida. Na foto, Kamala embarca para compromisso em Nova York.

ONU aprova texto vago sobre multilateralismo

Daniela Chiaretti e Naiara Bertão
De Nova York

A Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou por consenso e com sobressalto o Pacto para o Futuro, um documento negociado há meses e que o secretário geral da ONU António Guterres queria deixar como legado de sua gestão.

O documento buscava fortalecer o multilateralismo. Trata de segurança internacional, reforma do Conselho de Segurança, mudanças na arquitetura financeira internacional, ações sobre dívidas dos países mais pobres e debate sobre regular plataformas digitais.

Devia ser aprovado por consenso, com caráter vago e genérico para conseguir um mínimo denominador comum. Não é legalmente vinculante. Mesmo assim, a sessão começou com sobressalto.

No início da Assembleia-Geral, a delegação russa pediu a palavra. A crítica era que o processo contemplava apenas a visão das potências do Ocidente. "Isso não pode ser chamado de multilateralismo e pode ser uma derrota da ONU", disse o delegado russo, apoiado por Nicarágua e Belarus. "Ninguém está feliz com este texto. Como podemos construir esse futuro desse modo? Presidente, seria melhor continuar as negociações até que esse documento pudesse ser negociado por todos", disse.

O delegado do Congo, contudo, deu a visão do bloco africano e disse que o pacto era necessário. No fim, foi aprovado.

"Estamos aqui para tirar o multilateralismo do abismo", disse o secretário-geral Guterres. "Convoquei esta cúpula porque nosso mundo está saindo dos trilhos - e precisamos de decisões difíceis para voltar aos trilhos".

Guterres seguiu: "Os conflitos estão se alastrando e se multiplicando, desde o Oriente Médio até a Ucrânia e o Sudão, sem ter um sinal de fim à vista. Nosso sistema de segurança coletiva está ameaçado por divisões geopolíticas, posturas nucleares e o desenvolvimento de novas armas e teatros de guerra", seguiu o secretário-geral.

"Não temos uma resposta global eficaz para ameaças emergentes, complexas e até mesmo existenciais. A crise climática está destruindo vidas, devastando comunidades e devastando economias", seguiu Guterres. "Todos nós conhecemos a solução — uma eliminação gradual e justa dos combustíveis fósseis — e, no entanto, as emissões ainda estão aumentando. As novas tecnologias, inclusive a IA, estão sendo desenvolvidas em um vácuo moral e legal, sem governança ou proteção", seguiu.

Lembrou que há quase 80 anos, quando a ONU foi fundada e o sistema multilateral, tinha 51 países-membros e hoje são 193. A economia global era 1/12 do que é hoje.

Guterres resumiu a importância dos três documentos aprovados e foi, também, genérico. "O Pacto para o Futuro, o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras abrem caminhos para novas possibilidades e oportunidades", disse. "Em relação à paz e à segurança, prometem um avanço nas reformas para tornar o Conselho de Segurança mais reflexivo do mundo atual, abordando a histórica sub-representação da África, da Ásia-Pacífico e da América Latina."

"Representam o primeiro apoio multilateral acordado para o desarmamento nuclear em mais de uma década", seguiu.

Esse é o problema — o texto fala em promessas e abertura de caminhos. Mesmo assim provocou reação da delegação russa que não concordava com o tema do desarmamento nuclear. "Nossas ferramentas e instituições multilaterais são incapazes de responder de forma eficaz aos desafios políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos atuais", reconheceu Guterres.

Mais sobre ONU na pág. A3

Opinião

Valor ECONÔMICO

Reforma judicial do México ameaça democracia e economia

O México decidiu mergulhar em território ainda desconhecido por uma grande democracia ao promulgar uma polêmica reforma judicial que dá à população o poder de votar para escolher juízes locais, regionais, eleitorais e até da Suprema Corte. Vendida como um exemplo de participação popular por Andrés Manuel López Obrador, a arriscada experiência, na verdade, ameaça a independência do sistema legal e o regime de separação de poderes, eleva a insegurança jurídica e pode afastar investimentos necessários ao desenvolvimento do país.

O projeto dividiu os mexicanos, provocou uma grande greve de servidores do Judiciário e levou manifestantes a invadirem o plenário do Senado em protestos em apoio à oposição. Nada disso foi suficiente para barrar as intenções de López Obrador, que aproveitou seu derradeiro mês de mandato para valer-se da supermaioria obtida por seu partido, o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), na última eleição para o Congresso, para emendar a Constituição mexicana, uma manobra referendada por sua aliada e sucessora no cargo, Claudia Sheinbaum, que toma posse em 1 de outubro.

Com a reforma, cerca de 7 mil magistrados serão eleitos pelos mexicanos em duas fases, uma no próximo ano e outra em 2027. A Suprema Corte terá sua composição reduzida de 11 para nove juízes — todos eleitos pelas urnas já em 2025 — com mandatos menores e exigência de apenas cinco anos de experiência legal para ocupar o posto. Todo o novo sistema será supervisionado por uma comissão disciplinar, ainda a ser estabelecida, que terá amplos poderes para punir membros de todas as instâncias.

A magnitude da eleição será o primeiro dos muitos desafios. Só na Cidade do México, estimam especialistas, a população terá de votar para juízes de 150 cargos, inclusive da Suprema Corte. A lista completa de candidatos deverá ultrapassar os mil nomes, a maioria deles desconhecida de grande parte dos mexicanos, o que prejudica a capacidade de os eleitores fazem escolhas minimamente informadas. Preencher a cédula poderá levar até 45 minutos, uma demora que resultará em baixo comparecimento, comprometendo o resultado do pleito.

Outro problema apontado é a lisura do processo em um país marcado por denúncias de corrupção e pela violência. Embora a reforma proíba uso de dinheiro público e privado nas campanhas, são conhecidas as dificuldades dos órgãos eleitorais de rastrear financiamento indevido. Com o domínio do narcotráfico sobre vastas áreas do território, os cidadãos podem ser intimidados a eleger juízes alinhados a interesses escusos, sem independência necessária para exercer a função, especialmente em regiões menos populosas. Também não há impedimento para que pessoas públicas — como empresários — endossem candidatos que depois de eleitos poderão julgar casos envolvendo aqueles que os apoiaram.

A rapidez de implementação também levanta suspeitas sobre o real objetivo da reforma. Por controlar o Congresso e a Presidência, o Morena deve dominar as listas de candidatos e ser amplamente favorecido nas eleições judiciais, abrindo caminho para que o partido estabeleça uma maioria na Suprema Corte – criticada por López Obrador por impor limites a projetos em seu mandato. O aparelhamento político do Judiciário, visto à esquerda e à direita, da Venezuela à Hungria, seria um sério golpe contra o sistema de freios e contrapesos fortalecido após os anos 1990 no México e que é marca de democracias estáveis.

Desde que ficou claro que López Obrador seguiria com a reforma, o peso mexicano deixou de ser uma das moedas de melhor desempenho em relação ao dólar no ano e recuou cerca de 14%. Investidores temem que o país volte aos tempos em que era dominado por uma única força política, o Partido Revolucionário Institucional, e de privilégios a empresas estatais, o que seria um forte retrocesso para um ambiente de negócios que avançou nas últimas décadas graças à maior integração com os EUA e o Canadá. A Câmara Americana de Comércio e o embaixador dos EUA no México, Ken Salazar, fizeram alertas de que o Estado de Direito estaria sob risco com as mudanças.

Embora haja eleições para juízes em outros países no mundo, inclusive nos EUA, elas são geralmente limitadas a instâncias inferiores, o que dá proporção inédita à reforma mexicana. O sistema judiciário do país, apontado por López Obrador como corrupto e defensor das elites, é passível de críticas, mas o projeto do governo mira no alvo errado, na avaliação da Human Rights Watch. São as promotorias, responsáveis pela apresentação e apuração de denúncias em todo o país, que deveriam ser primeiro aprimoradas.

Apesar da popularidade de López Obrador e sua influência no Congresso mesmo após deixar o poder, caberá a Sheinbaum tomar um rumo diferente se não quiser que seu mandato seja marcado por uma batalha sobre a independência da Justiça. Além das graves consequências políticas que deve acarretar, a reforma pode tirar do México o status da rota da reorganização das cadeias produtivas decorrente da pandemia e das tensões geopolíticas globais. Será mais um desafio econômico para a nova presidente, que já terá de lidar com um grande déficit fiscal deixado por seu mentor e antecessor.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br) **Editores-executivos** Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br) **Sucursal de Brasília** Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br) **Sucursal do Rio** Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br) **Editora do Núcleo de Política e Internacional** Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br) **Editora do Núcleo de Finanças** Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br) **Editora do Núcleo de Empresas** Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br) **Editora de Tendências & Tecnologia** Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br) **Editor de Brasil** Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br) **Editor de Agronegócios** Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br) **Editora de Carreira** Stela Campos (stela.campos@valor.com.br) **Editor de Cultura** Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br) **Editor de Legislação & Tributos** Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br) **Editora Visual Multiplataformas** Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br) **Editora Valor Online** Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br) **Editora Valor PRO** Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br **Coordenador Valor Data** William Volpato (william.volpato@valor.com.br) **Editora de Projetos Especiais** Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br) **Repórteres Especiais** Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br) **Correspondente internacional** Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br) **Correspondentes nacionais** Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE **Editora**: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE **Editora**: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL **Editor**: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL **Editor-executivo**: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

País não pode esperar mais para aprovar leis e executar políticas, sob pena de ficar para trás. Por **Renata Amaral**

O que o Brasil precisa fazer para a COP do Clima

O Brasil vai receber, em Belém do Pará, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no final de 2025. Também chamada de COP30, a conferência será um marco histórico para o nosso país. Atrairemos todos os olhares do mundo para a floresta Amazônica e discutiremos o que já é — e se tornará ainda mais evidente — um dos problemas mais urgentes da humanidade: como reverter a mudança do clima resolvendo questões de mitigação, adaptação e financiamento?

Evidentemente, muita coisa deve acontecer até lá. A natureza vai nos mostrar a sua força mais vezes e evidenciar o quanto precisamos agir para viver em harmonia com ela. Isso nós já sabemos. Mas muito também deve acontecer no mundo dos negócios. Não podemos esperar mais para aprovar leis e implementar políticas, sob pena de ficarmos para trás.

Enquanto assistimos a uma queda de braço entre a Câmara dos Deputados e o Senado sobre a aprovação do Projeto de Lei do mercado brasileiro de carbono, muitos outros países — na prática, nossos concorrentes nos investimentos internacionais — já estão jogando o jogo. Nosso vizinho Peru já firmou acordos bilaterais com Suíça e Suécia que propiciam o recebimento de recursos para projetos de redução de emissões de carbono. O mesmo fez o Chile, além do Japão com o Vietnã e a Indonésia com a Tailândia. O Brasil já poderia fazer parte dessas transações, que acontecem todas no âmbito do artigo 6.2 do Acordo de Paris, adotado em 2015.

Claro, já há importantes iniciativas sendo tomadas. Alguns exemplos são as concessões de florestas públicas para que entes privados promovam benefícios sociais e ambientais e gerem créditos de carbono; a revisão (em andamento) da Política Nacional de Mudança do Clima e da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada, na sigla em inglês); a elaboração do Plano Clima; a estruturação do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas; e a publicação da lei que estabelece regras para os planos de adaptação à mudança do clima. No entanto, precisamos encarar (e resolver) gargalos que hoje impedem que o país receba investimentos substanciais. Acredito que existem cinco principais:

- O primeiro é a implementação de um sistema que viabilize a análise e autorização da exportação de transferência internacional de resultados de mitigação. O Acordo de Paris prevê o mecanismo, que consiste em ativos gerados a partir de projetos que reduzem emissões em um país e que podem ser utilizados por outro para cumprir suas metas climáticas. Essas transações acontecem por tratados bilaterais ou multilaterais, como os já celebrados por Peru e Chile, e são uma alternativa que gera riqueza e benefícios socioambientais.

O Brasil, contudo, pretende regular essas transferências junto da implementação do sistema brasileiro de comércio de emissões (SBCE), cujo PL está em debate infindável no Congresso. Isso vem gerando atrasos e mais burocracia para a implementação do sistema, que não precisa ser restrito e nem vinculado ao sistema de aprovação dos ativos que compõem o mercado regulado.

O debate joga luz no papel esperado que o SBCE terá no cumprimento da NDC e evidencia o nosso potencial para cumprir metas e ainda contribuir com a redução de emissões de outros países. Avançar já com essa agenda colocaria o Brasil em posição de celebrar acordos e receber investimentos.


BRUNO FONSECA/AP

- Outro ponto importante é a definição de como se dará o consentimento dos projetos por povos indígenas e comunidades tradicionais para projetos desenvolvidos em suas áreas. É necessária uma regulação específica prevendo os requisitos para o cumprimento do processo de consulta e consentimento desses povos e comunidades. Isso permitirá que os direitos dessas comunidades sejam respeitados e que se crie um ambiente transparente e previsível, com segurança jurídica aos desenvolvedores dos projetos e seus investidores.

- O Brasil também precisa resolver a problemática fundiária. O sistema de registro de propriedades no território brasileiro hoje é um grande entrave para qualquer investimento em bioeconomia. A pluralidade de cadastros rurais, administrados por diversos órgãos públicos — muitas vezes desconectados entre si — gera dados imprecisos e desatualizados. Mesmo as iniciativas que visavam unificar os registros, caso do Cadastro Ambiental Rural, acabam por gerar apenas mais uma formalidade que não inspira confiança.

- Além disso, o país precisa promover instrumentos para a rastreabilidade da cadeia de fornecedores. Muito se fala das normas que vem sendo editadas e gradualmente implementadas, em especial pela União Europeia, que exigirão o rastreamento da cadeia de fornecimento de produtos, visando evitar, por exemplo, que eles sejam decorrentes de produção em áreas de desmatamento. Claro, há controvérsias relacionadas à limitação do comércio internacional por essas normas, mas o fato é que o Brasil precisará desenvolver um sistema verificável de rastreamento de cadeias de valor, sob risco de chegar atrasado na corrida para cumprimento dessas normas. Isso pode impactar, sobretudo, o agronegócio.

- Por último, precisamos combater o desmatamento para cumprir com a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecida no Acordo de Paris. Além de todo o benefício ambiental, social e econômico, ao dar fim ao desmatamento o governo passará uma mensagem clara ao setor empresarial, de que não dependerá das reduções de emissões promovidas por projetos privados, e incentivará investimentos.

Há poucos dias, mais de 50 empresários e economistas assinaram um pacto pela natureza para enfrentar mudanças climáticas. A Câmara de Comércio Internacional (ICC) também está ativamente engajada, e tem levado esses pontos aos mais diversos stakeholders, além de contribuído tecnicamente, por exemplo, em uma iniciativa conjunta com o governo britânico para desenvolver recomendações sobre a implementação do mercado de carbono para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Outra iniciativa relevante foi o recente lançamento da Task Force voltada para auxiliar o setor privado a se posicionar sobre as pautas a serem levadas pelo Brasil às futuras COPs. Os entraves e oportunidades estão postos, mas precisamos agir. E tem que ser agora.

Renata Campetti Amaral é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Energia da ICC Brasil e sócia de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do Trench Rossi Watanabe.

Opinião

Óleo & gás, uma alavanca tecnológica

Suzana Kahn



Um dos maiores impulsionadores do desenvolvimento tecnológico no Brasil tem sido o setor de óleo e gás, tanto pela superação dos desafios técnicos na exploração e produção de petróleo em águas profundas, quanto pela cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Esta cláusula exige que as empresas de petróleo que produzam no Brasil invistam 1% da receita bruta anual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país.

Além disso, o estabelecimento de metas concretas de longo prazo pelo país facilitou esse desenvolvimento, fornecendo um direcionamento claro para as políticas necessárias para alcançar esses objetivos.

O mundo atual, e o Brasil em particular, precisam ajustar suas agendas de desenvolvimento devido à crescente urgência de reduzir as emissões de carbono na atmosfera. Este desafio não só demanda uma transição energética, mas também está catalisando um avanço tecnológico significativo. A necessidade de enfrentar as mudanças climáticas está atuando como um poderoso estímulo para a inovação, promovendo o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções.

À medida que países e empresas se empenham em adotar práticas mais sustentáveis, estamos testemunhando um progresso acelerado em áreas como energia renovável, eficiência energética e tecnologias de captura e armazenamento de carbono. Assim, a transição climática se configura não apenas como um imperativo ambiental, mas também como um motor essencial para o avanço tecnológico.

E com isso, percebemos na Coppe/UFRJ — Instituto de Pós Graduação e Pesquisa em Engenharia — o surgimento de uma aparente contradição. É exatamente com nossos grupos de pesquisa, envolvendo professores, alunos e técnicos, e os inúmeros laboratórios dedicados ao setor de óleo e gás, usando recursos da cláusula do petróleo, que aparecem as inúmeras potenciais soluções tecnológicas de baixo carbono. Algumas são imediatamente absorvidas pela indústria, mas as que estão em fase inicial, precisam de mais estímulo, pois apresentam riscos muito maiores, porém também, oportunidade de imenso retorno.

As grandes petroleiras que atuam no Brasil investem fortemente, usando o recurso da cláusula, tanto em desenvolvimento de tecnologias que reduzam a pegada de carbono de cada barril de petróleo produzido, buscando eficiência energética em suas operações, mas também em alternativas de geração de energia a partir do conhecimento já adquirido com as tecnologias tradicionais. Há ainda grande interesse na área de armazenagem de energia, questão essencial para as fontes intermitentes, assim como integração de diferentes fontes de energia.

O conhecimento gerado jamais é perdido; ao contrário, ele se transforma, provoca avanços em outras áreas fundamentais, que atuam muitas vezes como pilar para um mundo de baixo carbono.

Pode-se citar como exemplo, todo o desenvolvimento de flutuadores, engenharia submarina, estruturas oceânicas que são essenciais para a emergente indústria de eólica "offshore". Da mesma forma que a tecnologia de sensoriamento remoto, modelagem computacional e inteligência artificial auxiliam no mapeamento dos recursos eólicos em nosso litoral.

O laboratório que atua no processamento e interpretação de dados geofísicos e geoquímicos, visando mais efetividade nas atividades de exploração, também se utiliza dessa mesma "expertise" para o reconhecimento de padrões e interpretação de inúmeras imagens e dados, que apoiam a elaboração de diagnósticos de doenças pulmonares a partir de tomografias.

Um outro exemplo é o sofisticado Laboratório de Recuperação Avançada de Petróleo da Coppe/UFRJ, criado para atender a demanda da indústria de óleo e gás que, atualmente, passa por uma significativa transformação, expandindo seu conhecimento acumulado em meios porosos para melhorar a gestão de recursos hídricos subterrâneos, desenvolvimento de novas técnicas para otimização da irrigação e retenção de poluentes em solo, visando o aumento da produtividade agrícola.

Empresas de petróleo financiam pesquisas em que surgem inúmeras potenciais soluções de baixo carbono

O mesmo ocorre no Centro de Excelência em Rochas Digitais, onde seus equipamentos de ponta, usando o aprendizado de máquinas, irão auxiliar a identificar elementos em terras raras, classificados como minerais críticos, fundamentais para a transição energética.

São inúmeros os exemplos da tecnologia se adaptando às necessidades atuais. Não há como se planejar uma cidade inteligente, sem digitalização, sensores, instrumentação e controle, robótica, ou seja, todas as tecnologias desenvolvidas, e constantemente aprimoradas, pela pesquisa efetuada pela indústria de óleo e gás.

Portanto, não devemos demonizar o setor de óleo e gás que, apesar de ser um grande emissor de carbono e um dos principais responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta, atua como um laboratório para inovação tecnológica que se aplica a diversos outros setores da economia do futuro.

Devemos sim aproveitar o conhecimento que foi gerado, uma vez que tecnologia não se perde, para nos posicionarmos na vanguarda da nova economia — fortemente baseada em inovação tecnológica — para enfrentar os imensos desafios ambientais causados pelo desenvolvimento dos últimos séculos e também com a tendência de ser mais inclusiva e justa, onde se pretende um acesso universal ao bem-estar.

Desnecessário lembrar que a população mundial é crescente, devendo chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050, sendo que grande parte estará nos países que hoje ainda são emergentes, portanto, com padrões de consumo bem abaixo do encontrado nos países desenvolvidos. É desejável que esta distância se reduza, o que trará, naturalmente, maior pressão sobre os recursos naturais do planeta.

Diante deste cenário, onde será necessário compatibilizar o aumento de demanda por bens e serviços e as crescentes restrições ambientais, não podemos nos manter confortavelmente estagnados e focados na liderança da exploração de óleo e gás, sem inovar e sem aproveitar nossa competência tecnológica e capacidade de instalada para este objetivo. O setor de óleo e gás deve ser usado como alavanca tecnológica.

Suzana Kahn é diretora da Coppe/UFRJ.

Frase do dia

"É algo aterrador. Metaforicamente é uma aliança do crime com um evento climático extremo".

Da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para quem há pessoas que incendeiam lavouras, pastagens e florestas, 'um fogo que está sendo feito com a intenção de queimar'

Cartas de Leitores

Campanha eleitoral

Não resta dúvida que a profissão de político é a que mais se utiliza da mentira para alcançar o poder e nele se manter. É uma característica inescapável, aceita como uma das imperfeições da natureza humana, de difícil correção no horizonte temporal visível. Em alguns países democráticos, no entanto, onde as escolhas são feitas por eleitores com razoável nível de educação, o alcance dessa prática de ilusionismo com a coisa pública tem limitações e, volta e meia, constatam-se situações nas quais os prestidigitadores são punidos judicialmente, fato que normalmente antecede um ostracismo que os impede de se aventurar em novas empreitadas de poder.

No Brasil, porém, a mistura de votantes despreparados, atraídos por políticos que se excedem na prática da mentira, com um sistema legal confuso, além das eclosões cada vez mais frequentes, em campanhas, de ações violentas até exibidas em tempo real pela mídia, propiciam o início do aparecimento de um caldo de cultura cujo crescimento precisa ser interrompido urgentemente por ação rápida e exemplar da Justiça Eleitoral, sob pena de deteriorar a nossa ainda frágil democracia.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

•

Tenho acompanhado as sessões da Câmara Municipal de Curitiba, e tenho ficado surpreendido, que em tempo de eleições, o tempo de sessão é muito pequeno, são verdadeiras reuniões relâmpagos.

Isso, é claro, para liberar os vereadores candidatos a reeleição em suas corridas eleitorais. Nesta época nenhuma proposição ou projeto de lei, de suma relevância são colocadas em votação. Parece que a necessidade de fazer campanha pela reeleição deles, e algo mais importante é primordial do que discutir problemas sociais que envolvem toda comunidade. Outra coisa que constatei é o preconceito e até discriminação que vereadores da oposição pela da mesa ditatorial da Casa, que congela suas proposições, e projetos de leis

Célio Borba
celioborbacwd@gmail.com

Correção

PAULO SERGIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Diferentemente do que foi publicado na reportagem "Pleito em Porto Velho pode ser definido no primeiro turno, da edição de sexta-feira (20) à página A18, a foto publicada da candidata do União Brasil à prefeitura, Mariana Carvalho, foi a da homônima ex-suplente de deputado federal do Maranhão. A foto correta da candidata que lidera as pesquisas de intenção de voto está acima.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Pela primeira vez na história, elas ganham mais que eles no Reino Unido. Por **John Burn-Murdoch**

Mulheres começam a deixar homens para trás

Em todo o mundo desenvolvido, meninas e mulheres jovens ultrapassam meninos e homens jovens há várias décadas na educação e entram nas universidades em proporções muito maiores do que eles.

Em geral, trata-se essa tendência mais como algo a ser comentado do que algo que precise de respostas. A profusão de áreas em que as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens levou, compreensivelmente, a que os esforços para assegurar a igualdade de gênero se tornassem sinônimo de melhorar as oportunidades e opções paras as mulheres. Afinal de contas, os homens sempre conseguiram resultados melhores no mercado de trabalho, e se as mulheres têm um desempenho superior ao deles na educação, isso ajuda a diminuir a vantagem geral dos homens — ou pelo menos essa é ideia corrente.

O problema com essa maneira de ver a questão é que em um número cada vez maior de países nós já deixamos para trás a fase de reduzir a desigualdade nos resultados socioeconômicos, e hoje o que temos é uma desigualdade nova e em crescimento na direção oposta.

Um fato muito menos reconhecido do que a disparidade crescente na área do ensino superior é o de que em vários países ricos hoje as mulheres jovens têm mais probabilidade de estar empregadas do que os homens jovens. O Reino Unido se juntou a esse grupo em 2020, e a margem de vantagem da taxa de emprego de mulheres entre 20 e 24 anos cresceu para três pontos porcentuais desde então. Essa inversão ainda não aconteceu nos Estados Unidos, mas o déficit na taxa de emprego das mulheres jovens encolheu de quase 10 pontos porcentuais em 2006 para um único ponto em 2023.

Em outras palavras, o Reino Unido faz parte de uma lista crescente de países em que as perguntas "quem faz a maior parte do trabalho de criar os filhos?", "Quem está concentrado em conseguir um bom nível de ensino?" e "Certo, mas quem é que sai para trabalhar e trazer uma boa renda para a casa?" têm todas a mesma resposta: "As mulheres".

Se o caso fosse simplesmente de mulheres que avançam a passos largos, seria algo para comemorar — e esse lado da história com certeza é. Mas uma minoria substancial de homens jovens têm andado para trás de forma ativa e aumenta o número dos que estão cada vez mais desligados da sociedade.



Nos Estados Unidos, onde mulheres jovens sem formação universitária e pessoas dos dois sexos com ensino superior completo mantiveram ou aumentaram sua renda, mas os homens sem ensino superior despencaram na escala da distribuição de renda

Em todo o mundo desenvolvido, a parcela de homens jovens que nem estudam, nem trabalham, nem estão à procura de emprego cresce de maneira constante há décadas. Hoje, pela primeira vez na história, em países como Reino Unido, França, Espanha e Canadá há mais homens jovens do que mulheres que, para todos os efeitos, estão fora da economia. E, ao contrário do que acontece com as mulheres jovens, em geral esses homens não estão ocupados cuidando de outros membros da família. Eles estão à deriva e é provável que eles mesmos sejam os que precisam de cuidados. No Reino Unido, mais de 80% dos integrantes desse grupo apresentam problemas de saúde de longa duração ou crônicos.

Talvez o fato mais impressionante de todos é que em 2022, pela primeira vez, as mulheres jovens médias no Reino Unido tiveram renda maior do que seus equivalentes homens. Isso se deve em grande parte ao fato de que as mulheres se tornarem muito mais propensas a ter um diploma universitário e o salário que o acompanha, mas também à deterioração do futuro dos homens não graduados, que passaram de ganhar 57% a mais do que as mulheres não graduadas em 1991 para ganhar 10% a menos em 2022.

A história é semelhante nos EUA, onde mulheres jovens sem formação universitária e pessoas dos dois sexos com ensino superior completo mantiveram ou aumentaram sua renda, mas os homens sem ensino superior despencaram na escala da distribuição de renda.

Embora a mudança de composição tenha um papel aqui — o grupo dos que não têm formação universitária é muito diferente hoje do que era 30 anos atrás —, ela não explica a enorme diferença nas trajetórias de homens e mulheres sem ensino superior, que se deve mais à transição contínua de uma economia em que os empregos que exigiam mãos, corações e mentes eram todos abundantes e relativamente bem remunerados para uma economia em que os empregos que requerem estas últimas predominam.

Mas enquanto o discurso e a política continuam concentrados em outros assuntos, as repercussões dessas mudanças tectônicas acontecem silenciosamente em todos os lugares para que se olhe.

Com trajetórias socioeconômicas que seguem em direções diferentes, uma minoria cada vez mais ampla de homens e mulheres jovens também diverge em suas opiniões. O apoio dos homens jovens a partidos populistas de direita cresce, em particular entre os que não têm empregos e diplomas universitários. O descontentamento que desemboca em violência é mais provável entre um grupo crescente de homens jovens com pouco interesse na sociedade ou em seu futuro.

E a própria construção de relacionamentos é afetada, à medida que um número cada vez maior de mulheres com ensino superior descobre uma escassez de homens no mesmo nível socioeconômico e, simultaneamente, tem menos necessidade do que nunca de se unir a um homem para garantir sustento financeiro.

Reverter a queda entre os homens sem ensino superior não será fácil, nem deve se tornar um jogo de soma zero com mulheres jovens, mas é um desafio essencial para as próximas décadas e terá repercussões positivas que se estenderão para muito além daqueles diretamente afetados. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

John Byrn-Murdoch é colunista e o principal repórter de dados do FT.

Ambiente Ministra trava disputa dentro do governo para que novo órgão fique dentro de sua pasta e vê quadro deixado pelas queimadas no país como 'aterrador'

Marina quer Autoridade Climática com perfil técnico e poder para punir

Fabio Murakawa
De Brasília

Em entrevista ao **Valor**, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, diz que a Autoridade Climática, anunciada na semana retrasada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não pode ficar refém da "sazonalidade política e da alternância de poder". Em outras palavras, ela defende que o órgão fique sob o guarda-chuva de sua pasta, funcionando como uma autarquia, e não diretamente subordinado à Presidência, como advogam integrantes do governo e alguns ambientalistas.

"Eu fico pensando uma estrutura ligada ao gabinete do presidente da República... E se mudar o presidente, e o presidente não quiser essa instituição ligada a ele?"

Ela vislumbra a autoridade como uma "instituição de formulação de política, proposição de regras, de fiscalização e punição". E que esteja sob comando técnico.

Marina diz que as queimadas que se alastram pelo Brasil deixaram um quadro "aterrador", gerado por "uma aliança do crime com um evento climático extremo". E propõe o aumento de penas e a "proibição de qualquer intenção de regularização de áreas que foram queimadas em floresta" como formas de coibir esses crimes.

Sobre possíveis mudanças no Código Florestal, frouxo quanto ao desmatamento do Cerrado, Marina diz compartilhar o temor de que "a emenda pode sair pior do que o soneto" em qualquer tentativa de mexer com a lei no Congresso.

Ela afirma que o agro empresarial já começa a sentir os efeitos da devastação, sob ameaça de perder inclusive financiamento de grandes bancos em regiões que estão se tornando inviáveis, como o Matopiba (fronteira agrícola entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Questionada sobre a contradição do discurso ambiental do governo Lula e a intenção de explorar petróleo na Amazônia, Marina diz que "o mundo vive uma contradição, não é só do Brasil". E afirma que a transição para abandonar os combustíveis fósseis é o "x" da questão sobre o futuro do planeta.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *A senhora diz que o Brasil está vivendo um 'terrorismo climático'. O que é isso exatamente?*

Marina Silva: Não tem nem palavras para dizer o que tá acontecendo no Brasil, é algo aterrador. Então, metaforicamente, é uma aliança do crime com um evento climático extremo, onde existem pessoas que deliberadamente estão tocando fogo em floresta, em pastagem e em lavouras. Não só o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado. De repente, a gente é surpreendido com uma ação, como no caso de São Paulo, em que das 10h45 às 13h, 17 municípios estavam pegando fogo. E esse fogo depois foi sendo alastrado para mais de 300 municípios. Ou seja, tem um fogo que está sendo feito com a intenção de queimar.

Valor: *O que pode ser feito para coibir esses crimes?*

Marina: Vamos precisar ter medidas combinadas de punição, que vão desde o agravamento da pena, da proibição de qualquer intenção de regularização de áreas que foram queimadas em floresta, de qualquer aferição financeira a partir do uso dessas áreas. E que não possa jamais legalizar qualquer área que venha da atividade criminosa de colocar fogo na floresta.

Valor: *Acredita em ação política, grupos interessados em prejudicar o governo, ateando fogo?*

Marina: Eu posso falar do que aconteceu na Floresta Nacional do Jamanxim [no Pará]. Nós estávamos fazendo uma operação de remoção de gado ilegal, o ICMBio tinha ali um plano de remover mais de 20 mil, 30 mil cabeças de gado. Em jornais locais, há notícias deles [pecuaristas] dizendo que iam tacar fogo na Floresta Nacional e de que o governo federal que viesse apagar o fogo. E de fato eles fizeram isso. Das áreas federais, talvez a floresta do Jamanxim tenha sido a mais castigada por essa ação criminosa e intencional de queimar.


BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO.

Ministra Marina Silva: nem pessimista nem otimista com o futuro do planeta, mas "persistente"

Valor: *Há outros casos?*

Marina: Em Rondônia, dentro da Terra Indígena do povo Suruí, os brigadistas da própria comunidade não conseguiram apagar o fogo porque começaram a atirar na direção deles. Nós mandamos uma equipe para lá, e o nosso pessoal também teve que sair por causa de tiroteio. Aí a gente pediu ajuda da Força Nacional de Segurança. Ou seja, tem gente que bota fogo e que coloca jagunços para impedir apagar o fogo.

Valor: *O governo recebeu muitas críticas depois que o ministro Flávio Dino passou a proferir decisões para coibir os incêndios, de que o STF tomou as rédeas de uma questão que deveria ser do Executivo. Como a senhora viu essas críticas?*

Marina: As medidas que foram tomadas pelo Supremo, em muitos aspectos, até vêm ao encontro do que o governo federal já estava fazendo. E o fato de retirar a limitação fiscal [para combate às queimadas] contribui. Nós estamos fazendo os esforços desde janeiro de 2023. Teve um momento que o próprio Flávio Dino era ministro da Justiça, e eu tive várias reuniões com ele, inclusive sugerindo que uma das coisas muito importantes é o trabalho de inteligência que nós fizemos no governo anterior do presidente Lula, na época que era o Márcio Thomaz Bastos [2003-2007]. Isso foi fundamental na contenção do desmatamento.

Valor: *Então, não houve esse trabalho de inteligência?*

Marina: Bem, aí eu não tenho como dizer, porque trabalho de inteligência tem um tempo de maturação. Naquela época, tivemos muitos resultados.

Valor: *A senhora diz que a responsabilidade pelos incêndios é compartilhada entre União e Estados. E o Congresso, que controla boa parte do Orçamento e não destina quase nada em emendas para isso?*

Marina: Eu espero que depois de tudo o que aconteceu no Rio Grande do Sul, do que está acontecendo no país inteiro em relação aos incêndios, que a partir de agora a gente tenha um outro nível de priorização na destinação dos recursos. Eu acho que houve uma mudança de chave em muitos aspectos na cabeça das pessoas. Eu espero que essa pedagogia da dor, do luto possa nos ajudar a colocar em prática, implementar o pacto de transformação ecológica que foi assinado pelos Três Poderes.

> "Espero que a pedagogia da dor ajude a por em prática o pacto de, transformação ecológica"

Valor: *Acha que dá para voltar a ter uma discussão sobre mexer no Código Florestal agora?*

Marina: O Código Florestal tem um desafio que é de implementação. E há um receio vindo de muitos lugares, da comunidade científica, das ONGs, parlamentares experientes, de que em qualquer tentativa de mexer no Código Florestal a emenda pode sair pior do que o soneto. E eu, particularmente, também tenho esse receio.

Valor: *O código é muito permissivo sobre o Cerrado?*

Marina: O que se precisa entender é que, em relação ao Cerrado, não é que ele diz pode preservar 20% e liberou geral para destruir 80%. Depende de determinadas circunstâncias. Se aquela área é numa área de recarga, de nascente, de manancial, por exemplo, não é assim que deve acontecer. Por outro lado, há um compromisso do presidente Lula de desmatamento zero até 2030. E desmatamento zero não apenas do que é ilegal, mas também do desmatamento legal. Aí, é uma disputa que se tem que fazer de caminho, é uma escolha.

Valor: *O agro já sente os efeitos do desmatamento?*

Marina: Sinto que há uma parte do empresariado que já descobriu que, se não frearmos a remoção de vegetação no Cerrado, os investimentos que já existem hoje, que são muito rentáveis, vão ser inviabilizados. Já perdemos muito em termos da superfície hídrica do Cerrado. A chuva já está retardando quase em 25 dias, já está praticamente inviabilizando a safrinha, o que é um prejuízo muito grande para os produtores. Eu tive uma conversa com um dos líderes do Rabobank da Holanda. E ele dizia que estavam fazendo um estudo muito grande sobre a região do Matopiba. Ele disse: "Para continuar financiando, nós temos que verificar o que vai acontecer do ponto de vista hídrico naquela região no contexto do agravamento das mudanças climáticas". Ou seja, eles podem começar a perder financiamento já diante dessa perspectiva de que a área vai deixar de produzir. *[Consultado, o Rabobank não respondeu até a conclusão desta edição]*

Valor: *A Autoridade Climática é uma pessoa, uma estrutura?*

Marina: É uma instituição. O presidente Lula quer fazer uma abordagem para além da gestão do desastre. Ele quer uma abordagem para a gestão do risco. Vai haver uma diretoria. Tem toda a estrutura de uma autarquia. E deve ser, na minha opinião, ligada ao Ministério do Meio Ambiente e uma instituição de natureza técnica. Ou vai ser um climatologista ou alguém da área técnica ou de notório saber, irrefutável saber para lidar com o tema.

Valor: *Alguns defendem que a Autoridade terá mais poder se responder diretamente ao presidente...*

Marina: Eu fico pensando uma estrutura ligada ao gabinete do presidente da República... E, se mudar o presidente, e o presidente não quiser essa instituição ligada a ele? Você tem que pensar o desenho da política pública fortalecendo a governança pública. Hoje, nós temos a Anvisa, por exemplo. Ela é ligada ao Ministério da Saúde. Nós temos várias instituições que estão ligadas aos seus respectivos ministérios de mérito. E é assim que se desenha políticas públicas, para além da sazonalidade política e da alternância de poder.

Valor: *Quais funções ela vai ter?*

Marina: É uma instituição de formulação de política, de proposição de regras e até mesmo de fiscalização e de aplicabilidade de algumas sanções. Está ligada ao Plano Nacional de Mudança do Clima e à Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento dos Eventos Climáticos Extremos.

Valor: *Será um Ibama do clima?*

Marina: Não. O Ibama é um órgão, inclusive, licenciador. A Autoridade para Emergência Climática não vai estabelecer uma licença, por exemplo, mas terá meios de implementação e também de punição em alguns casos.

Valor: *Em quais casos?*

Marina: Aí você tem que ter acesso à minuta da lei. Porque eu já estou entrando em detalhes mais de conceito. Na hora que você tiver acesso, você vai ver.

Valor: *O que ocorre com o clima no Brasil e no mundo pode destravar o financiamento climático?*

Marina: A COP29 [no Azerbaijão, em novembro] já tem uma agenda pré-estabelecida: meios de implementação, que pressupõem financiamento público e privado. No caso do fundo de US$ 100 bilhões [prometidos pelos países ricos], todos já sabem que é insuficiente. Tem que ser dobrado, triplicado. E é um verdadeiro cabo de guerra. Países em desenvolvimento dizem que no Acordo de Paris há obrigação dos países desenvolvidos para poder ajudar na transição dos países em desenvolvimento. E os desenvolvidos dizem que países em desenvolvimento de renda média alta, casos da China, do Brasil e da Índia, têm que também contribuir com o fundo.

Valor: *Qual a posição do Brasil?*

Marina: Nossa ideia é não permitir que esse debate crie uma interdição para o avanço das negociações. E que países em desenvolvimento de renda média alta podem, sim, ajudar países de renda baixa e de renda média baixa. Mas a partir de uma relação bilateral.

Valor: *O Brasil falar neste momento em explorar petróleo na Amazônia não é uma contradição?*

Marina: Eu acho que o mundo vive uma contradição, não só o Brasil. Eu particularmente tenho uma opinião, mas não é o ministério que decide se vai ou não vai ter exploração de petróleo. Agora, esse debate está posto. E, com certeza, é o "x" da questão. Nós levamos 31 anos para entrar no "x" da questão, que foi estabelecer que é preciso fazer uma transição para o fim de combustível fóssil. E o presidente Lula, no discurso de abertura da COP, falou que o mundo tem que sair da dependência do uso de combustível fóssil.

Valor: *A senhora se diria hoje mais esperançosa ou pessimista com o futuro do planeta?*

Marina: Eu não sou pessimista nem otimista. Eu sou persistente.

Memórias
Meirelles conta em livro que Lula tentou fazê-lo baixar taxa de juros
C6

”Por que quase não tem gente preta nas empresas?”, indaga Ian Black, CEO da agência digital New Vegas B8



Shopping Multiplan faz proposta para comprar ações do fundo OTPP por R$ 2 bi B4

Petróleo Francesa SLB fecha seis contratos com a Petrobras, de US$ 1,1 bi B5

Concessão Leilões de setembro trouxeram grandes operadores buscando expansão e estreia de atores

Mercado de saneamento passa por ciclo de forte demanda e atrai novos investidores

Taís Hirata e Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

O mercado de saneamento básico vive um período de interesse elevado por parte do setor privado. De um lado, grandes operadores estratégicos, como Aegea, Iguá e até mesmo a BRK Ambiental, tentam ampliar presença no país. De outro, grupos novos entram ou buscam entrar no segmento, como Acciona, Pátria e Sacyr, além de fundos estrangeiros que analisam o mercado. Há ainda a Sabesp, que no médio prazo deverá se tornar um ator de peso nos leilões de água e esgoto.

Em setembro, dois grandes leilões atraíram concorrência. Na licitação de três Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), realizada na sexta-feira (20), cinco grupos participaram da disputa, que teve como vencedores Aegea, Iguá e Acciona.

No início do mês, a Iguá conquistou uma concessão regional em Sergipe, com uma oferta agressiva de R$ 4,5 bilhões de outorga, contra Aegea, Pátria e BRK.

Só nos dois leilões, apareceram três novos atores — além da Acciona, que fez sua estreia no mercado brasileiro de saneamento, Pátria e a Sacyr ainda buscam seu primeiro contrato. O Pátria vem estudando o segmento há algum tempo e deverá seguir buscando concessões, dizem fontes.

A Acciona também seguirá analisando projetos, embora fontes do setor tenham dúvidas sobre o apetite da espanhola, principalmente em operações mais complexas. “O saneamento é um setor em que a Acciona está muito focada”, disse André De Angelo, diretor responsável pela operação brasileira da empresa.

Antes do leilão, o grupo já tinha feito oferta em duas licitações menores e chegado perto de concluir uma aquisição, mas sem sucesso. “Agora, com certeza isso vai abrir portas para a Acciona ter mais atenção e conhecimento do mercado brasileiro”, afirmou. O foco, disse ele, serão projetos com volume relevante de obras, onde a empresa tem diferencial.

Outro grupo que já sondou o setor é a CS Infra, da Simpar, que atua em resíduos sólidos e analisou o leilão da concessão do Piauí, marcada para outubro. Procurada, a empresa disse que “avalia oportunidades que estejam alinhadas às suas diretrizes”.

Há ainda vários fundos estrangeiros prospectando o mercado, segundo fontes. Entre os atores citados estão Macquarie, Vinci, Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), Texas Pacific Group (TPG), Metito e Manila Water. Neste caso, a expectativa é que a entrada, caso se concretize, seja via capital de algum operador ou consórcio em leilões. Procurados, TPG e ADIA preferiram não comentar. Macquarie, Vinci, Metito e Manila não responderam.

Hoje, dois operadores que podem atrair novos sócios a seu capital são a BRK Ambiental e a GS Inima, segundo fontes.

A Brookfield já afirmou que a BRK é um ativo maduro e poderá fazer um desinvestimento. Porém, as tentativas de venda feitas no passado não foram adiante. Hoje, a percepção de fontes é que a maior probabilidade seria a venda de uma fatia — uma delas afirma que a Perfin, com a qual a companhia se associou no leilão de Sergipe, é forte candidata a se tornar sócia. Procuradas, Brookfield e Perfin não comentam.

Nos últimos anos, a BRK passou por uma reestruturação e ficou de fora dos leilões, por isso, sua participação na licitação de Sergipe chamou a atenção do mercado. A percepção é que o grupo “voltou para o jogo”, diz Percy Soares Neto, sócio da consultoria Ikigai. “A BRK se organizou, está saneada e em condições de voltar a ser ator relevante.”

Também há rumores no mercado de que a GS Inima, de capital coreano, negocia a entrada de um novo sócio estratégico para disputar com mais competitividade ativos maiores. Procurada, a empresa não se manifestou.

Outro destaque dos leilões, segundo fontes, foi a disposição dos grupos tradicionais em ampliar sua fatia. A Aegea já era apontada como uma empresa com estratégia clara de crescimento. A oferta da Iguá em Sergipe surpreendeu e foi vista como sinal de que a empresa quer seguir no primeiro escalão do setor, diz uma fonte. A oferta bilionária será suportada pelos acionistas: o Canada Pension Plan (CPP) já anunciou um aporte de até R$ 2,2 bilhões, mas não se sabe se os demais sócios, Alberta Investment Management Corporation e BNDESPar , acompanharão.

Segundo o presidente da Iguá, Roberto Barbuti, a empresa está deixando claro seu plano de expansão. “A Iguá tem essa visão clara de crescimento e protagonismo no setor, isso é claríssimo.” Ele diz, porém, que a ambição não é “ser a maior empresa” e que o foco serão ativos de maior porte e com sinergias com o portfólio.

Para os próximos anos, a principal expectativa vem da Sabesp, privatizada em julho deste ano, agora com a Equatorial como sócia de referência. A previsão é que o grupo se torne um ator relevante nas licitações, embora ainda não esteja claro quando começará a efetivamente disputar leilões, dado que a prioridade será o plano de investimento nas 375 cidades já operadas pela companhia.


CAUÊ DINIZ/B3
Equipe da Iguá comemora vitoria no leilão da Sanepar, a segunda do mês; no centro, o presidente, Roberto Barbuti

Fontes próximas ao grupo estimam prazos que variam de seis meses a um ano para que a Sabesp comece a participar de leilões de forma mais efetiva. Procurada, a empresa não comentou.

Do lado da oferta de leilões, as concessões em estudo somam ao menos R$ 100 bilhões de investimentos. Porém, analistas têm dúvidas sobre a qualidade dos projetos. Para Rafael Vanzella, sócio do Machado Meyer, a alta concorrência vista no leilão de Sergipe não se repetirá em todas as licitações. “Houve peculiaridades que não são fáceis de replicar. Além de características que tornaram o ativo atraente, foi o primeiro após uma entressafra de projetos regionais.” Para ele, todo esse interesse do mercado deverá se concentrar em alguns ativos com retorno claro.

Luiz Gronau, sócio da A&M Infra, também afirma que entre os próximos projetos há alguns difíceis, mas avalia que há interesse. “Os ativos que restam ser concedidos estão afunilando em ativos desafiadores, mas com oportunidades. São projetos que vão requerer mais investimento no início e eventualmente usar o prazo de 2040 para a universalização.”

O próximo leilão marcado é o do Piauí, no dia 30 de outubro. A licitação já foi suspensa uma vez, por falta de interessados e, depois, foi republicada com mudanças no edital para tentar atrair o setor privado. Na carteira do BNDES, após isso, estão previstas as concessões do Pará, Pernambuco e Rondônia.

Opportunity vende fatia na Santos Brasil para CMA CGM por R$ 6,3 bi

De São Paulo

O Opportunity vendeu sua participação na operadora portuária Santos Brasil para o grupo global de navegação CMA CGM, por cerca de R$ 6,33 bilhões. A operação envolve uma fatia de 47,55% da companhia, mas os demais papéis ainda poderão ser comprados por meio de uma oferta pública de aquisição de ações. A notícia foi antecipada pelo Valor Pro, serviço de tempo real do **Valor**.

A operação considerou o preço de R$ 15,30 por ação, valor superior ao preço do papel no fechamento do pregão de sexta (20), de R$ 12,71. O valor final da transação, porém, ainda pode variar até o fechamento, a depender de algumas condições estabelecidas no contrato. Quando a operação for concluída, o montante definitivo será divulgado, e o valor será pago em dinheiro à vista, conforme informou a companhia em fato relevante, no domingo (22).

A operação depende de aprovações do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), além de outras autoridades portuárias.

Os compradores terão que fazer uma oferta para comprar a totalidade das ações remanescentes de emissão da companhia, pelo mesmo preço e condições oferecidas aos vendedores. Hoje, 51,13% das ações são negociadas na bolsa.

No mercado, a venda da Santos Brasil era uma das operações mais aguardadas. A empresa opera um dos maiores terminais de contêineres no Porto de Santos. Com a entrada da CMA CGM, o terminal antes independente se torna vinculado a uma empresa global de navegação. A CMA CGM é francesa, mas tem operação em todo o mundo, com presença em 160 países, uma frota de 620 navios e atuação em 420 portos. *(TH)*

CBN Professional Sérgio Chaia conta no podcast como sempre teve objetivos ousados na carreira, como ser CEO antes dos 40 anos

"Para atingir as minhas metas, se alguém pedia 10, eu entregava 11"

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Aos 15 anos, Sergio Chaia desistiu do sonho de ser jogador de futebol para focar nos estudos, seguindo o conselho de seu pai e de seu treinador. Na época, ele fazia parte da categoria de base do Guarani e ainda não pensava em trilhar uma carreira no mundo corporativo. A frustração de abandonar um sonho, no entanto, se transformou em ambição. Com 20 anos de idade, Chaia definiu uma meta: ser presidente de uma multinacional antes dos 40. "Meu pai foi diretor de uma multinacional aos 46. Eu falei: 'quero ser presidente antes dos 40 para superá-lo'. Isso porque, no fundo, eu queria esse reconhecimento dele", conta o CEO da Unico em depoimento a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado, da "CBN", no novo episódio do podcast CBN Professional. "Pensei: 'bom, para isso, eu tenho que ser diretor aos 35, gerente sênior aos 30, gerente aos 25 e começar a trabalhar aos 20 anos'."

Sua jornada começou na Johnson & Johnson como promotor de vendas, usando avental, batendo de porta em porta e arrumando mercadorias. "Eu fazia gôndolas de xampu e fraldas, tirava do estoque e limpava tudo", conta. "Na época, não tinha código de barras, eu tinha que colocar etiquetas com os preços. Era uma vida com pouca inspiração e muita transpiração."

O plano seguiu com um cargo na área de vendas na companhia e, depois, posições de liderança em marketing , vendas e RH em empresas como Makro, Pfizer, PepsiCo e KFC. Aos 37, Chaia assumiu a presidência da Sodexo, cumprindo a meta que impôs a si mesmo.

Para ele, o sucesso nasceu da superação. "Para atingir minhas metas agressivas, eu tinha que superar as expectativas dos outros. Se alguém pedia 10, eu entregava 11", explica. "Depois de promotor, virei estagiário de marketing na Johnson. Os estagiários tinham a missão de tirar xerox, mas eu fui o único que aprendi a encadernar."

Chaia considera o esforço fator crucial para o seu desenvolvimento. Ele comenta que chegou a fazer duas pós-graduações à noite enquanto trabalhava, cursos de liderança com o próprio dinheiro, treinou inglês ouvindo músicas e sempre se preparou para reuniões. "Eu vejo que os jovens hoje querem as coisas muito rápido, mas não querem fazer sacrifícios. A vida não tem atalhos, então é preciso correr atrás do que interessa para você."

Após a sua passagem pela Sodexo, o executivo foi CEO da Nextel, vice-presidente para América Latina da Symantec, presidente do conselho de administração da Óticas Carol e, em 2017, cofundou a empresa de treinamento Garimpo. Aos 50 anos de idade, durante uma temporada de três meses em Londres ao lado da família para acompanhar os estudos do filho, decidiu tirar um tempo para repensar a vida e encontrar um novo sentido profissional. "Tive que arrumar um propósito para continuar fazendo aquilo pelo qual lutei tanto para atingir", diz. "Pensei sobre o que eu queria para minha vida, qual seria a definição de sucesso e qual métrica eu usaria para avaliar isso. Fiz uma série de exercícios de autoconhecimento e cursos, e decidi que eu não queria voltar mais a ser CEO, mas que eu ainda tinha energia para colaborar com o mundo de diferentes formas."

Chaia resolveu, então, seguir o que ele chama de "carreira portfólio" — executar diferentes modelos de atuação profissional. Em 2019, um dos papéis que começou a exercer foi o de presidente do conselho do Instituto Ser+. Na ONG voltada à recuperação e inserção no mercado de trabalho de jovens em situação social de risco, ele decidiu criar e aplicar uma metodologia de coaching. "Minha missão com esses jovens é fazer com que eles sejam menos vítimas e mais protagonistas do destino", diz.

Em 2022, apoiar as áreas de marketing e vendas da Unico, unicórnio de tecnologias de identificação digital, passou a ser uma de suas atividades. No entanto, em 2024 surgiu o convite para ser o CEO da operação brasileira da empresa. "Fiquei tentando entender o que o mundo estava trazendo pra mim, porque eu estava com a vida cheia de clientes e projetos."

O executivo decidiu aceitar o chamado, entre outras razões, por se encantar com o projeto. "Trabalhar em uma empresa de tecnologia feita no Brasil, com possibilidade de expansão mundial e pessoas super jovens e inteligentes, balanceando essa juventude com a sabedoria de pessoas mais maduras, que trazem outros pontos de vista, é muito divertido", diz.

O episódio completo pode ser ouvido no site da "CBN", nas plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, ou visto pelo YouTube do **Valor**.

"Os jovens hoje querem as coisas muito rápido, mas não querem fazer sacrifícios"
Sergio Chaia

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Brasil fica na penúltima posição no ranking de talentos

Pesquisa global

Stela Campos
De São Paulo

O Brasil ficou na penúltima posição na 11ª edição do ranking de talentos globais da escola de negócios suíça IMD, o World Talent Ranking (WTR). O país ocupou a 66ª posição, ficando na frente apenas da Mongólia. José Caballero, economista sênior do IMD World Competitiveness Center, disse ao **Valor** que essa colocação se deu devido à diminuição do desempenho do país nos principais fatores considerados para a atração e manutenção de talentos, como investimento e desenvolvimento, apelo e prontidão.

O WTR é um amplo estudo que combina dados estatísticos de diversas fontes, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e 6.612 respostas da pesquisa IMD World Competitiveness Center's Executive Opinion Survey 2024, conduzida entre março e maio. O estudo, além de analisar os três fatores principais, investiga ainda 31 indicadores.

"Entre os indicadores, o nível de motivação dos trabalhadores (53ª) e a priorização do setor privado na atração e retenção de talentos (51ª) se deterioraram este ano no Brasil", observa Caballero. O economista explica que essas quedas afetam o fator "apelo" do país (58ª), que leva à manutenção e atração de talentos. O Brasil, segundo ele, apresentou desempenho fraco também na medida da sua força institucional (64ª na implementação justa da justiça) e na qualidade de vida (62ª), considerados indicadores essenciais para que profissionais altamente qualificados decidam buscar um outro destino e deixar o país. "A fuga de cérebros tem consequências econômicas, já que a emigração de indivíduos de alta renda pode levar a uma redução do consumo e das receitas fiscais", enfatiza Caballero.

A má colocação do Brasil no quesito qualidade de vida acaba afetando também o fator "prontidão" (67ª), no qual o país caiu três posições em relação ao ano passado. Outros pontos fracos apontados no relatório são a análise das habilidades financeiras dos brasileiros (66ª), a educação primária, secundária e universitária em relação a uma economia competitiva (66ª) e as habilidades em idiomas (67ª). Mas, embora no fator "recursos" o Brasil tenha caído da 54ª para a 58ª posição, ele se destacou positivamente em relação ao índice de custo de vida, ficando na 13ª posição, e no imposto de renda pessoal recolhido (22ª).

Mapa global
Posição dos 10 primeiros colocados no ranking de talentos do IMD

	2023*	2024**
Suíça	1º	**1º**
Cingapura	8º	**2º**
Luxemburgo	2º	**3º**
Suécia	10º	**4º**
Dinamarca	7º	**5º**
Islândia	3º	**6º**
Noruega	11º	**7º**
Hong Kong	16º	**8º**
Áustria	9º	**9º**
Irlanda	14º	**10º**
Brasil	63º	**66º**

Posição do Brasil nos principais indicadores na comparação com 67 países

51º	Atração e retenção de talento
62º	Qualidade de vida
61º	Competência dos executivos
53º	Motivação
65º	Mão de obra qualificada
66º	Habilidades de finanças
67º	Habilidades de idioma

Fonte: IMD World Talent Report 2024 na comparação com 64 países ** Na comparação com 67 países

O Brasil caiu duas posições no fator "investimento e desenvolvimento", ficando na 58ª posição, porém, quando se analisam subfatores, como gasto público em educação, o país ficou bem ranqueado na 7ª colocação e ocupou o 47º lugar na porcentagem de força de trabalho feminina.

Os países mais bem colocados no ranking deste ano foram Suíça (1ª), Cingapura (2ª) e Luxemburgo (3ª). A Suíça, primeira colocada, permaneceu no topo. Cingapura teve um dos melhores desempenhos, subindo da 8ª posição no ano passado para o 2º lugar. O Brasil na comparação com 2023 desceu três posições, da 63ª colocação entre 64 países, para a 66ª posição entre os 67 ranqueados em 2024.

O estudo deste ano também investigou o impacto da inteligência artificial no mercado e ambiente corporativo. Um dos pontos centrais levantados é que o impacto da IA no trabalho varia significativamente entre economias de alta e baixa renda. Segundo o estudo, em países de alta renda, 5,5% dos empregos estão sob risco de automação pela IA, enquanto essa taxa é de apenas 0,4% em países de baixa renda. "A substituição da mão de obra humana pela IA pode levar a maiores desigualdades econômicas, porque quem está na faixa de alta renda talvez consiga obter mais benefícios por meio da maior eficiência em suas tarefas e aumento de renda", diz Caballero.

O economista afirma que os insights da pesquisa indicam que o uso da IA pode ampliar também o déficit de habilidades, já que alguns trabalhadores serão capazes de se adaptar, enquanto outros terão dificuldades. "A requalificação será possível para alguns indivíduos, mas para outros pode não ser, devido a diferentes fatores, como falta de financiamento para programas para aprimoramento."

A IA, segundo o estudo, também pode apresentar disparidades de gênero, porque as mulheres são duas vezes mais propensas a perder seus empregos para a automação em comparação com os homens, principalmente em setores dominados por mulheres, o que pode comprometer décadas de progresso em termos de inclusão feminina no mercado de trabalho.

O relatório destaca ainda que a adoção da IA pode aumentar a exclusão social, especialmente em economias onde a substituição do trabalho humano pela IA é mais pronunciada. Um dado preocupante, segundo a pesquisa, é que países com maior automação têm experimentado queda no índice de "ausência de discriminação", o que reflete um aumento na exclusão social. Essa exclusão, diz o relatório, afeta diretamente a competitividade de talentos, pois economias que não conseguem oferecer um ambiente inclusivo têm mais dificuldade para atrair e reter profissionais altamente qualificados.

Caballero diz, no entanto, que há um lado positivo da IA para o trabalho, uma vez que ela pode levar a um aumento de produtividade, trazer inovação, criar empregos e , em última instância, contribuir para o crescimento econômico geral. Os países que equilibrarem avanços tecnológicos com políticas inclusivas terão maior capacidade de atrair, desenvolver e reter talentos, o que será crucial para manter sua competitividade no cenário global, diz. A recomendação do estudo é que exista uma abordagem integrada no países, que envolva políticas educacionais, de mercado de trabalho e igualdade social, para mitigar os efeitos negativos da IA e maximizar suas oportunidades.

A confiança é um hormônio. Sua falta pode adoecer a empresa

Banda Executiva



Sofia Esteves

Durante mais de uma década, o neuroeconomista Paul J. Zak conduziu estudos que o ajudaram a chegar a essa descoberta que menciono no título. Não que a confiança em si seja, de fato, uma substância química produzida pelas glândulas endócrinas do nosso corpo. Na verdade, uma das teses defendidas por ele é que confiar nos comportamentos de outras pessoas faz com que o cérebro sintetize ocitocina — este sim, um hormônio natural.

Aqui, vale explicar que tal substância tem um papel significativo no comportamento humano: ela é liberada, por exemplo, em situações de proximidade física e emocional, como abraços ou interações sociais positivas. Quando essa liberação acontece, há um aumento da sensação de conexão e bem-estar, o que ajuda a criar vínculos, como os de confiança.

A partir dessa investigação, Paul criou uma avaliação que utiliza a neurociência para mostrar à liderança o que fazer mais, menos ou diferente a fim de criar uma cultura de confiança. Isso porque, apesar de a confiança ter ligação com um hormônio, a verdade é que precisamos aprender a "produzir" esse elemento nos nossos ambientes de trabalho. Ainda mais nos tempos de hoje, quando confiar parece cada vez mais difícil.

Nos últimos anos, você deve ter visto levantamentos mostrando a falta desse sentimento em relação à economia, política, instituições e até empresas.

Ao analisar os resultados deste ano da Carreira dos Sonhos, pesquisa feita desde 2002 pela Cia de Talentos, identificamos algo preocupante. Quando perguntamos ao público jovem se ele confiava em quem é colega de trabalho, 52% dos 70.162 respondentes disseram que "sim". Detalhe: em 2018, essa taxa era de 63%. A mesma situação se repetiu com a liderança: 75% desse grupo disse, em 2018, que confiava na sua gestão direta, enquanto em 2024 esse resultado caiu para 64%.

Diante desse cenário, fica o alerta sobre a urgência de se criar e fortalecer os vínculos de confiança dentro das organizações. Não só por uma questão de "taxa hormonal", mas pelo fato de que confiar é um verbo no qual as nossas decisões e comportamentos costumam se basear. Nós alocamos dinheiro em bancos confiando que ele estará lá quando precisarmos. Pedimos recomendações para pessoas próximas por levarmos em consideração sua palavra. E no trabalho não é diferente.

Aliás, segundo Paul J. Zak, as pessoas que trabalham em empresas de alta confiança têm 106% mais energia, são 75% mais engajadas no trabalho e 50% mais produtivas. Elas também têm a tendência de permanecer na empresa por mais tempo.

Por isso essa pauta deve estar no radar de quem exerce um cargo de líder. A ideia não é incluir outra tarefa na lista de responsabilidades da liderança, mas mostrar como o desenvolvimento desse vínculo vai, na verdade, facilitar a gestão. Afinal, como outro estudioso já explicou, o ato de confiar é a base de um time operante. De acordo com o consultor Patrick Lencioni, a primeira disfunção de uma equipe é a ausência desse recurso. Sem ele, é difícil fazer debates construtivos, solucionar problemas em conjunto, criar projetos inovadores e alcançar resultados prósperos.

Em seu livro "Os cinco desafios das equipes", ele explica que a origem desse problema está na falta de disponibilidade das pessoas em se mostrarem vulneráveis dentro do grupo. Os membros da equipe que não são genuinamente abertos uns com os outros em relação aos seus erros e pontos fracos tornam impossível construir as bases para a confiança. Por isso a importância de a liderança demonstrar essa abertura, ser um exemplo de profissional que reconhece sua vulnerabilidade e dispõe-se a aceitar ajuda.

Outra recomendação para construir essa base sólida é dar autonomia, encorajando e confiando na tomada de decisões do time. Reconhecer e elogiar não só o time, mas os indivíduos, é outra forma de criar uma cultura de confiança.

Perceba que essas três práticas não são uma novidade para a liderança. Na verdade, estamos falando de comportamentos que são estimulados há algum tempo, mas que nem sempre são colocados em prática. Agora você tem mais um motivo para exercitá-los no dia a dia.

Sofia Esteves é fundadora da Cia de Talentos, Bettha.com e Instituto Ser+

Diagnósticos genômicos aceleram a investigação de doenças raras

Popularização da tecnologia pode reduzir custos de sistemas público e privado ao oferecer jornadas mais precisas, que têm enorme impacto na vida dos pacientes



© GETTY IMAGES

A precisão e a velocidade oferecidas pelos testes genômicos auxiliam na redução de despesas com procedimentos desnecessários

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), são consideradas doenças raras aquelas que afetam uma parcela de até 65 pessoas a cada 100 mil indivíduos de um determinado país ou região. Apesar da prevalência geral relativamente baixa, trata-se de um cenário que atinge mais de 13 milhões de brasileiros, segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Nesse contexto, a democratização dos testes genômicos vem se mostrando um ponto crucial para oferecer diagnósticos e tratamentos mais efetivos a essa parcela significativa da população — cerca de 80% das doenças raras mapeadas estão ligadas a causas genéticas.

Os custos isolados dos exames continuam a ser uma das principais barreiras para popularizar o acesso aos testes genômicos entre diversas camadas e regiões do país. A incorporação da tecnologia em sistemas de saúde, por outro lado, vem apresentando potenciais de retorno consistentes para os planejamentos de gestores públicos e privados.

Um estudo conduzido recentemente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por exemplo, aplicou técnicas de sequenciamento de Exoma em 70 voluntários. Os participantes foram divididos em grupos de pessoas com déficit intelectual, quadros de demência, distúrbios de movimento e outras doenças determinadas geneticamente. Os resultados finais comprovaram um índice de 40% de identificação em casos de alteração — um aumento expressivo em relação aos 3% registrados pelos exames de cariótipo tradicionalmente realizados no SUS.

> **“Mesmo que muitas dessas doenças não sejam tratáveis, seus portadores têm direito a acessar a tecnologia para fins diagnósticos”**
> **JOANA PROTA**
> Geneticista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS

De acordo com Joana Prota, autora do parecer e geneticista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), a assertividade e a agilidade desse tipo de diagnóstico têm impactos diretos nas matrizes de custos de projetos de saúde populacional. “A precisão e a velocidade oferecidas pelos testes genômicos permitem uma jornada mais curta e objetiva dentro das redes públicas e privadas. Esse aspecto é essencial tanto para ajudar as pessoas a obter tratamentos mais adequados como para reduzir despesas com procedimentos desnecessários”, afirma. “Mesmo que muitas dessas doenças não sejam tratáveis, seus portadores têm direito a acessar a tecnologia para fins diagnósticos. O contingente de indivíduos com doenças raras não pode ser negligenciado”, diz.

A desconstrução de paradigmas ligados ao tema também passa pela adoção de uma visão mais abrangente sobre os benefícios oferecidos para pacientes, profissionais e instituições do setor. “Estamos em um momento crucial em que a tecnologia genômica pode transformar o cuidado das doenças raras no Brasil. Ampliar o acesso a essas ferramentas é fundamental para garantir diagnósticos precisos e tratamentos adequados. Além de beneficiar milhões de brasileiros, isso também otimiza o sistema de saúde, reduzindo desperdícios e custos desnecessários”, contextualiza Vagner Simões, country manager da Illumina Brasil.

Considerada uma das empresas mais inovadoras do segmento, a Illumina é atualmente líder global em sequenciamento de DNA e tecnologias baseadas em array, com atuação nos mercados de pesquisa clínica e aplicada. Nos últimos anos, a companhia vem intensificando a sua atuação na abertura de novas frentes de incorporação de aplicações genômicas no ecossistema de saúde nacional.

As iniciativas apoiadas incluem o projeto Genomas Raros, plataforma de pesquisa que visa à criação do maior banco de dados genéticos brasileiro de pacientes com doenças raras e risco hereditário de câncer no âmbito do SUS. A partir de uma rede de 20 centros parceiros localizados em diferentes estados, a iniciativa tem como objetivo sequenciar 11 mil genomas nos próximos três anos, a partir de um banco de 16 mil amostras já coletadas.

CAPILARIDADE E ABRANGÊNCIA

O caminho para a popularização dos diagnósticos genômicos também passa pela desburocratização do atendimento e pela formação de novos profissionais qualificados para atuar no segmento. A última edição do relatório Demografia Médica no Brasil mostra que existem pouco mais de 340 geneticistas especializados atuando no país — cerca de 80% estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Na ponta final, o desequilíbrio pode ser constatado na formação de longas filas de espera para acessar soluções que já estão incorporadas em serviços do SUS ou contempladas no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

> **“Estamos em um momento crucial em que a tecnologia genômica pode transformar o cuidado das doenças raras no Brasil”**
> **VAGNER SIMÕES**
> Country manager da Illumina Brasil

Além de promover a eficiência na indústria da saúde, o alívio desses gargalos pode gerar impactos significativos entre diversos setores e grupos sociais. Entre os principais exemplos observados nesse sentido, a doutora Joana Prota, do Proadi-SUS, destaca o potencial na identificação de risco de câncer de mama e nos casos relacionados a quadros de déficit intelectual, atualmente constatados em aproximadamente 1% das crianças em idade escolar. “O diagnóstico de forma antecipada ou preditiva pode fazer uma diferença enorme para a vida do paciente e de todas as pessoas ao seu redor. É preciso avaliar com profundidade os benefícios mais intangíveis: existem muitos caminhos que não são devidamente investigados devido à falta de recursos e informações adequadas”, diz.

A partir dessa abordagem sistêmica, a especialista aponta a necessidade do aumento da conscientização sobre o tema e da criação de estruturas regulatórias que contemplem o custo-efetividade das soluções — abrindo caminho para definir novas prioridades de incorporação em estruturas financeiras de governos, empresas e organizações do setor. “Entendemos que os orçamentos são limitados e que todo gestor de saúde precisa fazer escolhas visando ao que é mais relevante para seus objetivos. Esse tipo de análise, no entanto, precisa levar em conta as diferentes proporcionalidades e assimetrias que existem na população brasileira, de maneira que não restrinja o acesso às novas tecnologias entre algumas das pessoas que mais precisam delas”, complementa.

Panorama das doenças consideradas raras no Brasil

Doenças que afetam até **65 a cada 100 mil** pessoas de um determinado país ou região*

Atualmente atingem mais de **13 milhões** de brasileiros**

* De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). ** Dados divulgados pelo Ministério da Saúde.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Alimentação Com mudança da estrutura, companhia também não descarta fusões e aquisições

Sodexo simplifica operações para acelerar crescimento



DIVULGAÇÃO

Sophie Bellon, presidente global da Sodexo: "O Brasil é um mercado-chave para a companhia e está na quarta posição no mundo em termos de receitas"

Luciana Marinelli
De São Paulo

A palavra de ordem da nova fase do grupo francês Sodexo é simplificar. O processo, que começou em 2022 quando Sophie Bellon, filha do fundador da companhia e presidente do conselho de administração, assumiu como CEO, incluiu mudanças na estrutura de gestão e culminou com a cisão, em fevereiro deste ano, da operação de benefícios corporativos. Sob a marca Pluxee, a unidade de vale-refeição tornou-se uma empresa independente, com ações negociadas na bolsa de Paris.

O foco da Sodexo, agora, está em acelerar o crescimento de seu negócio principal, de serviços de alimentação, com iniciativas que permitam o consumo em vários momentos do dia, como os micromercados autônomos instalados em escritórios, fábricas e escolas desde 2023. Só no Brasil, serão 100 unidades até o fim do ano. Hoje, são cerca de 60.

Em entrevista ao **Valor**, Bellon abordou o novo momento do grupo. "Hoje, como 'pure-player' de serviços de alimentação e 'facilities', podemos nos concentrar na execução da nossa trajetória de crescimento, incluindo fusões e aquisições", afirmou. Nos nove primeiros meses do ano fiscal que se encerrou em agosto, a receita global cresceu 4,8%, para €18,2 bilhões. Em termos orgânicos, retirando efeitos cambiais, a alta foi de 7,9%.

A Sodexo tem cerca de 800 clientes no país, entre empresas, escolas e hospitais. São mais de 3 mil unidades atendidas, com restaurantes internos em 1,7 mil delas. Em cerca de 1,3 mil unidades, presta serviços de "facilities", como são chamadas as atividades de apoio corporativo, como limpeza, manutenção e portaria.

"O Brasil é um mercado-chave para a Sodexo. Está na quarta posição no mundo em termos de receitas, com um crescimento significativo nos últimos anos e um forte potencial para o futuro", afirmou Bellon. O grupo opera em 45 países. "A Sodexo no Brasil tem crescido dois dígitos nos últimos quatro anos-fiscais e segue mantendo uma sólida rentabilidade."

A empresa não revela faturamento no país, apenas que lidera o mercado de restaurantes corporativos. Por aqui, as outras duas maiores empresas desse segmento são a GRSA — que foi comprada em março pela GPS — e a Sapore, com receita bruta ao redor de R$ 3 bilhões cada uma.

"O mercado brasileiro continua bem fragmentado, sendo assim, podem surgir oportunidades de aquisições no futuro para reforçar nossa posição", disse Bellon, observando que também vê bastante espaço para crescimento orgânico, com terceirização das atividades "non-core" (não essenciais). "Ainda existe uma elevada proporção do mercado de serviços que é operado internamente pelas próprias empresas (estima-se que aproximadamente 43%), o que nos proporciona um grande mercado potencial para explorar".

Estudo da consultoria TSA Capital aponta que cinco categorias de serviços terceirizados — facilities, segurança, refeições coletivas, manutenção industrial e logística interna — devem movimentar, juntas, R$ 196 bilhões em 2025.

Há uma onda de consolidação em marcha. A GPS, especializada em facilities, aumentou consideravelmente sua operação de alimentação com a compra, neste ano, da GRSA, que pertencia ao grupo inglês Compass, tornando-se uma das maiores do segmento. Já a Sapore adquiriu a empresa de facilities Branco Branco, em agosto de 2023, e neste mês comprou o Grupo El Dourado, de alimentação para feiras e eventos.

72%
é a fatia do serviço de alimentação nas receitas no Brasil

Na Sodexo, os serviços de alimentação representam 72% das receitas no Brasil e facilites, 28%. Na nova fase da empresa, o foco maior de expansão está em novas experiências derivadas de seu principal negócio, a alimentação. "Vemos os serviços de facilites como complementares aos nossos serviços de alimentação", disse a CEO global.

É nessa estratégia que entram os micromercados autônomos, como opção de consumo também fora dos horários regulares das refeições. O projeto, desenvolvido pela operação brasileira, conta com 60 unidades instaladas em empresas e escolas. A projeção é que as vendas da Sodexo no Brasil no segmento de varejo (como denomina essa nova linha de negócios) cresçam 20% no próximo ano fiscal, que se encerra em agosto de 2025, incluindo não só os micromercados, mas também máquinas de café e venda automática instaladas em áreas dos clientes.

O projeto também é uma das respostas às mudanças de hábito registradas após a pandemia, como o trabalho remoto, híbrido ou em horários mais flexíveis. Bellon contou que, em 2020, com grande parte das pessoas trabalhando de casa, o grupo teve uma perda anualizada de €500 milhões, cerca de 2% da receita total de quase €23 bilhões.

"No entanto, ao longo dos últimos dois anos, temos recuperado gradualmente este déficit por meio das nossas soluções multicanais e híbridas, que proporcionam conveniência aos nossos consumidores, tais como refeições congeladas para levar, serviços de entrega de alimentos, entre outros."

Outra lição da pandemia, observou a CEO, foi a necessidade de aumentar a autonomia das equipes locais para proporcionar maior rapidez na tomada de decisões. "Evoluímos para uma organização mais direta, objetiva, baseada na geografia, empoderando as nossas lideranças em cada país e proporcionando mais agilidade regional", acrescentou.

A gestão dos segmentos de negócios, que tinham uma cadeia de comando global, passou às regiões. No Brasil, Andrea Krewer assumiu como CEO regional no começo de 2023, com reporte para Johnpaul Dimech, presidente da zona que inclui Brasil, América Latina e APMEA (sigla em inglês para Ásia, Pacífico, Oriente Médio e África).

"A nossa organização foi consideravelmente simplificada e otimizada. Hoje, a Sodexo é mais ágil e reativa às mudanças nas necessidades dos clientes e consumidores", afirmou Bellon.

Multiplan e fundador decidem comprar fatia de sócio

Shopping

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A desenvolvedora e administradora de shoppings Multiplan vai votar em assembleia geral extraordinária (AGE), em 21 de outubro, a recompra de 111,2 milhões de ações do fundo canadense Ontario Teachers' Pension Plan (OTPP), que informou em junho a intenção de vender 100% de sua posição na companhia brasileira.

Com as ações precificadas a R$ 22,21, um desconto de 16,2% sobre a cotação média nos últimos 30 pregões da B3, a operação toda custaria quase R$ 2,5 bilhões.

A Multiplan Participações (MPar), de José Isaac Peres, deve comprar 19% das ações, por R$ 471 milhões, e os 81% restantes podem ser adquiridos pela Multiplan, por R$ 2 bilhões. A empresa optou por submeter essa compra a uma votação, da qual participarão apenas os minoritários.

Os R$ 2 bilhões devem quase dobrar a alavancagem da companhia, medida pela dívida líquida sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), que ficou em 1,4 vez no segundo trimestre.

O presidente da Multiplan, Eduardo Peres, e o vice-presidente financeiro, Armando Balteiro, discutiram o tema com investidores, em teleconferência na sexta-feira (20), e disseram que o endividamento não assusta. Balteiro lembrou que o índice de alavancagem já foi mais alto em outras oportunidades, como durante a pandemia, quando chegou a 3,36 vezes.

Apesar de destacar que quanto mais cedo a empresa puder voltar ao nível atual, melhor, ele disse que a desalavancagem se dará "naturalmente", pelas margens que a Multiplan apresenta. O processo pode ser acelerado se houver oportunidade de negociar participações minoritárias "a preços atraentes", segundo ele. "Não por necessidade, mas se julgarmos que é bom negócio".

O OTPP possui 18,5% das ações da Multiplan. Com a venda, a MPar vai elevar sua participação de 26,2% para 35,37%, e a parcela de free float (ações que estão em circulação no mercado) subirá de 54,54% para 64,63%.

Peres afirmou que não deve haver mudança na distribuição de juros sobre capital próprio, nem nos planos de expansão.

Sobre o financiamento dos R$ 2 bilhões, Balteiro disse que a Multiplan avalia ofertas, mas que houve geração de caixa de R$ 1,4 bilhão em julho, o que já "daria bastante tranquilidade" ao negócio.

Peres negou que a companhia pense em atrair outro acionista de referência, após a saída do OTPP. Caso a recompra não seja aprovada na assembleia, a MPar pode fazer sozinha a operação, com o preço já estipulado. Se aprovada, a recompra deve acontecer em três tranches, no mercado privado, sem circulação em bolsa.

Ao final da teleconferência, Peres lembrou que a direção da empresa sempre é pressionada para divulgar novas aquisições e fusões, mas que essa operação foi "o melhor caminho" para criar valor para todos os envolvidos.

Analistas de diferentes bancos afirmaram que a recompra é positiva para a empresa e que a convocação da assembleia é uma demonstração de boa governança corporativa, mas que já estaria precificada. As ações da Multiplan fecharam a sexta cotadas a R$ 26,34, queda de 0,75%.

Ex-Vert, Veja obtém selo de comércio justo no Brasil

Prática ESG

Naiara Bertão
São Paulo

Na marca francesa de tênis Veja, que no Brasil esteve por alguns anos como Vert, salário digno para funcionários e cadeia de fornecedores tornou-se uma das principais bandeiras na pauta de direitos humanos e ESG.

A borracha usada em seus tênis, adquirida majoritariamente de cooperativas brasileiras no Acre, já tem a certificação internacional Fair for Life (comércio justo) desde 2019. Na prática, o selo atesta que a empresa paga acima da média — chamado salário digno ou justo — para prover aos produtores do látex uma melhor qualidade de vida. Agora, a empresa deu um passo além e conquistou a primeira certificação de comércio justo para uma fábrica no Brasil.

A escolhida para iniciar o programa foi a fabricante de sapatos gaúcha Wirth. Além de ser a primeira indústria brasileira a receber o selo Fair Trade Certified, é a primeira calçadista do mundo na posição. Apenas 60 parceiros e 163 fábricas de comércio justo são certificados no mundo, segundo a Fair Trade USA, que desenvolveu a metodologia e faz a verificação.

"É o início de uma nova história, de não somente valorizar os ingredientes, mas também colocar o mesmo cuidado que temos com cadeias de matérias-primas na parte industrial", diz François-Ghislain Morillion, cofundador da Veja. Para ele, não é possível desconectar natureza e ser humano. "Para nós, o lado social sempre fez parte do ecológico."

Para ter o selo, é preciso atender a mais de 100 critérios de conformidade relacionados a desenvolvimento e responsabilidade social, ambiental e capacitação. Quem aceita o desafio tem que destinar recursos a um fundo dos trabalhadores. A cada venda de produto certificado, a empresa paga um prêmio para o chamado Fundo de Desenvolvimento Comunitário, que só os trabalhadores podem acessar.

"Passamos a pagar 1% da receita, como um extra acima do valor das compras que fazemos da fábrica", diz Morillion. O valor é pago quatro vezes ao ano, diretamente a uma conta bancária criada por um comitê. O dinheiro só é liberado mediante autorização do responsável pela Tesouraria do colegiado e outra pessoa da empresa, para garantir que não haja mau uso.

Ao todo, a Veja já direcionou mais de € 368 mil, equivalente a R$ 2,25 milhões, ao fundo dos funcionários da Wirth das duas unidades que fabricam os produtos da marca, de Morro Reuter e Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul.

O fundo é administrado por um grupo de pessoas escolhidas como representantes do quadro de funcionários, o Comitê de Comércio Justo. Não há diretores, apenas colaboradores da produção e uma pessoa capacitada em certificação Fair Trade para orientar e verificar se os requisitos estão sendo cumpridos.

Aplicar a metodologia de comércio justo não é algo simples. O processo levou cerca de um ano. A primeira auditoria foi em outubro de 2022 e os projetos começaram a sair do papel este ano. Frederico Fleck Wirth, neto do fundador e um dos diretores, conta que a primeira conversa sobre o selo veio em 2021 e saiu do papel em 2023. A empresa é fornecedora da Veja desde 2018.

A mudança da mentalidade é apontada como principal barreira para implementação de programas do tipo, tanto na administração quanto no chão de fábrica. "Não é qualquer empresário que aceita um grupo representativo de funcionários que trate de melhorias", diz Morillion.

Carlos Fernando Frohlich, especialista em critérios de comércio justo, reforça que a mudança de mentalidade é sempre o mais desafiador e lembra que os colaboradores só acreditaram depois que o primeiro recurso entrou na conta corrente do fundo, e se reuniram para decidir o que priorizar e onde investir.

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Petróleo Antiga Schlumberger deve assinar outros quatro acordos com a estatal até o fim do ano, ao mesmo tempo que avança na diversificação além do óleo e gás

SLB assina seis contratos com a Petrobras, que totalizam US$ 1,1 bi

Fábio Couto
Do Rio

A fornecedora francesa de tecnologia SLB (antiga Schlumberger) firmou seis contratos com a Petrobras, que totalizam US$ 1,1 bilhão, o que corresponde a cerca de R$ 5,8 bilhões, para fornecimento de equipamentos e prestação de serviços em atividades offshore e onshore no Brasil.

Os contratos resultam de licitações vencidas pela companhia francesa e envolvem serviços para a construção de poços nos campos de Búzios, Atapu e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos, considerados importantes para o desenvolvimento da área.

Há ainda a implantação de sistema de coleta, armazenamento e monitoramento de dados digitais de instalações produtivas (hub digital) para auxílio de tomada de decisões, e a fabricação de mais de 200 bombas artificiais mecânicas para ampliar produção de campos terrestres (onshore) da estatal na Bahia, com duração de dez anos.

Os contratos também incluem a entrega de 19 "árvores de natal molhadas", equipamentos utilizados para conectar poços de petróleo submarinos aos sistemas de produção, como plataformas, que serão instaladas nos campos de Sépia e Atapu, e o fornecimento de "manifolds" (conjunto de válvulas que direcionam a produção de vários poços de petróleo para um duto); e um sistema de avaliação de reservatórios em águas profundas.

A empresa projeta ainda a assinatura de outros quatro contratos com a estatal ainda este ano, contou o diretor-geral da SLB no país, Thomas Filiponi, que está à frente da companhia desde julho. A prestação de serviços e fornecimento de equipamentos demandará a contratação de 600 novos colaboradores nos próximos 12 meses e um índice projetado de conteúdo local que pode chegar até 70%, dependendo do contrato e da etapa de produção. Segundo o executivo, a receita dos contratos evidencia a importância do Brasil para o negócio.


DIVULGAÇÃO
Thomas Filiponi, da SLB: "Contratos envolvem entrega de equipamentos e serviços para produção onshore e offshore"

"O Brasil é um mercado estratégico para a SLB", afirmou Filiponi. Os novos contratos serão tema de apresentação da SLB na ROG.e, antiga Rio Oil and Gas, que tem início nesta segunda-feira (23).

Dos seis contratos com a Petrobras, dois correspondem a uma faixa entre 50% e 60% do valor total, explicou o executivo. São os que tratam da construção de poços e da produção de "árvores de natal molhadas".

Parte dos contratos envolve a joint venture OneSubsea, formada há quase um ano entre SLB, Aker Solutions e Subsea7, cujos equipamentos serão fabricados nas unidades de Taubaté (SP) e São José dos Pinhais (PR). A joint venture completa um ano em outubro e, neste período, teve como foco inicial a captura de sinergias que agregaram valor à cadeia, segundo Filiponi.

No caso do contrato de avaliação de poços, o serviço envolve uma tecnologia digital desenvolvida pela empresa para aprimorar as análises exploratórias após a perfuração, com a verificação de mais amostras em menos tempo. Esse serviço abre espaço, inclusive, para que seja utilizado em áreas de novas fronteiras, como a Bacia de Pelotas e a Margem Equatorial, explicou, num momento em que se discute no país a reposição de reservas.

Filiponi destacou que parte das atividades envolve adoção de ferramentas digitais, que têm sido cada vez mais importantes no processo de descarbonização e na busca de eficiência na produção de petróleo. A SLB também vem buscando diversificar a atuação em segmentos que vão além do óleo e gás, de olho em projetos de transição energética, ao mesmo tempo que mira a meta de carbono zero até 2050.

Um dos caminhos é o acordo firmado com a FS Bioenergia para captura e armazenamento do carbono emitido na produção de etanol, na fase de fermentação. Filiponi destacou que o valor inicial de investimento no projeto, primeiro no mundo no segmento, foi de R$ 100 milhões. A iniciativa deve receber mais R$ 350 milhões para construir a planta de captura de carbono, o que depende do estabelecimento definitivo de regulação da atividade de armazenamento geológico de CO_2, em tramitação no Congresso Nacional, disse o executivo.

Vale antecipa posse de presidente para outubro

Mineração

Valor
São Paulo

O conselho de administração da Vale aprovou a data de 1º de outubro para o início do mandato do próximo presidente da mineradora, Gustavo Pimenta. Com isso, o mandato do atual presidente, Eduardo Bartolomeo, será encerrado em 30 de setembro.

Com a antecipação do processo de sucessão, o conselho aprovou a nomeação, em caráter interino, de Murilo Muller, atual diretor global de controladoria, para a posição de vice-presidente-executivo responsável pelas áreas de finanças e relações com investidores, de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2024.

O conselho também aprovou a indicação de Heloisa Bedicks e de Reinaldo Castanheira Filho para os cargos vagos de membros independentes do órgão. A seleção foi feita com o assessoramento da consultoria Korn Ferry .

Heloisa Bedicks tem formação em economia e em contabilidade, foi membro do conselho fiscal da Vale e foi, por 18 anos, diretora-geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ela integra o conselho fiscal da TIM, o conselho de administração do Grupo Mapfre e os comitês de auditoria da Brasilseg e da Gasmig.

Reinaldo Castanheira Filho é economista e ocupou diversas posições executivas no grupo Vale, incluindo como executivo do negócio alumínio, financeiro do de manganês e diretor de análises de investimentos. Ele trabalhou na PWC e na Coca-Cola.

Liderança Em negócios baseados na figura do empreendedor, dano reputacional tende a ser maior

O que está em jogo no caso Tallis Gomes

Adriana Fonseca e Stela Campos
De São Paulo

Uma crise reputacional tem o poder de depredar o valor de uma companhia em 24 horas, especialmente quando quem causa a crise é o sócio e a pessoa mais associada à marca na empresa. Essa é a opinião de Gilberto Sarfati, coordenador dos programas de alta gestão da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Em modelos de negócio baseados na figura do empreendedor, em que o fundador é a bandeira da marca — como é o caso da G4 Educação, fundada por Tallis Gomes —, o dano reputacional tende a ser maior, segundo o professor.

Gomes se envolveu, na semana passada, em uma polêmica de proporções relevantes ao publicar em seu perfil no Instagram a frase "Deus me livre de mulher CEO", ao responder a um usuário que questionou se ele teria uma noiva que ocupasse o cargo mais alto de uma empresa. "No caso da G4, a empresa será colocada à prova. Existe o risco de boicote dos usuários e de ter a marca associada a uma fala misógina, o que pode impactar inclusive quem atua na companhia", diz Sarfati.

Na sexta-feira (21) já circulava no LinkedIn um post ensinando as pessoas como solicitar a exclusão de seus dados pessoais da G4 — em uma tentativa de diminuir a base de clientes da companhia. No sábado, a empresa informou que Gomes renunciou ao cargo de CEO e de presidente do conselho da G4. Em seu lugar, assumiu Maria Isabel Antonioni, sócia e CFO da empresa.

"O impacto na marca pode variar desde uma perda de confiança e credibilidade até uma redução de oportunidades de negócios", diz a especialista em marca pessoal e branding Giuliana Tranquilini, sócia da BetaFly e autora do livro "Sua marca pessoal" (Editora Literare Books International).

Também como repercussão das falas de Gomes, o Instituto Caldeira, um hub de inovação em Porto Alegre com 43 empresas fundadoras, entre elas Renner, Gerdau e Grupo RBS, cancelou uma palestra que o empreendedor faria hoje (23). Pedro Valerio, diretor executivo do Instituto Caldeira, disse ao **Valor** que a palestra seria para membros da comunidade empresarial gaúcha, startups e estudantes. "O auditório tinha previsão de 1.200 lugares."

A fala de Gomes também o afastou do conselho consultivo da marca de lingeries Hope. No sábado, a empresa emitiu nota, assinada pela sócia-diretora Sandra Chayo, em que ela recomenda que Gomes "reflita sobre a importância das lideranças femininas e como essa evolução traz ganhos e benefícios para toda a sociedade, que não irá retroceder". A nota vem um dia após Chayo ter dito que se surpreendera com o post de Gomes, "pois não reflete a conduta dele no conselho, sempre respeitou e valorizou a liderança feminina em nossa marca".

"Não se pode deixar no conselho um executivo que fez um comentário misógino", enfatiza o professor Sarfati. Tatiana Iwai, professora de comportamento organizacional do Insper, afirma que "claramente há um impacto para as marcas com as quais ele está associado, e a magnitude do impacto depende da relação que ele tem com cada uma delas". O impacto maior é nas organizações em que ele ocupa um papel central, diz. "Nesse caso, há não apenas o impacto externo em termos de reputação, mas há também o impacto interno para a força de trabalho."

Para o próprio Gomes, Sarfati diz que se trata de uma mancha na reputação difícil de ser superada. Ele acredita que quem trabalha com ele, principalmente em cargos de gestão, também pode ser afetado por não se posicionar, o que pode repercutir negativamente na carreira no médio e longo prazos.

"A autenticidade é um pilar importante de uma marca pessoal forte, mas é preciso compreender que ser autêntico não significa agir sem pensar ou sem inteligência emocional — precisa ter reflexão e avaliar o contexto", comenta Tranquilini.

No capitalismo de propósito, a narrativa é essencial

Por Andiara Petterle

Na era do capitalismo do propósito, o que está em jogo não são apenas números no balanço, mas a narrativa que a empresa constrói para o mundo. Se até pouco tempo um CEO era avaliado apenas por resultados financeiros, hoje ele precisa alinhar discurso, prática e o espírito do tempo.

O recente episódio envolvendo um executivo brasileiro que se posicionou contra mulheres na liderança empresarial é um sintoma disso. A repercussão negativa que se seguiu não foi uma surpresa: consumidores, investidores e até colegas de mercado esperam, cada vez mais, coerência e engajamento social genuíno.

Rebecca Henderson, autora do livro "Reimagining Capitalism in a World on Fire", argumenta que o verdadeiro valor corporativo vai além dos lucros; está na capacidade das empresas de gerar impacto positivo. Isso não é caridade. Empresas que se comprometem com mudanças sociais profundas — e que envolvem suas lideranças nesse propósito — conquistam a lealdade de consumidores e constroem marcas resilientes.

Aaron Hurst, em "The Purpose Economy", destaca que o propósito é o novo diferencial competitivo. Mas esse propósito precisa estar presente nos detalhes: da contratação à comunicação pública.

Para um líder, isso significa que cada palavra conta — e muito. Um posicionamento equivocado pode custar anos de construção de confiança e reputação.

Esse contexto coloca os conselhos de administração em uma posição delicada: como garantir que a cultura e os valores da empresa não sejam comprometidos por uma postura desalinhada? A responsabilidade não é apenas proteger a reputação, mas assegurar que o propósito esteja profundamente enraizado nas decisões estratégicas. Isso implica não apenas gerenciar riscos, mas antecipar como as atitudes e palavras dos líderes podem ressoar com o público.

> O executivo de hoje precisa alinhar discurso, prática e o espírito do tempo.

Como já destacaram Michael Porter e Mark Kramer, a criação de valor compartilhado está no centro das estratégias das empresas modernas. Quando um líder se posiciona de maneira contrária aos princípios de inclusão e equidade, compromete não apenas sua própria credibilidade, mas também a da marca que representa. Nesse contexto, Robert Kaplan nos lembra que a governança eficiente exige líderes transparentes e responsáveis, capazes de alinhar discurso e prática.

Em um ambiente corporativo onde a integridade e a coerência são fundamentais, as palavras dos líderes carregam um peso enorme. Se uma empresa promove a inclusão e o empoderamento, mas suas lideranças refletem o oposto, a confiança dos stakeholders desmorona.

O risco é alto: consumidores e investidores estão cada vez mais atentos à autenticidade das marcas, e qualquer desalinhamento pode levar a crises reputacionais severas e danos financeiros significativos.

Para as mulheres que trabalham nessas organizações, a contradição é ainda mais grave. Enquanto são incentivadas a buscar desenvolvimento e crescimento, uma figura central sugere que seu lugar não é na mesa de decisão. Essa dissonância é prejudicial não apenas para o ambiente interno, mas para a própria missão da empresa.

O conceito de shared value — a criação de valor compartilhado entre empresas e sociedade — reforça que a sustentabilidade de uma marca depende da sua capacidade de responder às demandas sociais de forma integrada e genuína. O papel dos conselhos de administração, nesse contexto, não é apenas supervisionar resultados financeiros, mas garantir que a organização esteja sintonizada com o espírito do tempo. É preciso que cada decisão e cada discurso fortaleçam o vínculo com a sociedade e reflitam o propósito da empresa. Afinal, em um mercado onde as expectativas sociais moldam o sucesso corporativo, o verdadeiro valor está em harmonizar lucro e impacto.

Andiara Petterle é conselheira de administração e especialista em ESG e inovação.

Tecnologia Aposta sem precedentes: a dona do ChatGPT dominará a IA e valerá trilhões de dólares

Rodada de US$ 6 bi da OpenAI atrai investidores

George Hammond
Financial Times, de Londres e São Francisco

Investidores que buscam participar da mais recente rodada de financiamento da OpenAI, no valor de mais de US$ 6 bilhões, estão fazendo uma aposta sem precedentes de que a criadora do ChatGPT se tornará a empresa dominante de inteligência artificial no mundo e valerá trilhões de dólares.

A startup, com sede em São Francisco, está finalizando uma nova rodada de captação de recursos, avaliando a empresa em US$ 150 bilhões. A Thrive Capital, empresa de capital de risco de Josh Kushner, já forneceu pelo menos US$ 1 bilhão para a empresa nas últimas semanas, de acordo com pessoas familiarizadas com o negócio.

A OpenAI pretende levantar um adicional de US$ 5 bilhões ou mais. A Apple, Nvidia e Microsoft — as três empresas de tecnologia mais valiosas do mundo — estão em negociações para participar da rodada de financiamento. Outros que buscam investir são o fundo Tiger Global, com sede em Nova York, e o fundo MGX, dos Emirados Árabes Unidos, de acordo com várias fontes a par das discussões. Espera-se que o negócio seja fechado em breve.

Mas outros grandes investidores de tecnologia, incluindo Andreessen Horowitz e Sequoia Capital — os principais capitalistas de risco do Vale do Silício e investidores existentes na OpenAI — estão fora dessa rodada, segundo fontes especializadas.

Os investidores no negócio disseram que ele é altamente incomum em sua escala e estrutura. Investidores de risco como a Thrive e a Tiger normalmente fazem aportes muito menores em startups menos estabelecidas, esperando multiplicar seu investimento entre 10 e 100 vezes.

Para alcançar esse tipo de retorno com a OpenAI, a empresa precisaria crescer nos próximos anos para valer pelo menos US$ 1,5 trilhão; mais que a Meta, controladora do Facebook, e que a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett.

Muitos acreditam que isso vai acontecer. "Estamos falando do caminho para construir uma empresa de trilhões de dólares", disse um sócio de uma firma de investimentos que apoia a OpenAI. "Não acho que isso seja irreal." O advento da IA generativa representou "o maior prêmio de plataforma desde a nuvem ou a internet", com valor econômico de múltiplos trilhões de dólares, disseram.

Apesar da enorme escala da captação de recursos, a OpenAI não teve dificuldades em atrair demanda, segundo fontes com conhecimento do negócio. Além de fazer seu próprio aporte na OpenAI, a Thrive também está lançando um veículo de propósito especial através do qual outras instituições podem adquirir uma participação na OpenAI, acrescentaram.

As altas expectativas para a OpenAI são notáveis mesmo para o Vale do Silício, onde apenas um punhado de grandes empresas de tecnologia cresceu para tornarem-se gigantes trilionários. Outros grandes investidores são céticos de que o negócio da OpenAI faça sentido financeiramente.

"Como você conseguiria um retorno típico de investimento de risco em um aporte desse tipo?", questionou o diretor de investimentos de uma fundação dos EUA. "Não estou certo de qual é a matemática por trás disso, ou se há alguma matemática."



DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Sam Altman está finalizando uma captação que avalia a OpenAI em US$ 150 bilhões

A OpenAI, Thrive, Tiger e Sequoia se recusaram a comentar o assunto. Andreessen não respondeu a um pedido de comentário. O MGX disse que "tem mantido conversas contínuas com parceiros em todo o mundo sobre investimentos no setor de tecnologia".

Para alcançar os retornos desejados, a OpenAI precisará superar uma forte concorrência das empresas de tecnologia mais ricas do mundo, como Google e Meta. Ela deve encontrar recursos para treinar modelos cada vez mais caros e gerenciar a transição de uma startup em rápido crescimento para um gigante corporativo.

As receitas da OpenAI dispararam para cerca de US$ 3,6 bilhões anuais desde o lançamento do ChatGPT, há quase dois anos, segundo fontes com conhecimento das finanças do grupo. No entanto, ela ainda está gastando bem mais de US$ 5 bilhões por ano e "não está perto de atingir o equilíbrio", já que investe em novos modelos e produtos na tentativa de se manter à frente dos concorrentes.

Embora o custo de treinar modelos de ponta tenha reduzido a competição, também obriga as startups a buscar continuamente novos investimentos. Bilhões a mais em capital dariam à OpenAI uma vantagem sobre Anthropic e xAI, a startup de inteligência artificial de Elon Musk — ambas com captações de múltiplos bilhões de dólares nos últimos meses.

"Não acho que haverá vinte empresas de modelo fundacional, certamente não a menos que os custos caiam", disse outro investidor da OpenAI. "Ou você vence ou desaparece na obscuridade e se torna o MySpace."

Mais importante ainda poderiam ser os laços mais estreitos com investidores estratégicos. "[A OpenAI] tem a Microsoft, a maior empresa de software corporativo do planeta. Se eu pudesse escolher outro parceiro, seria a Apple, a maior empresa de consumo do planeta", disse um investidor da empresa.

"Estou entrando em uma batalha com Google e Facebook, e tenho a Microsoft e a Apple do meu lado. Não é uma coisa ruim do ponto de vista de distribuição e branding", acrescentou.

Outros estão desanimados pela escala impressionante do investimento e temem estar excessivamente expostos a uma única empresa. Tanto a Sequoia quanto a Andreessen também investiram na xAI em vez de apostar tudo na OpenAI.

Além disso, há preocupações sobre se a OpenAI pode sustentar seu crescimento agressivo. A empresa foi abalada por uma crise no conselho de administração em novembro passado, quando o CEO Sam Altman foi primeiro demitido e depois reintegrado em um período de cinco dias.

Planos para simplificar a estrutura corporativa única da OpenAI, que foi criticada durante a crise, estão sendo discutidos. A atual rodada de captação de recursos não depende de uma reestruturação, segundo várias fontes com conhecimento da situação.

A OpenAI perdeu vários pesquisadores seniores este ano, incluindo três dos 11 cofundadores do grupo. Ela também foi envolvida em uma série de batalhas legais — incluindo casos de grande visibilidade contra Musk, outro cofundador que saiu em 2018, e o jornal "The New York Times".

Há também sinais de tensão na relação da empresa com a Microsoft, que comprometeu US$ 13 bilhões com a OpenAI e baseou sua estratégia de IA no sucesso da start-up. As empresas estão competindo cada vez mais por clientes, enquanto a Microsoft está construindo sua própria equipe de IA voltada para o consumidor.

Os apoiadores da OpenAI dizem que os desafios da empresa são típicos de uma startup em alta, comparando-a aos primeiros anos turbulentos do Google e da Apple.

Eles apontam para uma série de novas contratações, incluindo Sarah Friar, a primeira diretora financeira da OpenAI, e um conselho reformulado com experiência corporativa, como um sinal de uma abordagem mais séria.

"As apostas são altas", disse um investidor. "Mas nunca houve uma empresa que tenha tanto uma posição dominante no setor corporativo quanto no setor de consumo tão cedo... esse tipo de negócio tende a ser do tipo 'o vencedor leva a maior parte': você não vai ter dois ChatGPTs no seu celular." ***(Tradução de Samara Leonel)***

Empresas

Marketing Taxa de crescimento deve desacelerar nos próximos anos, segundo estudo da PwC

Receita de shows ao vivo cresce acima da inflação



GUITO MORETO - AGÊNCIA O GLOBO

A cantora Joss Stone apresentou-se no Rock in Rio, que atraiu 85 marcas e R$ 510 milhões em investimentos

Natália Flach e Luana Dandara
De São Paulo

Eventos de música ao vivo devem continuar atraindo tanto patrocinadores quanto público pagante nos próximos anos, embora seja esperada uma desaceleração no crescimento desse mercado, em relação a 2022 e 2023 — quando o setor de entretenimento se recuperava das restrições impostas pela pandemia de covid-19.

A previsão é de um crescimento de 4,8% na receita de shows e festivais no Brasil em 2024, totalizando US$ 174 milhões, segundo dados da PwC exclusivos para o **Valor**. Se confirmada, a alta será superior à inflação, projetada em 4,35% pelo relatório Focus, e também maior que a previsão de crescimento global do setor, estimado em 4,2%, com receita de US$ 41,4 bilhões.

Parte desse aumento projetado no Brasil vem, em parte, pelos patrocínios. Em 2024, as marcas devem representar 19,5% da receita do setor, comparado a 19,3% no ano anterior e 19,05% em 2022. Esse investimento impacta a infraestrutura e o marketing dos eventos, que é para onde o dinheiro muitas vezes é destinado.

No Rock in Rio, encerrado ontem (22), 85 marcas realizaram 130 ações de marketing, investindo R$ 510 milhões — cerca de 20% mais do que no festival anterior em 2022. Esse valor corresponde a quase 50% da receita do festival, segundo Rodolfo Medina, presidente da Rock World, que também organiza The Town e Lollapalooza Brasil. "No caso do Rock in Rio, a receita entre investimentos das marcas e venda de ingressos é quase equivalente. E a presença das marcas não é só muito importante financeiramente, mas também na experiência que o festival proporciona ao público", diz Medina.

Dados da Stilingue by Blip apontam cerca de 44,5 mil menções diárias ao festival nas redes sociais — as cinco marcas mais citadas são Seara (da J&F), KitKat (da Nestlé), iFood, TIM e Natura.

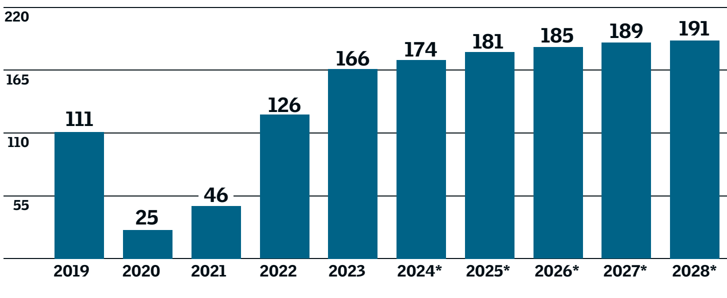
Medina lembra que o Rock in Rio de 1985 foi idealizado para o lançamento da cerveja Brahma Malt 90 e já tinha patrocínios de empresas como América Online, McDonald's, Nestlé e Coca-Cola. E foi a partir de 2011 que o festival assumiu o formato atual, descrito por Ricardo Queiroz, sócio da PwC, como "uma Times Square da música".

De forma geral, o mercado de eventos tem dado sinais de reacomodação, após a forte alta no período pós-pandemia. Segundo dados do Mapa dos Festivais, no primeiro semestre deste ano, 10 eventos foram cancelados e sete adiados. Ainda assim, 146 festivais foram feitos nos primeiros seis meses deste ano, 18% a mais que no mesmo intervalo de 2023.

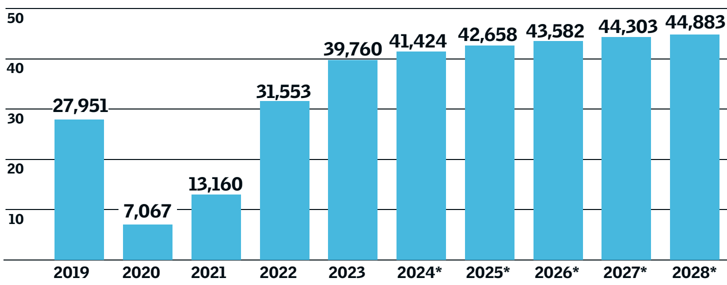
"O bolso do brasileiro não tem tanta elasticidade a ponto de permitir que vá a tantos shows por ano, mesmo em meio a um ambiente econômico mais favorável. Daí o consumidor acaba tendo que escolher, porque a conta não fica somente no ingresso", diz Queiroz.

No palco
Receita dos shows ao vivo

No Brasil (US$ milhões)



No mundo (US$ bilhões)



Fonte: PwC. * Projeção

Não é o caso da Rock World, que "espera [um] 2025 muito potente em termos de faturamento", diz Medina. O otimismo também se reflete entre as marcas.

Neste ano, o Banco do Brasil investiu mais de R$ 140 milhões em cultura e entretenimento — 92% mais do que em 2023, com R$ 72,6 milhões. O BB apostou em Caetano Veloso e Maria Bethânia, e nos festivais Afropunk e Turá e na turnê de Gilberto Gil em 2025.

Andrea Rubim, responsável no Brasil pela Johnnie Walker, marca de uísque da Diageo, diz que o retorno dos investimentos em eventos musicais vai além das vendas imediatas. "É sobre fortalecer o relacionamento com o público e aumentar o valor da marca a longo prazo". A Diageo dobrou seu orçamento para patrocínios em 2024, em relação ao ano passado. "Isso se reflete em performance. Neste ano, atingimos o maior patamar de fatia de mercado na categoria (de uísque)".

A cerveja Budweiser, da Ambev, ampliou a lista de patrocínios em 2024, incluindo Tomorrowland Brasil e o "reality show" Estrela da Casa, da TV Globo. A marca apoiou o festival Lollapalooza e shows de Bruno Mars, Mariah Carey, Lenny Kravitz e Paul McCartney. "São nomes expressivos de apelo global que mobilizam fãs em todo o mundo. São 'assets' e eventos que trazem aspiracionalidade e internacionalidade em sua essência, exatamente como Budweiser, e que têm valores conectados com a marca. Os eventos musicais são oportunidades de ampliar a conexão com os consumidores de maneira genuína", diz a diretora de marketing de Budweiser no Brasil, Mariana Santos.

Em 2022, o Itaú movimentou mais de R$ 61 milhões em vendas durante os sete dias de Rock in Rio. Neste ano, o banco triplicou o tamanho de seu estande no festival, de 1.000m², além de patrocinar o show de Madonna na Praia de Copacabana e um espetáculo com Fernanda Montenegro em São Paulo. "Nosso objetivo foi promover experiências que ficassem para a história, para marcar os 100 anos do banco", afirma o diretor de marketing do Itaú, Eduardo Tracanella.

Primeira loja de discos do mundo

QUEM INVENTOU

História
De São Paulo

Escutar música é hoje algo muito prático, graças às inúmeras ofertas de streaming e de plataformas de vídeo, como YouTube. Basta ter um celular com internet nas mãos para dar "play" nas canções. Antes disso, os ouvintes dependiam de toca-discos ligados à rede elétrica ou com pilhas para poder ouvir seus CDs e fitas cassetes.

A eletricidade impulsionou o mercado fonográfico em todo o mundo. A história começa em 1877, com Thomas Edison, o pai da lâmpada. Ele inventou o fonógrafo. Foi substituído, dez anos depois, pelo gramofone, de Emil Berliner. O cilindro do fonógrafo deu lugar ao disco plano de goma-laca. Essa mudança não apenas melhorou a qualidade do som, como também simplificou a produção e a distribuição das gravações.

Sete anos depois, é inaugurada a primeira loja de discos do mundo — em operação até hoje. A Spillers Records foi fundada no País de Gales em 1894 por Henry Spiller. Era especializada em fonógrafos, cilindros e discos de goma-laca e, somente meio século depois, passou a vender discos de vinil.

A loja quase fechou no fim da década de 2000. "Como a Spillers Records é a mais antiga do mundo, senti que seria um sinal terrível — para a indústria, para o mundo, para quem quer que se importe — sobre o estado da música física e do varejo de música independente se a empresa encerrasse a operação", disse a executiva à frente da loja, Ashli Todd, à revista Billboard no ano passado. O endereço ainda recebe aficcionados por música — mesmo aqueles que se renderam à facilidade dos streamings. *(NF)*

'Quase não tem gente preta nas empresas'

Cenário

Andrea Assef
Para o Valor, de São Paulo

Ian Black é o primeiro homem negro a se tornar proprietário de uma agência digital, a New Vegas, onde é executivo-chefe (CEO) desde sua fundação em 2010. Formado em contabilidade, Ian é um leitor ávido e entusiasta da cultura pop. Graças à sua experiência como blogueiro, entrou no mercado publicitário em 2007, aos 28 anos.

Sua trajetória foi rápida, passando por agências como Riot, LiveAD e Wunderman, onde conquistou dois prêmios em Cannes (2009 e 2010), até que decidiu fundar sua própria agência. Jurado na categoria de relações públicas no Cannes Lions deste ano, Black diz que o evento deixou de ser o festival narcisista dos publicitários e se transformou em uma arena mais inclusiva e plural.

Sobre equidade racial, Black diz que as agências receberam toda a pressão para a inclusão de profissionais negros e o mesmo não aconteceu nas áreas de marketing das empresas. "Outro dia, numa conversa com amigos, o tema era por que ocorrem mais casos de racismo nas agências do que nas empresas. Eu disse: "Pessoal, porque quase não tem gente preta nas empresas". A seguir, a entrevista:

Valor: *Como a IA vai impactar a indústria do marketing?*

Black: Enxergo uma separação muito clara; as empresas de tecnologia, como Google, Amazon, Apple, que vivem de inovação, já estão assimilando naturalmente pois faz parte do negócio delas. E há o resto das empresas que avançam em ritmos diferentes. Boa parte das grandes empresas foi erguida em estruturas que não são orientadas à inovação prática e não vão ter tempo de fazer a virada; vão precisar chamar gente de fora.

Valor: *Como assim?*

Black: Sou da primeira geração de blogueiros, e essa experiência me levou à publicidade alguns anos depois. Naquela época, o mercado buscava profissionais de outras áreas, fora da propaganda, porque não encontrava internamente pessoas qualificadas para atuar no ambiente digital. Acredito que estamos prestes a presenciar um movimento semelhante com a IA, em que talentos externos, mais preparados — talvez por serem mais curiosos e menos pressionados pelo mundo corporativo — serão chamados para liderar essa transformação.

Valor: *Qual é a importância de festivais internacionais como o SXSW e o Cannes Lions para a indústria da propaganda?*

Black: Se a gente olhasse dez anos atrás, o SXSW era o queridinho de todo mundo porque tem um olhar para o futuro, um festival de entretenimento inspiracional, onde as conversas são sobre o que vai acontecer, enquanto o Festival de Cannes Lions era visto como o festival narcisista dos publicitários. Eles estavam nesses dois lugares bem opostos. Ou seja, Cannes era o lugar do tiozão e SXSW onde estava a galera jovem, descolada.

Valor: *E agora?*

Black: Eu acho que o cenário mudou. O SXSW é o destino dos CMOs em busca de inspiração, mas continua o espaço das coisas intangíveis, pouco práticas. Já a essência do Festival de Cannes, que é a celebração dos melhores trabalhos que estão acontecendo agora, é um retrato atual da publicidade e do marketing. Ali você vê a tecnologia sendo aplicada na prática. Além disso, nos últimos anos, o Cannes Lions foi submetido a um escrutínio muito grande pela falta de diversidade, pelas campanhas fantasmas, e fez a lição de casa. O festival hoje tem programas e ações de inclusão e diversidade e jurados mais plurais do mundo todo, e os fantasmas deram lugar a clientes reais.

Valor: *Pesquisas mostram que há redução no avanço da equidade racial nas empresas. Concorda?*

Black: Sim, e eu acho que temos que tirar aprendizados disso. O número um é uma crença, e isso vale para todas as lutas, de que as conquistas são definitivas.



GABRIEL REIS/VALOR

"No Cannes Lions, os fantasmas deram lugar a clientes reais"
Ian Black

Não são. É importante sempre estar vigilante. O segundo aprendizado é a questão do empoderamento, que é uma celebração pessoal, não olha para o coletivo. E o terceiro é entender quem somos e onde estamos. Por exemplo, se eu, um homem negro, viro CEO de uma grande multinacional de alimentos, vou continuar atuando como a empresa sempre fez porque eu ainda respondo a um sistema, a acionistas. De repente todo mundo começou a se achar ativista. Quem é da publicidade e do marketing tem zero experiência em ativismo pois o nosso negócio não é sobre isso, não somos ONGs. Ativista é quem está preparado para tomar pancada, bomba na cara e que está negociando políticas públicas.

Valor: *Mas houve progresso?*

Black: Sim. Tivemos avanços inegáveis, a começar pela invisibilidade da pessoa negra que deixou de ser absoluta como era até alguns anos atrás. Claro, é só o começo. Por exemplo, continuamos sem pessoas pretas em cargos de liderança e isso precisa mudar, mas a próxima geração de pessoas negras vai sofrer menos porque não virá com a carga emocional de ser o primeiro ou a primeira da família a ocupar um espaço em uma agência de propaganda, por exemplo. E acho importante pontuar que as agências receberam toda a pressão para a promoção da equidade racial e o mesmo não aconteceu no marketing das empresas, nossos clientes.

Valor: *Há ruído nas relações raciais dentro das agências? Por quê?*

Black: Sim, mas isso é algo inerente a qualquer momento de transformação. Acho que nós começamos a aprender a ter conversas mais apropriadas para entender que nem tudo é racismo, nem tudo é machismo no ambiente de trabalho. Certa vez uma funcionária negra e bem jovem voltou de uma reunião com o cliente e me disse que ele havia sido racista com ela e eu pedi para ela me contar o que havia ocorrido. Era a primeira vez que ela fazia uma apresentação para um cliente e ele não gostou da campanha. Olhei o material, sugeri algumas mudanças e na semana seguinte ela fez uma nova apresentação e voltou toda feliz porque o cliente tinha adorado tudo. E não tocou mais no assunto do racismo. Essa primeira geração de profissionais negros está confundindo um pouco as coisas, mas faz parte do processo de mudança que estamos vivendo.

Valor: *O que tem levado ao aumento dos diagnósticos de "burnout" nas empresas e como isso impacta o mercado publicitário?*

Ian Black: O "burnout" é uma combinação de fatores organizacionais e individuais. A solução precisa ser conjunta e colaborativa, com a empresa criando um ambiente mais lúcido e o profissional agenciando suas próprias expectativas e autocuidado.

Valor: *O que precisa ser feito?*

Black: É recuperar o que eu chamo de consciência institucional. As pessoas esqueceram como é que se atua institucionalmente no pós-pandemia. Acho que nós, do mercado publicitário, começamos a falar de saúde mental de uma maneira muito errada, de um ponto de vista muito individualizado. Então é muito menos sobre como eu construo uma relação muito boa com todo mundo e mais uma preocupação se eu estou bem ou não estou bem.

Curtas

Bradesco e Santander

O ano de 2024 tem sido marcado por movimentações no setor publicitário, com diversas empresas revisando suas estratégias de comunicação. Nesta quinta-feira (19), o Santander anunciou a abertura de uma concorrência para selecionar uma nova agência responsável por parte das suas demandas no Brasil. Simultaneamente, o Bradesco avançou para a segunda fase de seu processo de escolha, com a decisão final prevista para os próximos dias.

Havaianas

Havaianas, a marca de sandálias da Alpargatas, e a rede de fast food Burger King brincaram em anúncios atrelados ao Rock in Rio. Ídolos de diferentes gerações, os cantores Akon, Cindy Lauper e Mariah Carey inspiraram brasileiros a batizar seus filhos com seus nomes. Sabendo disso, Havaianas recrutou homônimos desses artistas para criar uma campanha diferente para o Rock in Rio. A publicidade é estrelada pelos anônimos Akon Mendes, Cyndi Lauper Araujo e Mariah Carey de Jesus, e o objetivo é mostrar que todo brasileiro é um grande artista. Para isso, basta usar os chinelos lançados em comemoração aos 40 anos do festival.

Burger King

O Burger King, rede de fast food operada pela Zamp no Brasil, fez uma brincadeira com o preço dos alimentos no festival. "R$ 19 por 1 chope? R$ 33 por 1 sanduíche simples? R$ 60 em 1 balde de pipoca? Se os valores da comida no festival te assustam, o BK vem para te lembrar que é possível economizar e comer mais com a promoção 2 Whopper por R$ 25!", diz o anúncio da rede de fast-food. O Burger King não participou do festival na Cidade do Rock, quem fez as honras foi o rival Bob's.

Financiamentos Aposta em direitos creditórios do agro deve liderar expansão de fundos, diz Markestrat

Recebíveis ganham espaço no mercado de Fiagros

Rafael Walendorff
De Brasília

Os Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) que investem em direitos creditórios do setor são os que têm maior potencial de crescimento no cenário atual, segundo estudo da Markestrat. O patrimônio líquido desses fundos, que era de R$ 3,9 bilhões no fim de 2023, deverá saltar para mais de R$ 6 bilhões até o fim deste ano, estima a consultoria.

A expansão reflete um movimento de qualificação da estratégia que indústrias e revendas de insumos adotam para financiar seus clientes. Essas empresas têm reduzido a oferta de operações direta de barter (troca de insumos por produção futura de grãos) e antecipação de recebíveis e usado os Fiagros como veículo intermediário para financiar seu canal de clientes. Os fundos são uma opção mais segura e com menos exposição ao risco, avalia a Markestrat.

Antes de a distribuidora de insumos Agrogalaxy pedir recuperação judicial, na semana passada, a consultoria estimava que essa categoria de Fiagro chegaria ao início de 2025 com patrimônio líquido de R$ 7 bilhões. Mas, como os problemas da varejista afetaram o mercado de Fiagros e geraram insegurança no ambiente dos negócios, a Markestrat passou a não mais considerar uma grande expansão daqui até o fim do ano. A Agrogalaxy tem papéis de dívida vinculados a quatro fundos, e o patrimônio de seu fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) triplicou até julho, chegando a R$ 1 bilhão.

"O potencial de crescimento no médio e longo prazos é gigantesco. A necessidade de funding do setor agropecuário não vai parar, e esses veículos têm sido usados como instrumento de benefício tributário", disse ao **Valor** Rodrigo Alvim, sócio da Markestrat e coordenador do estudo.

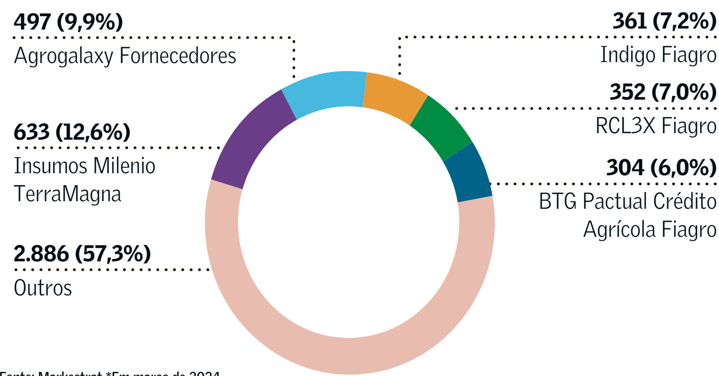
Isso porque, além da margem que revendas e indústrias ganham na venda dos seus produtos, a operação financeira também gera lucros. "Ao destacar o financiamento via fundo, há um ganho tributário significativo. Grande parte das empresas vão se atentar para isso e usar os fundos como estratégia tributária, além do benefício de funding", completou Alvim.

Em dezembro passado, os Fiagros-FIDCs representavam apenas 12% do montante total alocado nos fundos do agronegócio — somados, os fundos imobiliários, de participações e de direitos creditórios do agro tinham patrimônio líquido somado de R$ 32 bilhões. Mas eles devem atrair boa parte do interesse de pessoas "comuns" por novos investimentos — antes a modalidade era aberta apenas investidores "qualificados" — e crescer cerca de 30% nos próximos anos. Atualmente, os aportes ainda são bancados por investidores profissionais, family offices e bancos.

Os maiores

Fiagros que investem em direitos creditórios do setor

Patrimônio líquido (em R$ milhões)*



Fonte: Markestrat *Em março de 2024

A projeção de crescimento dessa modalidade baseia-se, também, na consolidação dos fundos pioneiros e na migração de direitos creditórios para os veículos especializados que já investem no agronegócio, mas em outros fundos, de aproximadamente R$ 12 bilhões. "Esses fundos são promissores porque vai haver uma migração natural do dinheiro que já está no agro, via FIDCs não exclusivos, para os Fiagros", disse José Artur Sanches, consultor da Markestrat.

> "O potencial de avanço no médio e longo prazos é gigantesco"
> *Rodrigo Alvim*

Em dezembro de 2023, database do estudo, existiam 34 Fiagros-FIDCs e "apenas" 16 mil investidores. O número já cresceu. No primeiro trimestre deste ano, havia 41 fundos e R$ 900 milhões a mais de patrimônio líquido, que chegou a R$ 4,9 bilhões.

No estudo, a Markestrat mapeou "ameaças" a esse mercado, como a forte concorrência de outras opções de investimentos, a dominância do setor bancário na oferta de crédito rural, os riscos envolvidos e os custos operacionais, que seguem altos. Há também um receio com a regulamentação definitiva que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) promete para os Fiagros. O outro lado da moeda é a oportunidade que os investidores têm de diversificar seus portfólios com apostas nos Fiagros e a flexibilização de garantias nas operações de fundos.

Outra característica que indica um "campo aberto" para a expansão dos Fiagros-FIDCs é a concentração de capital nessa modalidade. Cerca de um terço do patrimônio líquido corresponde à carteira de apenas cinco fundos. "Existe uma oportunidade de expansão do veículo não somente por causa da atração de investidores e credores, mas também devido à entrada de novos fundos", diz o estudo.

Em março de 2024, a agfintech TerraMagna tinha o maior Fiagro-FIDC, o Insumos Milenio, com patrimônio líquido de R$ 633 milhões. A rentabilidade acumulada no primeiro trimestre deste ano foi de 5,4%. O fundo leva crédito para empresas distribuidoras de insumos e para a agroindústria.

Na lista dos cinco maiores fundos aparece também o Agrogalaxy Fornecedores, com patrimônio líquido de R$ 497 milhões e rentabilidade acumulada de 5,16% em março deste ano. Na sequência estão o Indigo Fiagro, com patrimônio de R$ 361 milhões e rentabilidade acumulada de 5,51% — a maior entre os fundos listados —, e o RCL3X, do Banco Daycoval, com patrimônio líquido de R$ 352 milhões e rentabilidade acumulada de 2,16%. Completa a lista dos cinco maiores o BTG Pactual Crédito Agrícola, cujo patrimônio alcançou R$ 304 milhões, mas a rentabilidade acumulada ficou zerada. "Os fundos estão entregando acima de CDI", apontou Sanches.

No Fiagro-FIDC da TerraMagna, a inadimplência foi de apenas 1,85% no primeiro semestre, um número bem menor que a média. Outro destaque é o rendimento das cotas subordinadas, que atingiu 45,7% de janeiro a julho de 2024, muito acima da média no mercado de investimento.

Em nota, a TerraMagna afirmou que o cenário para os Fiagros é neutro. "Embora o aumento da procura por alocações em crédito e a isenção para pessoas físicas sejam bons elementos dos fundos, a conjuntura do mercado — tanto a dos últimos dois anos quanto a da próxima safra — deve manter os incrementos de alocação ainda marginais, na espera de um sinal mais claro de recuperação". A agteceh também estruturou o fundo da Agrogalaxy.

Cristiano Pinchetti, CEO da Indigo na América Latina, disse que a taxa de juros tem influência direta sobre o apetite dos investidores por produtos de renda fixa. Ele apontou que as recentes mudanças regulatórias reforçam a atratividade dos fundos. "No entanto, a exposição ao risco e o controle de inadimplência são desafios importantes. O agronegócio apresenta ciclos de liquidez e características setoriais que exigem uma gestão de risco criteriosa", afirmou.

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Grãos Crescimento da demanda por óleo para biodiesel e por farelo para ração estimula projetos de construção e ampliação de fábricas

Industrialização da soja recebe investimentos de R$ 5,7 bilhões

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

As empresas da cadeia de soja vão investir R$ 5,76 bilhões na expansão e construção de novas plantas industriais nos próximos 12 meses, de acordo com levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O montante é 4% inferior aos R$ 6 bilhões que as empresas desembolsaram nos últimos 12 meses, mas, ainda assim, o número é expressivo: para efeito de comparação, no intervalo entre 2020 e 2022, os investimentos foram bem menores, somando R$ 2,5 bilhões no triênio.

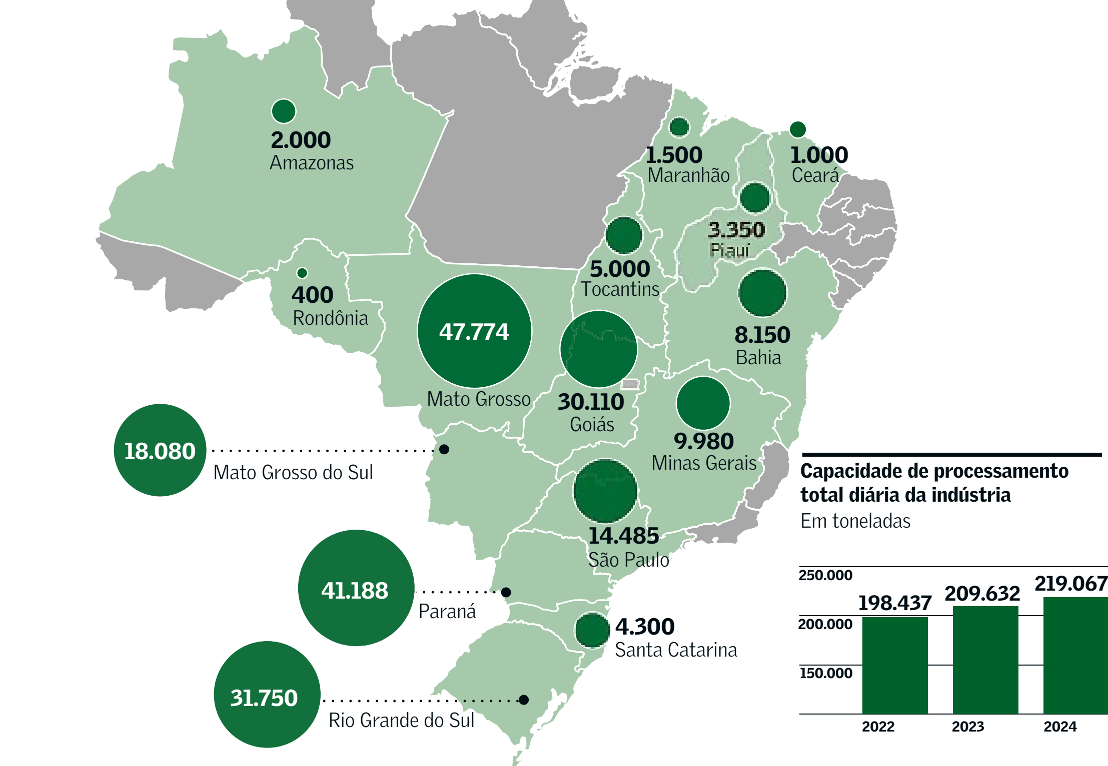
"Ainda é um investimento considerável, se levarmos em conta a capacidade ociosa. Isso significa que as empresas acreditam no aumento da demanda no longo prazo", disse ao **Valor** Daniel Amaral, economista-chefe da Abiove.

Segundo ele, os investimentos terão uma pequena queda entre um ano e outro porque parte da capacidade instalada estava ociosa. Nos últimos 12 meses, a capacidade instalada das indústrias cresceu 4,5%, ou 3,1 milhões de toneladas, passando para 72,3 milhões de toneladas por ano. A capacidade ociosa é de 24,6%. O total de plantas ativas subiu de 106 para 113 unidades, e o de unidades paradas, que era de 22, caiu para 19.

De acordo com a Abiove, fazem parte da lista de investimentos previstos para os próximos 12 meses a construção de cinco novas esmagadoras de soja e a ampliação de outras cinco plantas industriais. Com isso, haverá um acréscimo de capacidade de 19,35 mil toneladas por dia, para 238,41 mil toneladas diárias. Em um ano, isso representará uma capacidade de 78,7 milhões de toneladas, o que vai corresponder a um aumento de 8,8%.

A ampliação da capacidade produtiva tem como pano de fundo as perspectivas de uma possível safra recorde no ciclo 2024/25 e de crescimento da demanda por óleo para biodiesel e por farelo para rações animais. A Abiove ainda não tem uma estimativa própria para a safra. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula que a área de cultivo de soja crescerá 3% na safra 2024/25, para 47,4 milhões de hectares, e que a produção terá um aumento de 12,8%, para 166,3 milhões de toneladas.

Processamento de soja
Capacidade instalada da indústria, por Estado, em 2024 (toneladas por dia)



Fonte: Abiove

Do lado da demanda, a produção de biodiesel, que chegará a 8,9 bilhões de litros em 2024, deverá alcançar 10,1 bilhões de litros no ano que vem, estima a União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) — no Brasil, o óleo de soja é a principal matéria-prima do biocombustível. Em março de 2025, a mistura obrigatória do biodiesel no diesel subirá de 14% para 15%.

Além disso, o Congresso Nacional aprovou o programa Combustível do Futuro, que estabelece aumento de 1 ponto percentual na adição de biodiesel ao diesel fóssil por ano até 2030, quando chegará a 20%. A elevação voluntária do teor do biodiesel não precisa mais de aval da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para se fazer o aumento, basta comunicar a agência.

Em relação ao farelo de soja, a Conab prevê aumento das exportações e, com a expectativa de elevação dos embarques de carnes bovina, de aves e suína, também do uso do produto para ração animal no mercado interno.

Um dos novos projetos de processamento de soja é da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo). Ela começou neste ano a investir R$ 1,3 bilhão para instalar uma fábrica em Palmeiras de Goiás (GO), que terá capacidade de processamento de 5 mil toneladas de soja por dia. A Olfar vai instalar em Porangatu (GO) uma unidade de processamento de soja que poderá processar 3 mil toneladas por dia. A empresa não informou quanto investirá na planta, que deverá entrar em operação no fim de 2025.

> "Com os novos investimentos, a capacidade vai crescer 8,8%" *Daniel Amaral*

No Paraná, o Grupo Potencial investe R$ 1,7 bilhão em uma nova usina de biodiesel, com capacidade para produzir 900 milhões de litros de biodiesel por ano. A unidade ficará em Lapa e deverá entrar em operação em 2026.

Na lista de projetos de expansão figuram o da Caramuru Alimentos, que investe R$ 210 milhões para dobrar a capacidade de processamento em Ipameri (GO) até 2025, para 900 mil toneladas por ano. A Cocamar investirá R$ 500 milhões para ampliar em 50%, para 1,5 milhão de toneladas por ano, a capacidade de processamento em Maringá (PR). A Agrodanieli investe R$ 240 milhões para triplicar a capacidade de processamento de soja na fábrica de Tapejara (RS) e na construção de uma nova planta de fertilizantes.

Vert e BB são os maiores credores do Agrogalaxy

Insumos

Álvaro Campos e Gabriella Weiss
De São Paulo

A distribuidora de insumos agrícolas Agrogalaxy, que entrou com pedido de recuperação judicial na semana passada, tem uma dívida total de R$ 3,7 bilhões. O maior credor é a Vert Securitizadora, responsável pelos Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) da companhia, com R$ 516,4 milhões.

Na sequência, aparecem grandes bancos, como Banco do Brasil (R$ 391,1 milhões), Santander (R$ 278,3 milhões) e Citi (R$ 106,8 milhões). Procurados pelo **Valor**, eles não quiseram comentar o caso. Banco Industrial do Brasil é credor de R$ 71,9 milhões, e ABC Brasil, de R$ 1,1 milhão e mais US$ 10,5 milhões.

Grandes fornecedores do setor agrícola também estão entre os credores. Na lista aparecem, entre outros, FMC Química (R$ 163,6 milhões), Albaugh Agro Brasil (R$ 139,5 milhões), Mosaic Fertilizantes (R$ 119,5 milhões), Rainbow Defensivos Agrícolas (R$ 116,9 milhões), UPL (R$ 77,8 milhões).

O mercado financeiro ainda avalia os desdobramentos do pedido de recuperação judicial do Agrogalaxy sobre a indústria. Em relatório, a XP Investimentos disse que a medida terá efeitos díspares sobre as empresas do segmento, mas avaliou que o episódio não seria o resultado de uma crise sistêmica.

"Enquanto os fornecedores desviarão volumes para outros varejistas agrícolas, o que pode ser positivo para alguns concorrentes (ou seja, 3Tentos e Lavoro), a força do balanço patrimonial deve ser o principal motor para ganho de participação de mercado no futuro próximo", afirmam os analistas Leonardo Alencar, Pedro Fonseca e Samuel Isaak.

No caso da 3Tentos, os analistas pontuam que, embora a maior parte de sua atuação como varejista agrícola se concentre no Rio Grande do Sul, com 57 lojas, a atual expansão, com 14 lojas em Mato Grosso, permitirá à companhia obter algum ganho de participação de mercado.

A produtora de insumos Vittia, por sua vez, sofrerá efeitos díspares, sem "impacto negativo direto nas vendas", mas com a possibilidade de a concorrente Biotrop desviar vendas do varejista agrícola e aumentar a concorrência para algumas unidades de manutenção de estoque (SKU, na sigla em inglês) em diferentes localidades, avaliam os analistas.

Já para a Boa Safra, a XP acredita que os efeitos da situação da Agrogalaxy serão negativos. "No entanto, devido ao seu tamanho e liderança, esperamos pressão sobre os preços das sementes, direta ou indiretamente, à medida que os 'peers' tentam garantir um canal comercial em retração, especialmente porque os produtores continuam a adiar compras de insumos", diz o relatório.

R$ 3,7 bilhões é a dívida da companhia

Agroindústria tem mais um mês de forte expansão

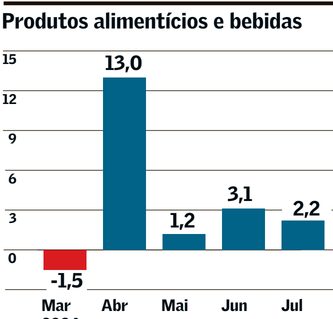
Camila Souza Ramos
De São Paulo

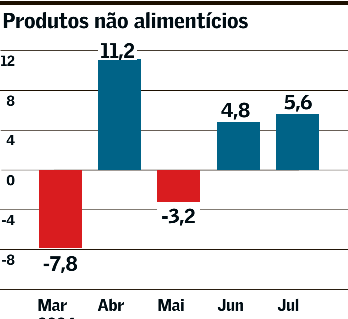
Em julho, a produção das agroindústrias brasileiras cresceu 3,7% em comparação com julho de 2023, segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), elaborado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). Nos sete primeiros meses deste ano, a agroindústria cresceu 3,3%, superando os efeitos negativos das enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul entre abril e maio.

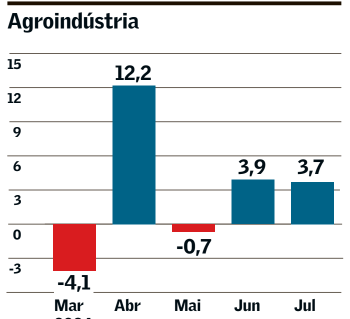
Quase todos os segmentos manufatureiros se expandiram. Em julho, o principal destaque foi a recuperação da indústria de produtos têxteis, que avançou 11,2% em relação a julho do ano passado.

Ainda no segmento de produtos não-alimentícios, outro destaque foi a indústria de insumos agropecuários, que cresceu 8,5%.

PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)







Fonte: FGV Agro

Mas, apesar do resultado expressivo, o FGV Agro destacou que o setor ainda sofre com os reflexos da tragédia climática no Rio Grande do Sul, que é um dos principais produtores de máquinas e equipamentos agrícolas. A cautela dos produtores na compra de insumos, em um momento de queda dos preços de soja e milho, também pressiona o segmento.

Já a produção das indústrias de fumo e biocombustíveis teve retração em julho. O setor de fumo recuou 4,7%, ainda por causa dos impactos das enchentes sobre as fábricas gaúchas, e o de biocombustíveis, 0,3%, pressionado pelos efeitos da seca sobre a colheita de cana-de-açúcar no Centro-Sul.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, quase todas as indústrias avançaram. O aumento mais expressivo foi o da produção de bebidas alcoólicas, que cresceu 10,6% em julho, de acordo com o FGV Agro.

valor.com.br

Bioenergia
Alemães terão usina de biogás no Paraná
A empresa Mele, da Alemanha, vai investir R$ 77,5 milhões para erguer em Toledo (PR) uma usina de biogás que será a primeira central de saneamento rural do Brasil. Banco Mundial e investidores financiarão a primeira etapa do projeto, que terá acompanhamento da Organização das Nações Unidas (ONU). A planta servirá de modelo para outros investimentos na região.

valor.com.br/agro

Doce expansão



WENDERSON ARAÚJO / CNA

O mercado de cacau deverá crescer, em média, 8,4% ao ano até 2030, quando movimentará US$ 23,5 bilhões no mundo, segundo relatório da Grand View Research. A empresa de pesquisa afirma que um dos motores da expansão é a crescente popularidade das amêndoas de cacau como ingrediente funcional, benéfico à saúde. "Há publicações que indicam que o consumo de cacau ajuda a reduzir inflamações e o risco de doenças cardiovasculares, além de melhorar a circulação sanguínea e os níveis de colesterol", disse a empresa, em comunicado. Assim como o consumo de chocolate, também tem crescido o uso da amêndoa para a fabricação de produtos de cuidados com a pele e outros cosméticos.

Financiamentos
Aposta em direitos creditórios deve liderar expansão de Fiagros, diz Markestrat
B9

Memórias
Em livro, Henrique Meirelles conta que Lula tentou fazê-lo baixar os juros C6



Mercados
Para Gattiker, do Julius Baer, 'onda republicana' nos EUA pode ajudar emergentes C2

Renda fixa
Com condições favoráveis, empresas repetem captação com debêntures C4

Investimentos
Wall Street se 'reinventa' para ganhar com juro menor nos EUA C2

Finanças

Investimentos Produto já soma mais adeptos no varejo do que ações e ganha sofisticação para estratégias defensivas e de arbitragem

Fundos imobiliários crescem e atraem novos investidores

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A combinação de investimento em imóveis com o pagamento regular de dividendos, somada à isenção de Imposto de Renda (IR), foi infalível para tornar os fundos imobiliários (FIIs) um "hit" entre pessoas físicas no Brasil, catapultando a indústria ao crescimento independentemente dos juros mais altos. O setor já atinge um patrimônio hoje de R$ 188 bilhões, aumento de mais de R$ 30 bilhões em um ano. Com mais liquidez no mercado, o segmento começou a atrair personagens antes distantes da indústria, como fundos de pensão e investidores estrangeiros.

Em número de investidores a indústria também não para de crescer: hoje são 2,75 milhões de cotistas pessoas físicas, quatro vezes mais do que há cinco anos, quando o número estava em 640 mil. Um único fundo, o Maxi Renda, da XP, possui 1,3 milhão de cotistas, mais que o número de acionistas do Banco do Brasil — a maior empresa listada em números de investidores pessoas físicas na B3.

Se na bolsa brasileira o sino de aberturas de capital de empresas não toca há três anos, o salão da B3 recebe quase três vezes por semana cerimônias de ofertas de fundos imobiliários, entre IPOs (ofertas iniciais) e "follow-ons", que são as ofertas dos fundos já listados. Hoje estão listados na B3 468 fundos — apenas neste ano foram 65 novos produtos. Para efeito de comparação, hoje já há mais FIIs listados do que ações — a bolsa tem cerca de 445 empresas listadas.

"Esse mercado está bem aquecido e há uma constância de listagens de fundos imobiliários", afirma Thalita Forne, superintendente de produtos listados da B3.

O crescimento tem refletido também nos volumes de negociações. Se em 2019 o volume de transações diárias somava R$ 130 milhões, esse número alcançou hoje R$ 330 milhões. Para ajudar a ampliar a liquidez, os fundos contam com a atuação de formadores de mercado, que são instituições financeiras que garantem que existe um mercado comprador e vendedor para os ativos. Na prática, o formador de mercado permite que um investidor possa vender suas cotas — sem ser penalizado no preço. Isso demonstra que, com uma demanda crescente pelos produtos, os FIIs passaram a receber novas funcionalidades — se aproximando mais do que é visto no mercado acionário, por exemplo.

Com uma demanda vinda do mercado, conta o diretor de relacionamento com clientes, pessoas físicas e educação da B3, Felipe Paiva, o trabalho tem sido de buscar mais funcionalidades ao produto. O termo de FIIs, por exemplo, foi uma dessas mudanças. Outra foi o empréstimo de FIIs, algo necessário para viabilizar estratégias de "long and short" — aquelas em que se aposta na queda de um papel e na alta de outro. Para o investidor que aluga o ativo é possível, na outra ponta, conseguir um retorno extra, assim como pode ser feito em ações. Foi criado também o futuro de Ifix (o índice teórico da bolsa, indicador médio dos fundos imobiliários), o que abre o leque para outras estratégias.

Em discussão na mesa no momento, diz o executivo, está a possibilidade de investidores poderem utilizar os FIIs como garantia — algo que é possível com ações. "A bolsa, como infraestrutura de mercado, vai criar esse ecossistema", afirma Paiva, da B3.

A venda de cotas em blocos, em leilões na bolsa — a exemplos dos chamados "block trades" de ações — também está em avaliação. Segundo Forne, trata-se, ainda, de sofisticação para o produto, o que acaba permitindo mais opções ao investidor.

Neste ano, a bolsa teve de atuar para viabilizar a maior assembleia de cotistas de fundos da histórica do mercado brasileiro, que deu aval para a incorporação dos fundos imobiliários, antes do Credit Suisse, à gestora Pátria. Nela, foi permitido o voto a distância, o que viabilizou o aval dos cotistas para a transação.

O especialista em fundos imobiliários Arthur Vieira afirma que o crescimento da indústria ocorre de forma mensal desde 2016. Com distribuição de proventos, o apelo ao investidor é grande, afirma. "E com isso a volatilidade dos fundos imobiliários é muito menor", diz. O desenvolvimento da indústria, segundo ele, também vem sendo notada no maior número de produtos que passam a compor a prateleira. Se antes os fundos eram voltados para os de "tijolos", que são aqueles que investem no empreendimento, e nos de papéis, que são os que compram Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por exemplo, hoje o mercado já conta com fundos hedge e outros mais nichados, como os que investem no setor residencial ou logística.

Adriano Mantesso, da Tivio, diz que começou a trabalhar na indústria em 2005, momento em que os maiores fundos do mercado tinham em torno de 20 mil cotistas, número comemorado na época. A lei que trouxe a isenção de Imposto de Renda, que chegou em 2009, ajudou a dar uma empurrão, recorda.

Rodrigo Abudd, sócio e responsável por setor imobiliário no Patria Investments no Brasil e fundador da VBI (adquirida pelo Pátria em 2022), lembra que em 2012, quando a gestora lançava seus primeiros fundos, a abordagem era atrair investidores que aplicavam em imóveis, como casas e apartamentos, de olho no aluguel. A conversa na época, afirma, era que eles poderiam ter uma cota em um edifício na Avenida Faria Lima, por exemplo, sem precisar lidar com reformas ou apartamentos vagos. O executivo lembra que a isenção do imposto ainda era uma novidade, o que também ajudou a atrair mais pessoas à indústria. "Vimos na época uma migração desses investidores", conta.

Hoje, após o salto observado nos últimos anos com os fundos imobiliários ganhando popularidade, o investidor ainda está em processo de sofisticação, diz Abudd. Segundo ele, é que o cotista ainda reage aos momentos mais voláteis, como em 2020, quando houve fuga em massa dos ativos. Também falta a leitura de que, quando o valor de mercado dos fundos de tijolos estão abaixo de seu valor patrimonial, pode haver um bom ponto de entrada.

O próximo salto do mercado, para o executivo do Pátria, virá com os novos investidores que estão começando a acessar os produtos, como as fundações, que passaram a tatear esse mercado, assim como os estrangeiros, que juntos devem trazer mais volume ao setor, proporcionando mais liquidez.

A chegada desses novos nomes já é um resultado do desenvolvimento do mercado. O sócio responsável pela área imobiliária da XP Asset, Pedro Carraz, afirma que a evolução da indústria também passou por um desenvolvimento da governança de gestoras, com algumas casas, como a XP, promovendo "call" trimestral sobre os resultados aos seus cotistas, a exemplo do que ocorre a cada três meses nas empresas listadas. "Aumentou a transparência, gestão profissional, equipe qualificada. Os fundos se tornaram cada vez maiores, com mais liquidez", diz Carraz.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



"A bolsa, como infraestrutura de mercado, vai criar esse ecossistema" *Felipe Paiva*

Com esse aumento de liquidez permitindo uma rápida saída dos investidores, por exemplo, a chegada de novos cotistas tem sido notada, especialmente nos maiores fundos na prateleira, como o Maxi Renda e o XP Malls. "Isso qualifica e institucionaliza o passivo. A despeito do crescimento de pessoas físicas hoje para 2,7 milhões, que chama atenção, a gente vê cada vez mais outros investidores. Hoje 25% do nosso patrimônio líquido são nomes pessoa jurídica", afirma Carraz. Nesse grupo, segundo ele, estão não só fundações, mas também seguradoras, estrangeiros e até mesmo fundos multimercados e de ações. "Tudo isso tem a ver com a evolução regulatória, o jogo mudou", afirma.

O gestor da HSI Felipe Gaiad destaca que, apesar de ter notado a entrada dos fundos de pensão na indústria, a virada de expectativa em relação ao juros fez com que as fundações mudassem a direção de seus investimentos. "Eles também são sensíveis ao contexto [macroeconômico]", diz.

Ele afirma, por outro lado, que dado o tamanho dos principais fundos de pensão do país, seus volumes têm potencial de mexer com o tamanho da indústria. Para Gaiad, a presença de pessoas físicas tem espaço para mais crescimento da indústria — basta olhar, por exemplo, a alocação desse público em produtos de renda fixa tradicional.

Mantesso, da Tivio, diz que observou em mercados no exterior que uma mudança de tributação ajudou a trair os fundos de pensão para esse segmento. No México, foi permitido que as fundações com imóveis pudessem repassar os prédios que tinham em suas carteiras para fundos imobiliários, mas deixando a cobrança de eventuais impostos apenas para o momento das vendas das cotas.

Por outro lado, um desenvolvimento real vai vir apenas com queda de juros. André Freitas, sócio fundador da Hedge Investimentos e um dos veteranos nesse mercado, aponta que o crescimento da indústria tem sido suportado pelos fundos que compram CRIs, ou seja, produtos típicos de renda fixa.

"Nessa incerteza de qual vai ser a trajetória dos juros, os fundos de CRIs se tornam interessantes", diz Freitas. Segundo ele, os fundos de tijolo, aqueles que investem nos próprios empreendimentos, como shoppings e escritórios, precisam de um ciclo sustentável de afrouxamento monetário para crescerem em um ritmo maior. A busca do investidor pelos fundos de papel, segundo ele, se trata de uma "diversificação dentro da renda fixa".

Na Hedge, os fundos de tijolos são o carro-chefe. A gestora fez um "follow-on" de um deles no fim do ano passado e espera, antes do fim deste ano, acessar novamente o mercado para captar. Por meio de seus três fundos, a gestora investe hoje em 22 shoppings.

Para frente, a percepção é que depois do crescimento, com um "boom" de lançamentos de novos fundos, o mercado brasileiro de fundos imobiliários passará por uma onda de consolidação. No Pátria, por exemplo, essa tem sido a estratégia, não só com a aquisição da VBI e outras gestoras, mas recentemente os fundos imobiliários que pertenciam ao Credit Suisse — o que levou seus ativos sob gestão nesse mercado a subir para R$ 21 bilhões. "Estamos inaugurando um novo capítulos dos fundos imobiliários, com os fundos grandes com cada vez mais condições de se tornarem maiores", diz Abudd, do Pátria. Ele afirma que hoje esse mercado nos Estados Unidos é de US$ 1,3 trilhão, ou seja, muito maior do que o brasileiro, mas possui, por outro lado, menos fundos — cerca de 300 no total.

Destaques

UBS e Credit Suisse

O regulador bancário da Suíça (Finma) está investigando os últimos 15 meses do Credit Suisse como banco independente e seu resgate pelo UBS, informou o jornal "SonntagsZeitung". Funcionários atuais ou antigos de ambos os bancos foram ouvidos e o escritório de advocacia Wenger Plattner foi contratado para liderar a investigação. O resgate do Credit Suisse pelo UBS em março de 2023 já é objeto de uma investigação parlamentar suíça. Entre as principais questões que a investigação pretende responder é quando ficou claro que o banco não poderia mais sobreviver como uma entidade independente. Os investigadores também querem esclarecer aspectos de uma disputa que o Credit Suisse teve com os reguladores dos EUA sobre alguns dos relatórios dos seus resultados anuais. ***(Bloomberg)***

Bancos no AgroGalaxy

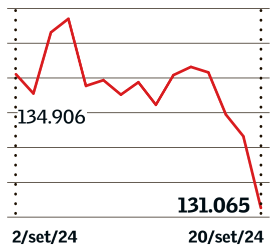
O AgroGalaxy, que entrou com pedido de recuperação judicial, tem uma dívida total de aproximadamente R$ 3,7 bilhões. O maior credor é a Vert Securitizadora, responsável pelos CRAs da companhia, com R$ 516,450 milhões. Na sequência, aparecem Banco do Brasil (R$ 391,159 milhões), Santander (R$ 278,371 milhões) e Citi (R$ 106,831 milhões). Procurados, os bancos não quiseram comentar o caso. Banco Industrial do Brasil é credor de R$ 71,899 milhões, e ABC Brasil, de R$ 1,122 milhão e mais US$ 10,55 milhões. Grandes fornecedores do setor agrícola estão na lista de credores, como FMC Química (R$ 163,611 milhões), Albaugh Agro Brasil (R$ 139,481 milhões), Mosaic Fertilizantes (R$ 119,538 milhões), Rainbow Defensivos Agrícolas (R$ 116,950 milhões), UPL (R$ 77,874 milhões), entre outros. ***(Álvaro Campos)***

IPO do Rodobens

A Rodobens, grupo com atuação em serviços financeiros, como seguros e consórcios, além de concessionárias de veículos, chegou a protocolar um pedido de oferta pública inicial de ações (IPO em inglês) em 2021, mas a oferta acabou não indo para frente. Desde então, a companhia, controlada pela família Verdi, fez novas parcerias, entrou em outros segmentos e, no crédito, focou nas concessionárias próprias. Líbano Barroso, que já presidiu Casas Bahia e TAM, além de ter passagens por GPA e CCR, chegou no grupo em 2018, com o objetivo de expandir os negócios e aprimorar a governança. Ele conta que um IPO ainda está nos planos, para garantir a perenidade da companhia e também a sucessão. A companhia, criada em 1959 em São José do Rio Preto (SP) por Waldemar de Oliveira Verdi, ainda é detida 100% pela família. ***(AC)***

Finanças

Ibovespa
Em pontos



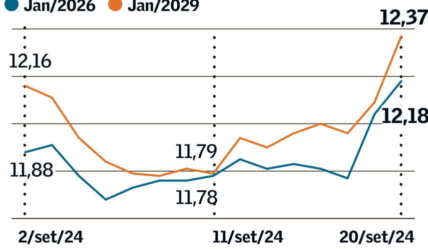
Queda de **1,55%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

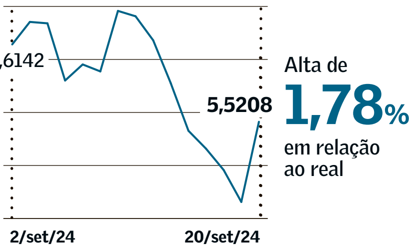
Bolsas internacionais
Variações no dia 20/set/24 - em %

Dow Jones	0,09
S&P 500	-0,19
Euronext 100	-1,22
DAX	-1,49
CAC-40	-1,51
Nikkei-225	1,53
SSE Composite	0,03

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

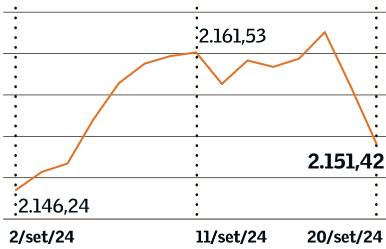


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **1,78%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Gestores reveem apostas em títulos, ações de tecnologia e não descartam recessão nos EUA

Wall Street encara 'fim da vida fácil' com juro alto

David Uberti
Dow Jones Newswires

Apesar de toda a ansiedade sobre a economia no último ano, os investidores tiveram vida fácil: um rendimento de 5% na dívida de curto prazo dos EUA, um dos investimentos mais seguros do mundo. Agora, os tempos estão mudando — de novo. Na última quarta, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) reduziu sua taxa em meio ponto, encerrando um esforço de mais de dois anos para conter a inflação com juros altos.

Saira Malik, diretora de investimentos da gestora Nuveem, disse que pode demorar para que o mercado de ações sinta algum impacto real da decisão de juros. Ela acredita que pode levar tempo até que a queda na contratação e no consumo afetem os resultados das empresas.

"Se você olhar para a história, mesmo que o Fed esteja cortando taxas porque uma recessão está chegando, os mercados tendem a permanecer relativamente fortes para as ações nos próximos 12 meses", disse ela, cuja gestora administra US$ 1,2 trilhão em ativos.

Enquanto as ações bateram recordes este ano graças à mania da inteligência artificial (IA) em Wall Street, os investidores ganharam dinheiro de forma sólida com títulos do Tesouro, fundos de curto prazo e certificados de depósito. "À medida que o Fed corta as taxas, esse retorno sobre seu dinheiro vai deteriorar", disse. "E acho que esse dinheiro precisará voltar ao mercado."

Malik está de olho em oportunidades de renda fixa onde os investidores podem garantir rendimentos razoavelmente altos com risco relativamente baixo, como os títulos municipais. Empresas com histórico de aumentar dividendos ao longo do tempo também tendem a se sair melhor durante corte de taxas, disse. A gestora acredita que tentar prever o mercado é um jogo estúpido, mas ainda assim acredita que uma recessão está a caminho. Se isso se confirmar, ela diz: "Você vai querer subir a qualidade e garantir que os fundamentos de qualquer coisa que você possua sejam fortes o suficiente para sobreviver a uma recessão."

Já Rob Arnott, fundador da Research Affiliates, é cético quanto à modelagem econômica que alimenta as decisões do Fed sobre política monetária. Após projeções excessivamente otimistas de cortes nos juros no início deste ano, ele também continua cético quanto à capacidade do mercado em prever com que rapidez o Fed vai reduzir as taxas.

Mas Arnott ainda vive em mercados financeiros que dependem de cada movimento do Fed. Nesse mundo, ele acredita que os impactos atrasados e imprevisíveis nos investimentos corporativos nos últimos anos podem se tornar mais evidentes antes que os cortes de taxas esperados entrem em vigor.

"O risco de uma aterrissagem brusca ainda está presente", disse Arnott, acrescentando que uma desaceleração não é seu cenário base. "Então eu seria cauteloso, não porque o Fed está cortando, mas porque o Fed já subiu [taxas] demais e as manteve altas por muito tempo."

Isso significa que os investidores devem se voltar para setores mais sensíveis às taxas de juros? "Não, porque o mercado já espera isso e já precificou", disse. Isso significa dar mais ênfase ao valor em detrimento do crescimento e olhar com mais atenção para ações fora dos EUA, já que os mercados de renda fixa em economias desenvolvidas no exterior não deram sinais tão claros de recessão quanto nos EUA.

Richard Bernstein, que fez seu nome ao analisar ciclos de lucro corporativo, acredita que hoje a liderança de mercado tem se limitado às gigantes de tecnologia conhecidas como as Sete Magníficas, mesmo que os lucros de muitas outras empresas tenham se acelerado. "Muito de [2023] e muito de [2024] mostraram que ainda existe demasiada liquidez especulativa na economia", disse Bernstein, que foi estrategista da Merrill Lynch e hoje dirige a Richard Bernstein Advisors.

"De um lado da gangorra, temos essas sete ações e toda a especulação que as têm acompanhado", acrescentou. "E do outro lado, tem tudo o mais que resta no mundo... Estamos posicionados naquele outro lado."

> "Não me aventuraria muito no exterior antes de saber como ficará a Casa Branca"
> *Jack Ablin*

"Normalmente, quando os ciclos de lucro se aceleram, o Fed está elevando as taxas", afirmou. "Estamos prestes a vivenciar um período em que o ciclo de lucro vai se acelerar enquanto o Fed cortará as taxas."

Sua esperança é de que a mudança de política leve mais dinheiro para empresas lucrativas e ligadas a setores mais cíclicos da economia, como manufatura, finanças e bens de consumo não essenciais. O risco é que o dinheiro se desvie para apostas mais especulativas. "Meu argumento é que se fluir para criptomoedas, para as Sete Magníficas, no fim isso será inflacionário", explicou. "Alocamos capital para onde ele não é necessário na economia e não alocamos capital para onde ele é necessário. Ao deixar de capitalizar o que você precisa, você interrompe o processo normal de oferta e demanda e provoca inflação."

Para Katie Nixon, diretora da Northern Trust, tendo objetivos tanto de curto prazo como de longo prazo em mente, "se abrigar em dinheiro tem sido seguro". Já escolher quais ações comprar no momento, nem tanto.

"Não sei se o dinheiro parado à espera de ser investido será necessariamente direcionado a ativos de risco", disse. "Olhando para momentos passados, vemos, sim, ciclos de cortes de taxas caracterizados por mais volatilidade das ações."

A incerteza econômica dos últimos meses empurrou o mercado de ações para espasmos violentos, depois de anos de tranquilidade. O conselho de Nixon: esqueça ações de crescimento chamativas e prefira retornos consistentes de empresas como as farmacêuticas e de serviços de saúde. Ao mesmo tempo, os custos reduzidos da tomada de crédito podem abrir oportunidades em investimentos de capital intensivo, como imóveis e infraestrutura.

"Taxas mais baixas e um pouso suave são uma espécie de nirvana para esses ativos sensíveis às taxas", explicou. Embora as pressões sobre os preços possam estar recuando neste momento, os investidores seriam sensatos ao se proteger contra choques futuros. Os títulos do Tesouro protegidos contra a inflação, em que os pagamentos são vinculados ao índice de preços ao consumidor, oferecem uma forma barata de seguro enquanto os mercados navegam em um cenário incerto.

"Neste exato momento, nossa premissa é que continuaremos a ver um crescimento mais lento, mas não lento demais, na economia", afirmou. "Francamente, estamos meio que felizes de ver o aquecimento diminuir no mercado de trabalho, porque esse foi um ingrediente-chave para baixar a inflação."

A Cresset, de Jack Ablin, surfou a onda da inteligência artificial. Diferentemente de outras, porém, ela começou a oferecer empréstimos a taxas flutuantes diretamente para médias empresas. Essa oferta de crédito teve uma taxa de retorno de 12,5%, em parte graças às taxas de juro elevadas, segundo Ablin, que é diretor de investimentos da Cresset.

Esses retornos podem encolher, dependendo do ritmo dos cortes do Fed e de como os mercados reagirão a qualquer oscilação econômica que ponha em risco a capacidade das empresas de pagar empréstimos. "O que nos preocuparia seria se percebêssemos uma deterioração das condições de crédito", disse Ablin.

Ablin está entre os investidores que acreditam que a queda nas taxas levará a um deslocamento de dinheiro no mercado de ações dos EUA, das gigantes da tecnologia para empresas menores, mais sensíveis a juros. Ele acha que os cortes do Fed reorientarão o fluxo mundial de capital ao enfraquecer o dólar em relação a moedas estrangeiras, o que dará impulso às ações internacionais.

No ano passado, a Cresset deu preferência para o Japão, onde há pouco tempo o iene caiu para seu nível mais baixo em 38 anos. "Quando você investe em mercados estrangeiros, não está investindo só nas ações locais, mas também na moeda. Em algum momento, caso o iene se normalize, isso pode ter um impacto positivo duplo", afirmou Ablin.

Esse tipo de normalização também pode criar turbulência, como em agosto, quando o abandono de uma aposta popular em um iene fraco abalou os mercados. Outro motivo para cautela: a promessa do candidato republicano, Donald Trump, de aumentar as tarifas sobre produtos estrangeiros pode tumultuar os fluxos comerciais e ameaçar os lucros das empresas estrangeiras.

"Não sei se eu me aventuraria muito em [investimentos] internacionais antes de entender como ficará a Casa Branca", disse Ablin.

'Onda republicana nos EUA pode ajudar emergentes', diz Julius Baer

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Um cenário de vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos com maioria do partido Republicano na Câmara e no Senado pode beneficiar os mercados emergentes nos próximos anos. A avaliação é de Christian Gattiker, chefe de pesquisa do Julius Baer, que falou ao **Valor** em visita recente ao Brasil.

Para ele, o controle republicano tanto da Casa Branca quanto do Congresso americano levaria a uma agenda fiscal expansionista em uma economia que já opera a um nível de atividade forte. Neste contexto, a inflação nos Estados Unidos voltaria a crescer e, a menos que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) responda com juros mais altos, o dólar perderia força, podendo desencadear um fluxo de capital para países como o Brasil.

A avaliação de Gattiker vai na contramão da expectativa majoritária do mercado, que vê um dólar mais apreciado sob uma nova gestão de Trump. No entanto, o profissional do banco suíço ressalta que, por enquanto, não vê um vetor claro para que a moeda americana perca força mesmo depois do início do ciclo de cortes de juros do Fed. Para ele, haverá mais clareza somente depois das eleições americanas.

Valor: *O que achou da decisão do Fed na semana passada?*

Christian Gattiker: Foi um movimento histórico. E em muitos níveis: foi o maior corte em 16 anos; e, mais importante, acho que foi a primeira vez em minha carreira profissional de mais de 35 anos que eles realmente fizeram uma mudança dessa sem ter sinais de recessão, em ano de eleição nos Estados Unidos. Normalmente, o Fed tenta evitar interferir na política, mas dessa vez teve que recuperar o tempo perdido porque estavam com medo de ficar 'atrás da curva'. Achamos que o corte foi justificado e demorou a acontecer. Olhando para o futuro, esperamos uma normalização dos juros, para algo em torno de 3,5% até maio de 2025 [de 4,75% a 5% atualmente]. Isso significa que chegaremos ao que a maioria dos economistas considera ser o juro neutro [que não estimula nem contrai a atividade econômica].

Valor: *Como a decisão do Fed impacta os mercados?*

Gattiker: Vemos o início de um ciclo de corte de juros, e achamos que isso será benéfico para o mercado de forma mais ampla, em oposição ao mercado extremamente restrito que tínhamos. Portanto, é uma boa notícia para a Europa e também para a Ásia. Também será bom para as empresas de média e pequena capitalização, em vez de apenas as poucas empresas com grande fluxo de capital nos EUA.

Valor: *Como o senhor vê o dólar à frente? Os cortes do Fed devem enfraquecer a moeda americana?*

Gattiker: Vemos um dólar com pouca variação. As próximas informações importantes virão das eleições americanas. Se as coisas continuarem como estão — Congresso dividido ou divisão de poder entre a Casa Branca e o Congresso — não esperamos grandes mudanças. Os Estados Unidos estão em uma posição econômica muito forte, e não vejo um caso relevante de fraqueza do dólar nesse cenário. No entanto, se eles começarem a aumentar o apoio fiscal massivamente em uma economia que já está no piloto automático, acho que isso representa um certo risco a médio e longo prazo para o dólar. Mas isso é algo a ser debatido quando o resultado da eleição estiver claro.

Valor: *Acha que os cortes do Fed devem favorecer os emergentes?*

Gattiker: Essa é uma esperança há muito tempo. Acho que, de certa forma, funciona em oposição ao dólar americano. A questão é a seguinte: em que estágio os investidores dos Estados Unidos — e talvez os investidores globais que têm investido pesadamente nos EUA — vão deixar o mercado americano e redirecionar os fluxos de capital para o resto do mundo? E não há um sinal claro. A economia dos EUA tem fundamentos muito sólidos neste momento.

Valor: *O senhor comentou que existe a chance de termos um dólar mais fraco depois das eleições…*

Gattiker: Há apenas um cenário para reavaliar a situação e movimentar os mercados, que é uma 'onda republicana', em que Trump vence e obtém a maioria no Congresso. E a probabilidade é bastante alta, com 45% de chance, de acordo com nossas estimativas. E quando olhamos para a onda republicana, o que realmente muda o jogo é que o governo deve gastar dinheiro. Ao contrário de 2016, isso simplesmente não é necessário. Na verdade, isso pode até prejudicar [a economia] a médio e longo prazo. Isso estimularia o crescimento em uma economia que já está crescendo decentemente. Acreditamos que, nesse cenário, veremos um crescimento maior, mas também mais inflação e juros altos. Se o Fed realmente ainda for capaz de seguir seu mandato, ele se oporá a esse tipo de medida porque gera inflação. Se isso não acontecer, acho que há um caso sério de enfraquecimento do dólar americano no longo prazo. O dólar pode cair em 2025 em algum momento, e então os mercados emergentes, como o Brasil, seriam um dos primeiros destinos do capital global.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Fed teve que recuperar o tempo perdido porque estava com medo de ficar 'atrás da curva'"

Valor: *Então uma onda republicana pode ajudar os emergentes?*

Gattiker: Bem, não intencionalmente… Teria que haver algumas viradas em termos de sentimento dos investidores até que cheguemos nesse ponto. Mas se realmente vermos uma economia americana superestimulada e um retorno da inflação, acho que isso seria uma boa notícia para os fluxos de capital aos mercados emergentes.

Valor: *Como o senhor vê os ativos brasileiros posicionados?*

Gattiker: Ultimamente, tem sido um pouco turbulento e uma situação um tanto especial, já que o Banco Central precisa fazer esse miniciclo de alta [de juros] contra a tendência global de flexibilização. Parece haver muito impulso fiscal, que basicamente está movendo a economia. Temos uma perspectiva sólida, mas achamos que a moeda e as ações ainda não chegaram lá. Certamente, esse é um mercado a ser observado, mas, por enquanto, preferimos agir de forma conservadora. Se observarmos essa ampliação do mercado, talvez seja hora de se animar mais com a região e o país.

Valor: *Acha que a divergência entre a política monetária do Fed e do BC pode beneficiar o real?*

Gattiker: O aumento da Selic era esperado, então não podemos dizer que foi surpreendente; mas acho que é um sinal para a comunidade global e, portanto, favorece o real. Esperamos que a economia global melhore em 2025, e isso também se refletirá nos fluxos de capital, mas também nos lucros das empresas daqui. Acho que isso é algo que beneficiará a moeda no médio e longo prazo.

Governo prepara regra para consignado

Gabriel Shinohara e Estevão Taiar
De Brasília

O coordenador-geral de regulação do sistema financeiro do Ministério da Fazenda, Emmanuel Souza de Abreu, afirmou que o governo pretende apresentar ainda neste ano as mudanças nas regras do crédito consignado privado e do saque-aniversário do FGTS. A afirmação foi feita em live sobre crédito consignado promovida pelo **Valor**.

Representantes do setor privado defenderam a importância de que as propostas não acabem com o saque-aniversário. Abreu disse que o governo ainda discute detalhes, por exemplo, se o consignado vai necessitar de autorização do empregador, mas disse que do ponto de vista da infraestrutura o projeto "está adiantado".

Segundo o representante da Fazenda, a ideia é que haja uma plataforma que os trabalhadores acessem por meio do e-Social para inserir informações sobre operação, montante do empréstimo e número de parcelas. Na sequência, essa plataforma mostraria as ofertas e taxas. Segundo Abreu, a preocupação é que o trabalhador tenha possibilidade de concorrência e transparência das taxas.

O diretor-adjunto de produtos da Febraban, Rafael Baldi, disse que a entidade tem ciência da responsabilidade de um produto com potencial para alcançar 40 milhões de trabalhadores. "Estamos à disposição para conversar sobre como modelar dentro do que a gente entende na visão do sistema financeiro e para ofertar um produto com jornada fluida para o cliente."

Já Henrique Lian, diretor-executivo da Proteste, ressaltou que oferecer o consignado privado por meio da plataforma "é uma ótima iniciativa", mas defendeu que não haja "regime monopolista" e que o mercado possa oferecer o produto fora da plataforma.

INÊS 249

Dívida Companhias voltam ao mercado para aproveitar condições favoráveis para novas emissões

Empresas repetem captação com debêntures

Rita Azevedo
De São Paulo

Empresas que já emitiram títulos de dívida neste ano estão voltando a acessar o mercado para uma segunda — ou até terceira — rodada de captação, para tirar proveito de um cenário que combina aumento do interesse dos investidores por renda fixa e níveis baixos das taxas.

Na lista dos repetecos, aparecem companhias com alta demanda de recursos para investimentos, mas também alguns casos de antecipação de operações, diz Matheus Licarião, responsável pela área de mercado de capitais em renda fixa do Santander Brasil. "São emissores frequentes, que têm aproveitado a oportunidade para reperfilar dívidas ou que já estão pensando em 2025."

A Rumo, por exemplo, captou recursos três vezes neste ano usando debêntures. A empresa de logística fez uma primeira emissão, de R$ 1,2 bilhão, em março. Em junho, voltou ao mercado para uma captação de R$ 704 milhões. Mais recentemente, na última semana de agosto, concluiu uma oferta de R$ 800 milhões. Já a empresa de transmissão de energia Taesa levantou R$ 1,3 bilhão em junho e, no fim de agosto, teve uma nova operação, desta vez de R$ 400 milhões, aprovada pelo conselho de administração.

Renato Otranto, do Daycoval, diz que empresas de setores como energia elétrica já estão acostumadas a dividir as captações em várias operações ao longo do ano, mas que agora isso tem acontecido também com companhias de outros ramos. "O aumento das captações dos fundos tem garantido a demanda e levado mais empresas a voltarem ao mercado", afirma. "A janela ainda está favorável para os emissores, com taxas interessantes principalmente para os títulos não incentivados."

Os fundos de renda fixa captaram até agosto R$ 303,8 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Só em agosto, a classe captou R$ 42,8 bilhões, mantendo a liderança da indústria em volume de entradas.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



"São emissores frequentes, que têm aproveitado a oportunidade" *Matheus Licarião*

As companhias também estão agora olhando para novas emissões como uma possibilidade de financiar a recompra de papéis mais caros em circulação no mercado, no chamado "liability management" (gerenciamento de riscos para evitar o descasamento entre ativos e passivos). "Elas estão pré-pagando emissões antigas e mais caras e refinanciando com captações com prêmios menores", afirma Odilon Costa, estrategista de renda fixa e crédito privado do Grupo SWM.

São casos como o da varejista Assaí, que está com uma oferta de R$ 2,8 bilhões na rua, de papéis que vencem em cinco anos. Em junho, a companhia captou outros R$ 500 milhões. O dinheiro da operação atual será usado para gestão de passivos, incluindo o pré-pagamento de notas promissórias e debêntures emitidas em 2021, conforme informações enviadas pela empresa à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A companhia pretende pagar, no máximo, CDI mais 1,25% ao ano pelos novos títulos – bem abaixo das taxas da operação feitas há três anos, que ficaram em DI mais 1,7% no mesmo prazo de cinco anos e 1,95% no prazo de sete anos.

Já a Oncoclínicas saiu neste mês com uma operação no mercado de R$ 190 milhões para reforçar o caixa e pré-pagar uma dívida com o Banco do Brasil. Antes disso, em abril, levantou R$ 800 milhões também para reperfilamento do passivo.

Esse movimento de troca de dívidas ganhou força principalmente a partir de março, acompanhando a queda das taxas de remuneração dos títulos. Desde janeiro, os spreads de debêntures indexadas ao CDI acumulam queda de 0,6 ponto porcentual, chegando a CDI+1,35%, segundo relatório do BTG Pactual divulgado na semana passada.

O volume de emissões no mercado de dívida desacelerou nos últimos meses, após um início de ano frenético. Até agosto, o volume de recursos levantados com debêntures somou R$ 283,9 bilhões, superando o total de R$ 236,4 bilhões captado por meio do instrumento durante todo o ano de 2023, conforme dados da Anbima.

"Sazonalmente temos um segundo semestre mais ativo que o primeiro, mas neste ano é provável que o segundo semestre fique linha ou menor que o primeiro", afirma Costa.

Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima, diz acreditar que o mercado doméstico não deve ser tão aquecido no segundo semestre como foi na primeira metade do ano. No entanto, observa que a queda vista em agosto reflete muito mais a antecipação de ofertas do que uma diminuição de ritmo. "Empresas que captaram duas, três vezes, podem, inclusive, voltar para novas captações nos últimos meses do ano", afirma o executivo.

Para ele, as emissões voltadas à gestão do passivo podem se esgotar em algum momento, mas as companhias continuarão olhando para o mercado de debêntures como uma possibilidade de financiar outras necessidades, como o de investimento.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 20/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.257,0103640	0,02	0,58	6,91
IRF-M	1+**	20.420,0850290	-0,50	0,01	2,40
IRF-M	Total	18.616,1925350	-0,33	0,20	3,75
IMA-B	5***	9.424,6947880	-0,18	0,10	4,99
IMA-B	5+****	11.269,8645360	-0,61	-1,70	-2,89
IMA-B	Total	9.959,6809970	-0,43	-0,95	0,53
IMA-S	Total	6.896,8132110	0,04	0,61	7,92
IMA-Geral	Total	8.326,7303460	-0,17	0,10	4,74

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	06/09	05/09	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	35,07	35,60	32,55	32,55	34,63	33,28
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,51	24,71	23,58	23,58	26,48	24,76
Conta garantida pré - a.a.	41,00	42,49	45,01	45,01	39,52	47,19
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,48	21,37	21,37	21,69	27,72
Vendor pré - a.a.	16,96	18,73	16,90	16,90	15,81	18,04
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,31	17,05	15,23	15,23	14,07	18,41
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,37	19,10	18,24	18,24	20,32	18,10
Conta garantida pós - a.a.	24,71	24,57	24,41	24,41	24,66	27,65
ACC pós - a.a.	8,15	7,73	8,10	8,10	8,65	7,72
Factoring - a.m.	3,26	3,24	3,22	3,22	3,25	3,53

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	20/09/24	19/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	4,8200	5,3300	5,3200	5,3100	5,3000
1 mês	-	5,3458	5,3417	5,3465	5,3495	5,3150
3 meses	-	5,3710	5,3693	5,3684	5,3676	5,2410
6 meses	-	5,3981	5,5969	5,3951	5,3940	5,1405
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,4140	3,6630	3,6540	3,6630	3,9010
1 mês	-	3,6602	3,6682	3,6690	3,6691	3,6577
3 meses	-	3,6768	3,6794	3,7145	3,7388	3,5481
6 meses	-	3,8103	3,8198	3,8379	3,8493	3,2925
1 ano	-	3,9129	3,9134	3,9130	3,9127	2,4599
Euribor ***						
1 mês	-	3,395	3,405	3,589	3,596	3,834
3 meses	-	3,455	3,472	3,490	3,542	3,934
6 meses	-	3,223	3,271	3,360	3,410	4,070
1 ano	-	2,936	2,948	3,088	3,162	4,222
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,00	5,00	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,00	5,00	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	4,66	4,75	5,01	5,26	5,29	5,39
T-Bill (3 meses)	4,60	4,72	4,89	5,09	5,15	5,48
T-Bill (6 meses)	4,33	4,47	4,64	4,85	4,88	5,54
T-Note (2 anos)	3,60	3,58	3,59	3,90	3,93	5,18
T-Note (5 anos)	3,51	3,48	3,44	3,67	3,66	4,59
T-Note (10 anos)	3,74	3,72	3,66	3,86	3,80	4,41
T-Bond (30 anos)	4,08	4,05	3,98	4,15	4,08	4,45

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,59	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,73	11,20
CDI	0,59	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,73	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,20	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	3,75	8,26
IMA-B	-0,95	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,53	5,32
IMA-S	0,61	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,92	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-3,63	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-2,32	17,51
Índice Small Cap	-4,47	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-13,72	-2,18
IBrX 50	-3,81	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,78	19,46
ISE	-2,56	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-4,57	9,55
IMOB	-0,39	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-8,07	4,77
IDIV	-2,23	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	2,66	21,94
IFIX	-1,77	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	0,67	5,63
Dólar Ptax (BC)	-3,16	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	13,14	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-1,98	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	13,77	13,79
Euro (BC) (4)	-2,30	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	14,21	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,04	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	14,76	16,00
Ouro (BC)	1,49	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	43,67	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 20/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 17/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.746.205,53					10.558,91	52.798,12	360.471,62	301.741,87
RF Indexados (2)	144.961,66	0,05	0,43	4,51	7,83	-43,45	-460,87	-12.349,08	-19.294,19
RF Duração Baixa Soberano (2)	696.762,38	0,04	0,44	7,00	10,31	4.325,60	16.381,86	42.951,09	12.997,49
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	919.506,30	0,04	0,49	7,98	11,76	3.128,01	12.045,51	104.001,50	105.998,71
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	198.210,75	0,04	0,05	8,07	11,83	336,97	4.284,17	87.431,77	90.180,87
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.646,82	0,04	0,21	6,23	9,17	-87,67	1.350,19	-3.699,68	-5.724,31
RF Duração Livre Soberano (2)	224.467,17	0,05	0,40	6,53	9,93	335,45	6.856,73	-8.455,01	-24.102,58
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	676.835,98	0,03	0,40	7,13	10,68	1.675,21	3.866,85	-13.754,80	-28.530,85
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	414.432,25	0,04	0,49	7,32	11,21	650,32	3.753,68	117.241,69	150.855,30
Ações	648.668,02					130,31	-763,05	2.315,16	47.167,33
Ações Indexados (2)	10.730,42	-0,12	-0,70	0,64	13,39	-57,00	-32,20	147,62	-1.941,54
Ações Índice Ativo (2)	29.662,40	-0,10	0,07	-0,35	10,71	253,75	-757,16	-7.905,19	-7.254,04
Ações Livre	233.222,93	0,06	0,55	2,12	11,53	14,10	-1.598,00	-3.072,10	-6.496,29
Fechados de Ações	126.518,71	0,05	0,34	-3,79	-1,68	0,00	1.188,90	-688,45	13.516,55
Multimercados	1.574.222,73					-339,81	-43.859,19	-188.682,61	-320.794,42
Multimercados Macro	143.525,65	-0,01	0,90	3,79	7,40	-103,17	6.512,54	-37.542,75	-57.071,85
Multimercados Livre	588.536,61	0,04	0,42	6,64	10,73	-54,23	-41.696,92	-55.903,94	-114.940,98
Multimercados Juros e Moedas	47.267,65	0,06	0,47	7,03	10,77	-45,45	-1.956,53	-11.544,70	-15.714,33
Multimercados Invest. no Exterior (2)	712.349,44	-0,05	-0,33	7,67	12,52	-171,27	-6.943,32	-84.623,67	-130.050,35
Cambial	6.176,25	-0,61	-2,60	17,73	19,49	3,67	-119,16	-755,15	-1.048,42
Previdência	1.481.453,12					22,33	-209,53	29.291,17	40.841,04
ETF	43.202,36					101,45	282,50	-3.059,34	-1.284,16
Demais Tipos	2.111.912,28					214,58	5.170,92	91.161,05	106.528,21
Total Fundos de Investimentos	**7.499.928,00**					**10.476,86**	**8.129,70**	**199.580,86**	**66.623,24**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.781.211,43**					**1.098,16**	**10.464,98**	**120.931,50**	**180.768,93**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.330.597,20**					**11.575,02**	**18.594,68**	**320.512,36**	**247.392,18**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	20/09/24	19/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8351	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8351	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,16
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8857
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,71
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0023
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,95	10,90	10,83	10,77	10,58	12,34
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,47	11,39	11,30	11,28	10,98	11,81
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,65	10,63	10,53	10,45	12,67
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,77	10,75	10,71	10,62	10,50	12,52
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,96	10,91	10,86	10,79	10,57	12,32
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	11,13	11,07	11,03	10,98	10,70	12,15
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,46	11,39	11,30	11,30	10,96	11,79
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	12,02	11,92	11,71	11,74	11,36	10,82

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 20/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.719,20	10,653	223.306	10,650	10,654	10,650
Vencimento em nov/24	98.801,70	10,657	87.391	10,656	10,660	10,660
Vencimento em dez/24	98.022,50	10,818	35.377	10,806	10,820	10,810
Vencimento em jan/25	97.135,68	11,029	1.402.578	10,990	11,045	11,025
Vencimento em fev/25	96.197,19	11,204	5.486	11,195	11,215	11,200
Vencimento em mar/25	95.318,24	11,392	4.845	11,375	11,410	11,380
Vencimento em abr/25	94.490,06	11,519	328.384	11,465	11,535	11,510
Vencimento em mai/25	93.609,61	11,651	1.875	11,625	11,660	11,650
Vencimento em jun/25	92.694,91	11,755	2.835	11,705	11,755	11,750
Vencimento em jul/25	91.817,04	11,857	570.709	11,775	11,875	11,840
Vencimento em ago/25	90.823,25	11,943	27.817	11,860	11,940	11,940
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	5.521,46	1,65	251.970	5.423,50	5.528,50	5.523,50
Vencimento em nov/24	5.540,82	1,65	290	5.505,00	5.515,00	5.515,00
Vencimento em dez/24	5.558,64	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.579,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.605,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	6.166,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.196,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.222,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	131.814	-1,63	95.555	131.600	134.105	131.600
Vencimento em dez/24	133.960	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	136.017	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 20/09/24

Indicador	Compra	Venda	No dia	Variações % No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4769	5,4775	1,08	-3,16	13,14	12,97
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5202	5,5208	1,78	-1,98	13,77	13,13
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5475	5,7275	1,63	-2,27	13,47	13,37
Euro (BC) - (R$/€)	6,1111	6,1123	1,18	-2,30	14,21	17,64
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1613	6,1619	1,77	-1,04	14,76	18,47
Euro Turismo (R$/€)	6,2301	6,4101	1,73	-1,35	14,32	18,30
Euro (BC) - (US$/€)	1,1158	1,1159	0,10	0,89	0,95	4,13
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	461,7960	461,8465	2,45	1,49	43,67	52,59
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.621,89	1,37	4,75	26,96	35,90
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.606,45	0,61	3,26	26,38	35,04

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	20/09/24	19/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	173.000,26	174.765,83	178.922,92	173.997,89	-1,01	-3,31	-0,57
Valor-Coppead Mínima Variância	101.748,30	102.761,65	105.748,61	93.533,91	-0,99	-3,78	8,78

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	17/09/24	17/01/35	124	1.000	5,7	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 20/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 20/09/24

Índice	20/09/24	19/09/24	30/08/24	Em 29/12/23	20/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,01	187,93	188,53	165,54	156,38	-1,02	-1,34	12,37	18,95
S&P BNY Emergentes	361,50	364,58	354,71	312,75	285,04	-0,84	1,91	15,59	26,83
S&P BNY América Latina	194,54	199,58	196,58	225,28	202,58	-2,53	-1,04	-13,65	-3,97
S&P BNY Brasil	192,77	198,88	197,44	232,95	208,39	-3,07	-2,37	-17,25	-7,49
S&P BNY México	289,00	293,89	286,82	331,67	306,88	-1,67	0,76	-12,86	-5,83
S&P BNY Argentina	301,75	306,91	268,80	178,27	138,43	-1,68	12,26	69,27	117,97
S&P BNY Chile	137,26	139,35	143,28	162,12	154,68	-1,50	-4,20	-15,33	-11,26
S&P BNY Índia	3.305,54	3.263,31	3.175,88	2.923,01	2.730,90	1,29	4,08	13,09	21,04
S&P BNY Ásia	221,17	221,81	218,99	189,60	178,25	-0,29	1,00	16,65	24,08
S&P BNY China	307,05	308,07	294,08	336,11	323,76	-0,33	4,41	-8,65	-5,16
S&P BNY África do Sul	202,81	199,82	192,07	199,87	201,49	1,50	5,60	1,47	0,66
S&P BNY Turquia	31,97	31,97	33,07	22,45	22,15	0,02	-3,32	42,39	44,37

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734	0,5734	0,8312
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696	0,5696	0,7943
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659	0,5659	0,7566
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697	0,5697	0,7952
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737	0,5737	0,8338
17/09 a 17/10	0,0734	0,5738	0,5738	0,8345
18/09 a 18/10	0,0737	0,5741	0,5741	0,8379
19/09 a 19/10	0,0738	0,5742	0,5742	0,8391

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 20/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	131.065	-1,55	-3,63	-2,32	10,42
IBrX	55.418	-1,53	-3,56	-1,83	10,86
IBrX 50	22.043	-1,51	-3,81	-0,78	11,73
IEE	91.145	-1,37	-1,88	-4,01	2,67
SMLL	2.030	-2,70	-4,47	-13,72	-6,93
ISE	3.592	-1,99	-2,56	-4,57	5,54
IMOB	929	-2,97	-0,39	-8,07	3,07
IDIV	9.315	-1,39	-2,23	2,66	15,18
IFIX	3.334	-0,21	-1,77	0,67	3,38
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.928	-2,60	-0,49	-13,67	-2,25
IBrX	10.117	-2,58	-0,41	-13,23	-1,87
IBrX 50	4.024	-2,56	-0,67	-12,31	-1,10
IEE	16.640	-2,43	1,32	-15,16	-9,12
SMLL	371	-3,75	-1,35	-23,74	-17,61
ISE	656	-3,04	0,62	-15,65	-6,58
IMOB	170	-4,01	2,86	-18,75	-8,76
IDIV	1.701	-2,44	0,96	-9,26	1,95
IFIX	609	-1,28	1,44	-11,02	-8,49

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	10/09/24	369.785
fev/24	352.705	11/09/24	370.260
mar/24	355.008	12/09/24	370.017
abr/24	351.599	13/09/24	371.009
mai/24	355.560	16/09/24	371.538
jun/24	357.827	17/09/24	371.197
jul/24	363.282	18/09/24	370.865
ago/24	369.214	19/09/24	371.293

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	20/09/24	19/09/24	18/09/24	17/09/24	16/09/24	13/09/24
Índice	2.151,42	2.157,79	2.163,77	2.160,84	2.159,92	2.160,63
Var. no dia	-0,30%	-0,28%	0,14%	0,04%	-0,03%	0,12%
Var. no mês	0,29%	0,58%	0,86%	0,73%	0,68%	0,72%
Var. no ano	4,17%	4,48%	4,77%	4,63%	4,59%	4,62%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 20/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	32,9500	32,9800	0,16610	0,16620
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4769	5,4775
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,7093	36,8013	0,1488000	0,1492000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7824	0,7996
Colon (Costa Rica)	515,6600	521,8100	0,010500	0,010620
Coroa (Dinamarca)	6,6842	6,6847	0,8193	0,8195
Coroa (Islândia)	136,1700	136,4500	0,04014	0,04023
Coroa (Noruega)	10,5027	10,5062	0,5213	0,5215
Coroa (Rep. Tcheca)	22,4510	22,4650	0,2438	0,2440
Coroa (Suécia)	10,1882	10,1914	0,5374	0,5376
Dinar (Argélia)	132,0237	132,5679	0,04131	0,04149
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3052	17,9453	17,9590
Dinar (Líbia)	4,7371	4,7594	1,1508	1,1563
Direitos Especiais de Saque ***	1,3518	1,3518	7,4037	7,4045
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,4909	1,4915
Dirham (Marrocos)	9,6878	9,6928	0,5650	0,5654
Dólar (Austrália)***	0,6805	0,6806	3,7270	3,7280
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4769	5,4775
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6937	2,7412
Dólar (Canadá)	1,3565	1,3566	4,0372	4,0380
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5592	6,6394
Dólar (Cingapura)	1,2913	1,2916	4,2404	4,2418
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4769	5,4775
Dólar (Hong Kong)	7,7917	7,7918	0,7029	0,7030
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6232	0,6237	3,4132	3,4163
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7726	6,8260	0,8024	0,8088
Euro (Comunidade Européia)***	1,1158	1,1159	6,1111	6,1123
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0093	3,0695
Franco (Suíça)	0,8495	0,8497	6,4457	6,4479
Guarani (Paraguai)	7782,6400	7786,7300	0,0007034	0,0007038
Hryvnia (Ucrânia)	41,2000	41,5000	0,1320	0,1329
Iene (Japão)	143,9000	143,9100	0,03806	0,03806
Lev (Bulgária)	1,7525	1,7530	3,1243	3,1255
Libra (Egito)	48,4800	48,5800	0,1127	0,1130
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3305	1,3306	7,2870	7,2884
Naira (Nigéria)	1614,2000	1664,2000	0,00329	0,00339
Lira (Turquia)	34,1045	34,1085	0,1606	0,1606
Novo Dólar (Taiwan)	31,9770	32,0070	0,17110	0,17130
Novo Sol (Peru)	3,7474	3,7505	1,4603	1,4617
Peso (Argentina)	962,5000	963,0000	0,00569	0,00569
Peso (Chile)	930,3300	930,9200	0,005883	0,005888
Peso (Colômbia)	4151,5000	4153,7500	0,001319	0,001319
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2282	0,2282
Peso (Filipinas)	55,6500	55,6700	0,09838	0,09843
Peso (México)	19,3240	19,3363	0,2832	0,2835
Peso (Rep. Dominicana)	59,9500	60,3300	0,09078	0,09137
Peso (Uruguai)	41,6000	41,6300	0,13160	0,13170
Rande (África do Sul)	17,4908	17,4975	0,3130	0,3132
Rial (Arábia Saudita)	3,7522	3,7527	1,4595	1,4598
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001304	0,0001304
Ringgit (Malásia)	4,2000	4,2100	1,3009	1,3042
Rublo (Rússia)	92,3455	92,3545	0,05930	0,05932
Rúpia (Índia)	83,4780	83,5330	0,06557	0,06562
Rúpia (Indonésia)	15145,0000	15155,0000	0,0003614	0,0003617
Rúpia (Paquistão)	277,7200	278,0300	0,01970	0,01972
Shekel (Israel)	3,7826	3,7852	1,4469	1,4481
Won (Coréia do Sul)	1333,8200	1334,5200	0,004104	0,004107
Yuan Renminbi (China)	7,0505	7,0520	0,7766	0,7769
Zloty (Polônia)	3,8272	3,8282	1,4307	1,4312

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2622,62	0,01186	461,7960	461,8465

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	20/09/24	19/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	42.063,36	42.025,19	0,09	1,20	11,60	22,13	32.417,59	42.063,36
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.791,49	19.839,83	-0,24	1,11	17,62	32,21	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.948,32	18.013,98	-0,36	1,32	19,56	33,26	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.702,55	5.713,64	-0,19	0,96	19,55	29,54	4.117,37	5.713,64
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.867,37	23.866,27	0,00	2,23	13,88	18,07	18.737,39	23.867,37
México	Cidade do México	IPC	52.190,48	52.918,04	-1,37	0,39	-9,05	-0,60	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.320,84	1.320,58	0,02	-3,04	10,51	19,11	1.083,95	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	97.169,03	96.970,25	0,20	6,16	68,02	148,81	38.957,57	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	Feriado	-	-1,96	2,18	5,51	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.306,69	29.213,76	0,32	3,04	12,89	28,86	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.822.928,28	1.847.053,09	-1,31	6,13	96,08	224,35	543.252,12	1.847.053,09
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.473,91	1.492,06	-1,22	-1,63	5,62	8,95	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.720,01	19.002,38	-1,49	-0,99	11,75	18,62	14.687,41	19.002,38
França	Paris	CAC-40	7.500,26	7.615,41	-1,51	-1,71	-0,57	2,31	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.762,25	34.044,86	-0,83	-1,78	11,24	15,51	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.215,59	4.253,10	-0,88	0,75	13,70	13,60	3.290,68	4.253,10
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.624,12	2.729,34	-3,86	-5,73	14,91	20,05	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.753,30	11.778,10	-0,21	3,08	16,35	21,85	8.918,30	11.778,10
Grécia	Atenas	ASE General	1.425,19	1.428,39	-0,22	-0,42	10,21	18,74	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	897,55	908,42	-1,20	-2,30	14,07	21,57	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.119,59	73.084,05	0,05	0,35	20,62	27,43	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	81.759,71	83.203,78	-1,74	-3,66	4,21	21,50	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.716,23	6.720,43	-0,06	-0,65	5,00	8,53	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	946,70	937,60	0,97	3,40	-12,62	-5,57	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.579,15	2.592,91	-0,53	-0,65	7,55	17,10	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.934,07	12.058,30	-1,03	-4,04	7,15	6,99	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.900,25	9.975,61	-0,76	0,68	32,53	28,24	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.991,28	-	-4,34	6,16	5,76	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.829,99	83.760,08	0,08	0,10	9,02	12,04	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.723,91	37.155,33	1,53	-2,39	12,73	14,23	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.437,20	8.417,00	0,24	1,45	7,76	14,61	6.960,20	8.437,20
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.494,66	1.497,00	-0,16	-3,21	-18,67	-21,06	1.433,10	1.936,49
China	Xangai	SSE Composite	2.736,81	2.736,02	0,03	-3,71	-8,00	-11,96	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.593,37	2.580,80	0,49	-3,03	-2,33	1,31	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.258,57	18.013,16	1,36	1,50	7,10	2,09	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	84.544,31	83.184,80	1,63	2,64	17,03	26,56	63.148,15	84.544,31
Indonésia	Jacarta	JCI	7.743,00	7.905,39	-2,05	0,94	6,47	10,43	6.642,42	7.905,39
Tailândia	Bangcoc	SET	1.451,69	1.454,84	-0,22	6,81	2,53	-3,73	1.274,01	1.522,59
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.159,42	22.042,69	0,53	-0,49	23,58	34,02	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

PARANÁ – GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 927/2024

PROTOCOLO Nº 21.820.035-4

OBJETO: Aquisição de 29 Retroescavadeiras, com potência mínima de 85 HP, em atenção a Meta 02, Etapa 01 do plano de trabalho, registrado no sistema Plataforma Transferegov sob o nº 905153/2020, relativo ao Convênio firmado entre MAPA/SEAB.

INTERESSADO: SEAB

AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em 03 de setembro de 2024.

SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 11 de outubro de 2024, às 10h.

LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp)

Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/Compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br)

Eletrobras

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS

CNPJ/MF nº 00.001.180/0001-26 - NIRE 33.300.346.767

CERTIDÃO
ATA DA MILÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Reunião do Conselho de Administração iniciada no dia 19.09.2024, às 09h00min, realizada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999 - Florianópolis, conforme convocação feita pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio eletrônico, no dia 12.09.2024, nos termos do artigo 25, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Encerramento da reunião às 16h30min do dia 19.09.2024. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, o Sr. VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC). Os Conselheiros ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), IVAN DE SOUZA MONTEIRO (ISM), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), MARCELO GASPARINO DA SILVA (MGS), MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA (MFP) e PEDRO BATISTA DE LIMA FILHO (PBL) participaram da reunião. Não houve registro de ausência. A reunião foi secretariada pelo Secretário de Governança FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ). **QUÓRUNS DE INSTALAÇÃO E DE DELIBERAÇÃO:** Conforme prescreve o artigo 25, caput, do Estatuto Social da Eletrobras, as deliberações deste conclave devem ocorrer na presença da maioria de seus membros, e suas deliberações devem ser tomadas, como regra geral, pela maioria dos presentes, excetuados os casos em que houver registro explícito de alteração do quórum de presentes à ocasião da deliberação. A declaração prévia de conflito de interesses por parte do Conselheiro e/ou sua ausência momentânea do conclave acarretam sua subtração para fins do quórum mínimo de deliberação respectivo. **Deliberações: DEL-168/2024. (i)** aprovação da realização pela Transnorte Energia S.A. ("TNE"), da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), a ser formalizada por meio do *"Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Transnorte Energia S.A."* ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais ("Oferta"); **(ii)** aprovação da outorga de garantia fidejussória ("Fiança"), pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de fiadora e principal pagadora, exclusivamente pelo percentual das obrigações principais e acessórias assumidas pela TNE, no âmbito da Emissão e da Oferta, equivalente ao percentual do capital social da TNE detido, direta e/ou indiretamente, pela Companhia, com a renúncia expressa dos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"); **(iii)** aprovação da celebração dos instrumentos necessários à outorga da Fiança, incluindo, mas não se limitando: **(a)** à Escritura de Emissão e eventuais aditamentos que venham a ser necessários, observados os limites aqui previstos; e **(b)** ao *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da 4ª (Quarta) Emissão, da Transnorte Energia S.A."* ("Contrato de Distribuição"), e eventuais aditamentos que venham a ser necessários; **(iv)** delegação de poderes à Vice-presidência Executiva Financeira e de Relações com Investidores da Companhia para aprovar os instrumentos contratuais definitivos e eventuais instrumentos acessórios vinculados à captação de recursos descrita no item (i) acima, desde que não resulte(m), após avaliação da área financeira da Companhia, em alterações frente às condições gerais aqui descritas; **(v)** delegação de poderes à Vice-presidência Financeira e de Relações com Investidores da Companhia para aprovar eventuais aditamentos aos instrumentos contratuais definitivos e/ou demais instrumentos acessórios que irão formalizar as operações descritas no item (i) acima, desde que tais aditivos não resultem, após avaliação da área financeira da Companhia, em alterações frente às principais condições gerais aqui descritas; e **(vi)** determinar que a Vice-Presidência Executiva Financeira e de Relações com Investidores - VFR, por meio da Diretoria de Finanças Corporativas - FRF, da Gerência Executiva de Gestão da Dívida e Captações - FRFC e Gerência Executiva de Operações Financeiras e de Crédito - FRFO, a Vice-presidência de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios - VED, por meio da Diretoria de Gestão de Participações - EDP, e a Vice-presidência de Governança, Riscos e Compliance - VGR, por meio da Governança Corporativa - GRG, Secretaria de Governança - GRGCS e Governança Estratégica - GRGCE, adotem, cada qual em sua respectiva área de atuação, as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui previstas. **Decisão:** Foram aprovados, pela unanimidade dos Conselheiros presentes, os itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)**, **(iv)**, **(v)** e **(vi)** das Deliberações, sendo aprovada a **(1)** realização, pela TNE, da Emissão, a qual será objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme condições gerais descritas abaixo:

Emissora	Transnorte Energia S.A. (TNE)
Modalidade	Debêntures simples / Quirografárias
Rito de Registro	Rito Automático (via Resolução CVM 160)
Público Alvo	Investidor Profissional
Volume	R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões reais) ("Valor Total da Emissão").
Quantidade de Debêntures	Serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures.
Regime de Colocação	Garantia firme de distribuição para o Valor Total da Emissão.
Destinação de Recursos	Os recursos captados pela TNE, por meio da integralização das Debêntures, excluídos os custos incorridos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, serão integralmente utilizados para recomposição de caixa da TNE.
Séries	A Emissão será realizada em série única.
Prazo	24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão.
Amortização	*Bullet*.
Pagamento de Juros	Semestral, sem carência.
Taxa de Juros	CDI + 0,50% a.a.*
Custo *all-in**	CDI + 0,55% a.a.
Garantias	Garantia fidejussória prestada pela Alupar Investimento S.A. e pela Companhia, proporcional a participação acionária, direta e/ou indireta, de cada acionista.

* Taxa de juros e custo *all in* com base em leituras indicativas junto ao mercado. As condições definitivas poderão variar (a maior ou menor) sujeitas às condições de mercado e confirmação dos termos finais junto às instituições estruturadoras da operação.

(2) a outorga da Fiança, pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de fiadora e principal pagadora, exclusivamente pelo percentual das obrigações principais e acessórias assumidas pela TNE, no âmbito da Emissão e da Oferta, equivalente ao percentual do capital social da TNE detido, direta e/ou indiretamente, pela Companhia, com a renúncia expressa dos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839 do Código Civil; **(3)** aprovação da celebração dos instrumentos necessários à outorga da Fiança, incluindo, mas não se limitando: **(a)** à Escritura de Emissão e eventuais aditamentos que venham a ser necessários, observados os limites aqui previstos; e **(b)** ao Contrato de Distribuição, e eventuais aditamentos que venham a ser necessários; **(4)** delegar poderes à Vice-presidência Executiva Financeira e de Relações com Investidores da Companhia para aprovar os instrumentos contratuais definitivos e eventuais instrumentos acessórios vinculados à captação de recursos descrita no item (1) acima, desde que não resulte(m), após avaliação da área financeira da Companhia, em alterações frente às condições gerais aqui descritas; **(5)** delegar poderes à Vice-presidência Financeira e de Relações com Investidores da Companhia para aprovar eventuais aditamentos aos instrumentos contratuais definitivos e/ou demais instrumentos acessórios que irão formalizar as operações descritas no item (1) acima, desde que tais aditivos não resultem, após avaliação da área financeira da Companhia, em alterações frente às principais condições gerais aqui descritas; e **(6)** a determinação para que a Vice-Presidência Executiva Financeira e de Relações com Investidores - VFR, por meio da Diretoria de Finanças Corporativas - FRF, da Gerência Executiva de Gestão da Dívida e Captações - FRFC e Gerência Executiva de Operações Financeiras e de Crédito - FRFO, a Vice-presidência de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios - VED, por meio da Diretoria de Gestão de Participações - EDP, e a Vice-presidência de Governança, Riscos e Compliance - VGR, por meio da Governança Corporativa - GRG, Secretaria de Governança - GRGCS e Governança Estratégica - GRGCE, adotem, cada qual em sua respectiva área de atuação, as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui previstas. **Encerramento e lavratura da certidão da ata:** Fica registrado que o material pertinente aos itens deliberados na presente Reunião do Conselho de Administração encontra-se arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar sobre a DEL-168/2024, o Presidente VFC deu por encerrados os trabalhos correlatos e determinou ao Secretário de Governança a lavratura desta Certidão que, após lida e aprovada, vai assinada pelo próprio. As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Companhia, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "*caput*" do artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei. Presentes os Senhores VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC) (Presidente); Conselheiros ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), IVAN DE SOUZA MONTEIRO (ISM), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), MARCELO GASPARINO DA SILVA (MGS), MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA (MFP) e PEDRO BATISTA DE LIMA FILHO (PBL). A presente certidão é lavrada por mim, FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ). Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024. FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR - Secretário de Governança.

Memórias Relato de ex-presidente do BC resgata episódios de período à frente da autoridade monetária e de carreira no setor financeiro

Meirelles conta em livro que Lula tentou fazê-lo baixar os juros

Alex Ribeiro
De São Paulo



Meirelles: "[...] o Copom manteve o mesmo patamar de juros por entender que esta era tecnicamente a melhor decisão"

Um livro de memórias que está sendo lançado pelo ex-presidente do Banco Central (BC) e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles relata uma tentativa de interferência direta do presidente Lula para a redução na taxa básica de juros e um plano abortado de demiti-lo quando se iniciava um ciclo de aperto monetário.

Ambos os episódios não são exatamente inéditos— já foram relatados anteriormente pelo **Valor** e publicados em um outro livro — mas ganham novos contornos na versão contada pelo próprio Meirelles, às vésperas da sabatina no Senado do novo banqueiro central indicado por Lula, Gabriel Galípolo. Diretor de política monetária do BC, Galípolo votou na semana passada pela alta de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, que dá início a um novo ciclo de aperto.

Nas palavras de Meirelles, foi assim a tentativa de Lula de fazê-lo baixar o juro: "Um dia, em 2007, véspera da reunião do Copom, Lula me ligou: 'Meirelles, eu nunca te pedi nada', ele começou. 'É verdade', eu respondi. 'Pois hoje eu vou te pedir. Vou te pedir que corte os juros, porque senão nós não vamos crescer os 5% da nossa meta. Você precisa colaborar e baixar a taxa de juros'."

Meirelles afirma que ouviu o pedido em silêncio e encerrou a conversa da forma mais polida possível. "Fique tranquilo, presidente, que vamos fazer o melhor para o Brasil", conta. Segundo ele, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa no mesmo patamar porque não havia motivo factual para tomar qualquer outra decisão.

Ele não diz, exatamente, quando foi essa conversa, mas pelo contexto deve ter ocorrido em outubro ou dezembro de 2007, únicas reuniões daquele ano em que a taxa Selic foi mantida estável. Meses antes, a extensão e o ritmo desse ciclo de flexibilização monetária foram motivos de controvérsia dentro do Copom, com três votos dissidentes em julho daquele ano contra uma queda de 0,5 ponto percentual da taxa Selic.

O relato de Meirelles nas suas memórias difere um pouco de suas declarações publicadas em outro livro, "Eles não são loucos: Os bastidores da transição presidencial FHC-Lula", escrito pelo jornalista João Borges. Nele, Meirelles conta que o pedido de Lula teria sido para que o corte de juros fosse mais forte do que o que realmente ocorreu.

Alertado pelo **Valor** sobre as duas diferentes versões, Meirelles disse por nota que a correta é a narrada em suas memórias, que coloca o episódio no segundo semestre de 2007. "Na realidade dos fatos, o Copom manteve o mesmo patamar de juros por entender que esta era tecnicamente a melhor decisão", afirma.

Em entrevista ao **Valor** sobre o livro de memórias, Meirelles diz que "não atribui grande gravidade" ao telefonema de Lula. "Foi uma tentativa dele, normal, e que não prejudicou em nada."

Meirelles argumenta que não é incomum banqueiros centrais serem pressionados a praticar juros menores pelo setor público e privado. "Em reuniões com o mercado, com empresas, era normal que, de vez em quando, um empresário, um economista fizesse um pedido. É um ruído que compete ao Banco Central simplesmente não ouvir."

Em países desenvolvidos, também houve tentativas de interferir no trabalho de banqueiros centrais. Paul Volcker, que patrocinou no Federal Reserve (Fed, o banco central americano) um dos mais draconianos apertos monetários da história, relata em seu livro de memórias que foi pressionado em 1984 pelo ministro da Casa Civil de Ronald Reagan, James Baker, para facilitar a reeleição de seu chefe.

Outra história que ganha novas cores é a quase demissão de Meirelles pelo presidente Lula em maio de 2008, quando o BC começou a embarcar num ciclo de aperto monetário. A economia estava aquecida e a inflação subia.

"Era maio de 2008, e concluí que era hora de ir embora. Havia um zum-zum-zum no mercado de que interlocutores do presidente estavam sondando possíveis nomes para o BC, e aquilo foi a gota d'água. Procurei o presidente Lula. 'Presidente, a economia está muito bem, crescendo, inflação na meta, criamos empregos… para mim é o momento ideal para sair'", diz no livro.

Meirelles afirma que Lula não deu uma resposta direta a esse pedido de demissão e cavou um jantar na casa do banqueiro central. "'Meirelles, você nunca me convidou para jantar na sua casa…'. Eu disse: 'Ué, presidente, está convidado'. Combinamos então um jantar na minha casa, que ficava às margens do Lago Paranoá." Mas Lula deixou de comparecer na hora marcada, apesar de a presidência da República ter destacado agentes para garantir a segurança de Lula, deixando Meirelles e sua esposa na mão.

> "Foi uma tentativa dele [Lula], normal, e que não prejudicou em nada"
> *Henrique Meirelles*

Uma semana depois, em reunião com Lula, questionou sobre a sua demissão. "'Meirelles, nunca mais fale disso', ele me respondeu. E nunca mais falamos disso." No livro, Meirelles diz: "confirmada a minha independência, fiz o que precisava ser feito. Em abril, aumentamos a Selic de 11,25% para 11,75%."

A narrativa do ex-banqueiro central é uma variação das versões sobre o ocorrido que circularam anteriormente, e apresenta uma inconsistência na ordem cronológica dos fatos. Na realidade, a conversa dele com Lula ocorreu quando BC já subia o juro.

O Copom deu uma indicação firme de alta de juros em março de 2008, na sua ata, que revelou que o colegiado "discutiu a opção de realizar, neste momento, um ajuste na taxa básica de juros". O ciclo de alta começou, efetivamente, em abril de 2008. E a conversa entre Lula e Meirelles foi em maio de 2008.

A sequência cronológica não tem maiores consequências para a biografia do próprio de Meirelles, já que o que importa é que nas duas ocasiões, em 2007 e 2008, o Copom fez o trabalho necessário para baixar a inflação. Mas esse reparo é importante porque sugere que Lula tentou interromper, com a substituição de Meirelles, um ciclo de aperto monetário já em curso.

Também há mais de uma versão sobre de quem foi, efetivamente, a iniciativa da demissão, se de Meirelles ou Lula. A informação da tentativa de demissão foi publicada de forma mais completa pela primeira vez pelo **Valor** em 2009, numa reportagem sobre os bastidores da crise financeira global. Ela conta que Lula pretendia demitir Meirelles e substituí-lo pelo economista não ortodoxo Luiz Gonzaga Belluzzo, mas queria que fosse do banqueiro central a iniciativa de sair. Por isso enviou emissários para convencê-lo a se demitir.

Anos depois, em sua delação premiada, o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci sustentou que foi ele o emissário enviado por Lula para convencer Meirelles a sair, com o argumento de que ele deveria deixar o BC quando estava por cima e usar o capital político acumulado para tentar uma candidatura ao governo de Goiás. Na delação, Palocci acusou Lula de querer trocar Meirelles para criar um esquema de caixa 2 no BC.

"Não faziam parte das informações disponíveis naquele momento se os motivos dos boatos se referiam às afirmações que o ministro Palocci fez à Polícia Federal em 2018 ou uma tentativa de 'abortar um processo de alta de juros'", diz Meirelles, em nota. Segundo ele, "não houve sugestão envolvendo taxa de juros, além das costumeiras queixas em off à imprensa".

As memórias de Meirelles também relatam um pouco dos bastidores das duas primeiras altas de juros que o Banco Central fez em 2003, logo depois de ele assumir o cargo. A Selic já estava alta, para combater um surto inflacionário nascido nas eleições presidenciais do ano anterior, quando o mercado receava a adoção de uma política fiscal e monetária irresponsável no futuro governo.

É inevitável fazer uma comparação com o momento atual, em que setores do mercado financeiro têm desconfianças se Galípolo terá independência e distanciamento do governo Lula para fazer o que for necessário com a Selic para controlar a inflação. Como em 2003, agora o Banco Central embarca num ciclo de aperto monetário. Não são poucos os que acham que Galípolo precisa subir os juros fortemente simplesmente para ganhar credibilidade.

Em 2003, depois de fazer uma primeira alta de juros, o trabalho de Meirelles foi atrapalhado por uma declaração do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que o Copom iria baixar a taxa na reunião seguinte. Em vez de cortar, o BC de Meirelles fez um novo movimento de alta, conquistando uma reputação de independência em relação a pressões políticas.

> Pallocci acusou Lula de querer trocar Meirelles para criar um esquema de caixa 2 no BC

O aperto foi exclusivamente para reforçar a reputação do BC? Em entrevista ao **Valor**, Meirelles diz que não. "Subimos porque era necessário", afirma. "Algumas dessas coisas podem até ter influenciado, não na decisão, mas nos dados, nas expectativas e na própria inflação. Mas olhávamos os dados técnicos."

"Calma sob pressão: O que aprendi comandando o Banco de Boston, o Banco Central e o Ministério da Fazenda" (vendas começam nesta segunda, e a noite de autógrafos será na terça, às 19h, na Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi, em São Paulo) é uma leitura rápida, com 191 páginas, mas tem muito mais do que apenas assuntos de política monetária. Ele conta "causos" de sua infância e juventude em Goiás e sobre como, no movimento estudantil, tomou gosto pela política. Também relata sua carreira e ascensão à presidência mundial do BankBoston, cargo nunca ocupado por um estrangeiro, e sua passagem pelo ministério da Fazenda, no governo Temer, além da aventura de sua candidatura presidencial.

Conta em banco digital é melhor?

Consultório financeiro

Quais são os benefícios e desvantagens de ter uma conta em um banco on-line?

Guilherme de Jesus, CFP, responde:

O Brasil é reconhecido como um dos países mais avançados em termos de tecnologia financeira. A implementação do sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, é um exemplo. Introduzido pelo Banco Central, o Pix permite transferências e pagamentos em tempo real, 24 horas por dia, algo que muitos países ainda não implementaram plenamente. Esse avanço coloca o Brasil em uma posição de destaque, comparável a poucas nações que possuem sistemas tão eficientes e abrangentes.

Nesse sistema financeiro eficiente, em que é necessária uma adaptação às novas necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, estamos vivendo uma evolução dos bancos físicos para os digitais, que também são instituições autorizadas a operar no sistema financeiro nacional pelo Banco Central.

Há algumas décadas, realizar pagamentos e transferências exigia uma visita obrigatória à agência bancária, onde filas e burocracia faziam parte do cotidiano. Com o avanço da tecnologia, os bancos digitais emergiram como uma solução para economizar tempo e oferecer maior conveniência aos clientes. Hoje, é possível realizar diversas operações bancárias com apenas alguns cliques, o que elimina a necessidade de deslocamento e torna as transações financeiras mais ágeis, além de acabar com a necessidade de circular com notas em espécie.

Os benefícios de uma conta em um banco on-line são numerosos e significativos. A conveniência é um fator de destaque. A qualquer hora do dia, é possível acessar a conta, verificar saldos, realizar transferências, pagar contas e até mesmo investir, sem sair de casa. Essa flexibilidade é especialmente valiosa em um mundo em que o tempo é um recurso cada vez mais escasso.

A integração com outras ferramentas financeiras também é um ponto positivo. Muitos bancos digitais disponibilizam aplicativos de planejamento financeiro, que ajudam o usuário a controlar seus gastos, definir metas de poupança e acompanhar investimentos. Essa gestão integrada contribui para uma melhor saúde financeira e pode prevenir situações de endividamento.

Por outro lado, há desvantagens a serem consideradas ao se optar por um banco on-line. A principal delas é a ausência de atendimento presencial. Em situações complexas ou que exigem um contato mais próximo, a falta de uma agência física pode ser um obstáculo. Embora o atendimento por chat, e-mail ou telefone esteja disponível, nem sempre é suficiente para resolver todas as questões de forma eficiente.

A segurança também é uma preocupação. Embora os bancos digitais invistam pesadamente em tecnologias de proteção de dados e autenticação, o risco de fraudes e ataques cibernéticos nunca pode ser completamente eliminado. É essencial que os usuários mantenham boas práticas de segurança, como a utilização de senhas fortes e a ativação de autenticação em duas etapas, para minimizar os riscos.

Em conclusão, ter uma conta em um banco on-line oferece inúmeras vantagens, como conveniência, menores custos e ferramentas avançadas de gestão financeira. No entanto, é crucial estar ciente das desvantagens, como a falta de atendimento presencial, questões de segurança e barreiras de acessibilidade. Cada pessoa deve avaliar suas necessidades e perfil para decidir se a migração para o digital é a melhor opção para seu planejamento financeiro e seus objetivos de investimento. O Brasil, com seu sistema financeiro avançado, oferece um cenário promissor para essa transição, comparável ao de países mais desenvolvidos nesse setor.

Guilherme de Jesus é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: gui.jsales@gmail.com

STF
Ministros julgam exigência de certidão trabalhista para licitações
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Termo de compromisso em inquéritos do Bacen
E2

Agenda
STF voltará a julgar Reintegra e Funrural
valor.globo.com/legislacao



Municípios vencem no STF disputa sobre repasse de ICMS

Luiza Calegari
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que é obrigatório o repasse pelos Estados de 25% dos valores de créditos extintos de ICMS, por compensação ou transação tributária, para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O julgamento, no Plenário Virtual, se encerrou na sexta-feira.

Os ministros acompanharam o entendimento do relator, Nunes Marques, que julgou constitucional a previsão do artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 63/1990. O ministro Flávio Dino chegou a pedir que o julgamento fosse suspenso e retomado de forma presencial, mas cancelou o próprio pedido.

A ação foi apresentada pelos governos do Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraíba. O argumento era de que a extinção de obrigações tributárias, por meio de compensações e transações, não aumentam a receita pública, e que a repartição constitucional do ICMS se refere aos recursos arrecadados, e não ao imposto em si. Para os Estados, extinguir o vínculo tributário sem arrecadação não gera receita, e, assim, o repasse aos municípios violaria a Constituição.

Nunes Marques, no entanto, ressalta em seu voto que a compensação e a transação, ao contrário de renúncias ou benefícios fiscais, exigem "obrigações por parte do contribuinte, equivalência entre o benefício obtido e o implemento a que se compromete". Assim, "o poder público também alcança benefício em razão dessas medidas".

Em seu voto, Nunes Marques sustenta que a receita produzida com a cobrança dos impostos é anterior ao pagamento do imposto pelo contribuinte, pois já está configurada no momento em que surge o crédito tributário em si. Parte dessa receita pertence ao município, por determinação constitucional, independentemente da concessão de benefícios ou negociações posteriores.

Assim, ainda que não haja recolhimento de imposto por parte do contribuinte, a compensação e a transação, ao serem formalizadas, provocam aumento na disponibilidade financeira do Estado, conforme aponta o ministro. "Havendo receita pública arrecadada nesses procedimentos, o numerário referente aos créditos de ICMS extintos deve sofrer o percentual de repasse da parcela devida aos municípios."

Ao votar, o ministro Flávio Dino concordou com o relator, acatando o entendimento de que as transações e as compensações se enquadram no conceito de "arrecadação", uma vez que reduz o passivo do ente arrecadador e, portanto, gera "incremento orçamentário e contábil positivo". Entender de forma diferente, acrescenta, esvaziaria a previsão de que percentuais da arrecadação de determinados tributos "pertencem aos municípios", conforme o artigo 158 da Constituição.

O aumento dos programas de incentivo para a regularização de dívidas tributárias ajuda a dimensionar a importância da decisão do STF, na visão do advogado Ricardo Almeida, que representa no processo a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras (Abrasf). Ele cita como exemplo o programa de transação tributária lançado pelo Estado de São Paulo em novembro de 2023, com a expectativa de arrecadação de R$ 700 milhões no primeiro ano, R$ 1,5 bilhão em 2025 e R$ 2,2 bilhões em 2026.

Ricardo Almeida afirma que a decisão é paradigmática para determinar a justa distribuição dos recursos para os municípios, mas que é necessário melhorar os mecanismos de fiscalização da arrecadação. Hoje, acrescenta, se é possível estimar a arrecadação direta dos Estados com o ICMS, o mesmo não acontece com as transações e compensações.

Para ele, é preciso um esforço conjunto, junto aos Tribunais de Contas, para fiscalizar a destinação correta desses recursos, sob pena de a decisão do STF, apesar de positiva para os municípios, não ter efetividade prática.

Almeida lembra que a decisão deve influir na implementação da reforma tributária, que prevê a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS, e cuja distribuição também deve ser equacionada com a reserva de 25% aos municípios.

Tributário Medida, prevista na lei da desoneração, prevê saída da Selic e adoção de um índice oficial que reflita a inflação, como o IPCA

União altera correção de depósitos judiciais

Marcela Villar
De São Paulo

A União alterou o índice de correção dos depósitos judiciais, que deixa de ser a Selic, taxa usada desde 1998, para dar lugar a um "índice oficial que reflita a inflação" — como o IPCA. A medida está prevista na esperada lei sobre a desoneração da folha de pagamento (nº 14.973/2024), que prevê contrapartidas para ajudar o governo a cumprir a meta fiscal deste ano.

A mudança não foi bem-vista por advogados tributaristas, que a classificam como um "calote" contra quem litiga contra a União, se for aplicada nos valores hoje depositados — ou seja, de forma retroativa. A correção, até então, afirmam, era a mesma ou quase igual a uma aplicação financeira, como títulos do Tesouro Nacional e fundos indexados pelo CDI.

Não há clareza ainda, segundo os especialistas, se a mudança valerá apenas para os depósitos novos ou para os já existentes. Para os antigos, o entendimento predominante nos escritórios é que deveria ser preservada a correção pela Selic. Um ato do Ministério da Fazenda irá esclarecer questões procedimentais, diz a lei.

Com a nova norma, afirmam os tributaristas, o contribuinte não terá mais direito a receber os juros de mora — levando-se em consideração que a Selic compreende correção monetária e juros —, o que seria um tratamento anti-isonômico, já que os créditos tributários são corrigidos pela taxa básica. Hoje, a Selic está em 10,75%, enquanto IPCA, principal aposta dos tributaristas para o "índice oficial", acumula 4,24% em 12 meses.

A legislação nova também ampliou o escopo dos depósitos. Pela lei anterior — a de nº 9.703/1998, que foi revogada —, a Selic só valia para ações sobre tributos e contribuições sociais. Agora, a nova correção se aplica para dívidas de qualquer natureza (não só tributárias) com a administração pública federal — quaisquer órgãos, fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais federais.

A lei poderá afetar os R$ 217,6 bilhões em depósitos judiciais e extrajudiciais. O valor, informado pela Caixa Econômica Federal, são referentes a processos em que a União e toda a administração pública federal são parte. "Esses valores já são acolhidos pela Caixa e repassados à conta única do Tesouro Nacional em D + 1 pela sistemática da extinta Lei nº 9.703, de 1998, diz o órgão por meio de nota ao **Valor**, acrescentando que "aguarda a publicação de ato do Ministério da Fazenda que regulamentará os procedimentos".

R$ 217 bi
é o valor total de depósitos judiciais

A advogada Gabriela Lemos, sócia do escritório Mattos Filho, afirma que a nova previsão legal desincentiva o uso de depósitos judiciais — o que prejudica a União a longo prazo, pois é um caixa de uso imediato. "Quando a União vence, o depósito é transformado em pagamento", diz. Em caso de derrota, porém, o desembolso deve ser feito em 48 horas após o trânsito em julgado.

Agora, acrescenta, a atualização, que antes era pela Selic, será apenas pela inflação. "Isso tende a ser uma preocupação dentro da estratégia do contribuinte de discutir em juízo, porque a Selic é um índice composto. Se passa a ter a devolução dos valores pela inflação, perco a recomposição pelos juros", afirma.

Os depósitos usados para garantir créditos tributários, por exemplo, diz Gabriela, têm o benefício de suspender a exigibilidade do tributo. Nos casos de seguro fiança e carta fiança, não. "A jurisprudência não tem permitido a não cobrança do imposto."

Mas essa nova lei, segundo a advogada, pode ser um bom argumento para convencer o juízes a autorizarem a mudança da garantia no processo. "Pode trazer um novo elemento para esses pedidos, porque se fiz o depósito com a expectativa de rentabilidade futura e a regra muda no meio do jogo, faz sentido que haja revisão do posicionamento do contribuinte", afirma.

Para o advogado João Rolla, sócio do Rodolfo Gropen Advocacia, não há mais a equidade que era prevista na lei anterior. "A União fica com seu dinheiro e usa livremente, ainda que provisione. E ela se remunera com a Selic [correção aplicada nos créditos tributários], então nada mais justo que a devolução do depósito seja feito com a Selic. A diferença entre Selic e índice oficial da inflação é gritante e brutal", diz.

Uma parte positiva da mudança é pelo viés da tributação. João Rolla lembra de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que afastou tributação de IRPJ e CSLL sobre correção monetária dos valores corrigidos em depósito judicial, para empresas no lucro real (Tema 962). Pela incidência da Selic, só seriam tributados os juros. Mas como agora a correção é pela inflação, não haveria mais a cobrança. "Agora vou receber menos dinheiro, mas não serei tributado", afirma o advogado.

Na visão dele, "a União está fazendo um reforço não de caixa, mas de orçamento". "O dinheiro do depósito já é livre para uso, mas a devolução teria que projetar a Selic. Agora, seria pela correção monetária, o que dá espaço orçamentário", adiciona.

Segundo o tributarista Rafael Vega, do Cascione Advogados, a lei nova contraria a Súmula 523 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tema 810 do STF, que já havia definido que a Selic seria o índice de atualização para depósitos. "O depósito era como se fosse uma aplicação financeira, só que a regra mudou no meio caminho, o que quebra a confiança e a segurança jurídica", afirma.

Poderá haver agora, diz o advogado, uma "corrida ao Judiciário" para levantar esses valores, por não valer mais a pena. "Ter depósito neste cenário é queimar dinheiro." A medida, acrescenta, pode funcionar para a União a curto prazo, mas, no futuro, prejudica, porque "ninguém vai querer mais fazer depósito e comprometer seu caixa".

Procurados pelo **Valor**, a Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Ministério da Fazenda não deram retorno até o fechamento da edição. O Banco Central informou não ter dados sobre o assunto.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Tributarista Rafael Vega: lei nova contraria a Súmula 523 do STJ e o julgamento do Tema 810 pelo STF

Lei permite atualizar valor de imóvel e aplicar IR menor

Marcela Villar
De São Paulo

O governo federal permitiu aos contribuintes atualizarem os valores de bens imóveis para valor de mercado com o pagamento do Imposto de Renda por uma alíquota menor. O percentual reduzido seria de 4% para pessoas físicas (que normalmente pagam entre 15% a 22,5%) ou 10% para pessoas jurídicas (alíquota usual de 34%). A medida é mais uma contrapartida do governo para cumprir a meta fiscal frente a desoneração da folha salarial, trazida pela Lei nº 14.973/2024.

Essas alíquotas reduzidas, porém, só valerão para quem vender o imóvel depois de 15 anos. Antes desse prazo, o contribuinte só poderá usufruir de uma parcela proporcional do adiantado à Receita Federal. São previstas 14 faixas percentuais, que aumentam a depender do tempo em que o bem não é alienado.

Se a venda ocorrer em três anos, por exemplo, nada poderá ser aproveitado. Na prática, o contribuinte pagará mais imposto do que se não fizer a atualização, caso a venda ocorra no curto prazo.

Segundo advogados, a mudança pode ser benéfica, mas só para quem tem imóveis muito antigos e com a certeza de que não haveria alteração na titularidade do imóvel tão cedo.

Um levantamento da tributarista Joanna Rezende, sócia de Peluso, Guaritá, Borges e Rezende Advogados (PGBR), mostra que só após seis anos se igualaria a alíquota do tributo, no caso de pessoas físicas. Na prática, para quem vender o imóvel em até três anos, pagará os 4% agora e os 15% sobre o ganho de capital na próxima declaração do IRPF. "A alíquota efetiva fica 19%" , afirma Joanna. A adesão ao benefício e o efetivo pagamento do tributo deve ser feito em até 90 dias, diz a lei.

A medida é inédita, segundo ela. Algo semelhante ocorreu no ano passado, com a atualização dos investimentos em offshores, com a Lei nº 14.754/2023. Mas a nova previsão, afirma, não deve ter tanta aderência. "A lei veio com um desincentivo para quem quer vender o imóvel nos próximos meses, porque não se aproveita desse custo incrementado que teve com o aumento da base de cálculo."

Para Joanna, a legislação também não esclarece como seria o aproveitamento do valor pago com a atualização após a morte do titular. "Não está claro se essa atualização presta para permitir que o filho receba o imóvel pelo valor de mercado e aproveite o valor do imposto pago", adiciona. A medida, destaca, tem "intuito arrecadatório".

Poucos contribuintes, segundo Gustavo Taparelli, sócio do Abe Advogados, devem aderir. "A legislação traz muita limitação para poder usar o benefício", afirma. "Se eu pagar 4% e vender o imóvel ano que vem, não vou ter benefício nenhum."

O advogado Rogério Fedele, do mesmo escritório, lembra que já existe previsão legal que permite a redução da base de cálculo do tributo pelo tempo em que a titularidade do imóvel é inalterada. Isso está disposto no artigo 40 da Lei nº 11.196, de 2005, e artigo 18 da Lei nº 7.713, de 1988. "Esse novo dispositivo não tem tanto apelo, porque as pessoas físicas já têm o benefício", diz.

Também é possível não pagar IR sobre o ganho de capital se o intervalo de compra e venda de outro imóvel for menor que o de seis meses. Essa possibilidade consta no artigo 39 da Lei nº 11.196/2005 e na Instrução Normativa SRF nº 599/2005.

Para Taparelli, é preciso ainda "planilhar" e analisar caso a caso. "O que complica é o prazo de 90 dias para fazer as simulações. As famílias têm uma corrida contra o tempo para ver se faz sentido ou não."

Termo de compromisso em inquéritos do Bacen

Opinião Jurídica

Daniella N. R. Fragoso, Fernanda P. Carneiro e Victor C. Bellino

O Banco Central do Brasil (Bacen) exerce atividades que lhe atribuem protagonismo no cenário nacional. Informações sobre decisões do seu Comitê de Política Monetária (Copom), integram o noticiário quase diariamente. Sem tanto destaque midiático, mas de suma importância para o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, verifica-se atividade investigativa e punitiva dos agentes sujeitos à sua fiscalização, não sendo até pouco tempo disponibilizadas informações sobre decisões punitivas proferidas pelo Bacen.

Apenas com a iniciativa do BC+ (hoje BC#) e com o advento da Lei nº 13.506/2017, foi criado o Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (Copas), que julga publicamente os processos instaurados pelo Bacen. A partir de 2021, acórdãos completos das decisões e gravações das sessões de julgamento vêm sendo disponibilizados e arquivados no YouTube, possibilitando compreensão da aplicação da regulamentação emanada do Bacen, gerando maior segurança jurídica e contribuindo para a função pedagógica-educativa da fiscalização.

Controversa sob a ótica do sigilo, a publicidade dos julgamentos, por outro lado, possibilita aos profissionais e interessados a análise abrangente da aplicação da regulamentação do mercado financeiro.

Além da publicidade, introduziu-se a possibilidade de celebração de acordo para finalização antecipada e consensual dos processos — o termo de compromisso, o que demonstra o amadurecimento institucional da área punitiva e julgadora dessa autarquia, com regras semelhantes às outrora aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Encaminhada ao Bacen antes do julgamento em primeira instância, a proposta de termo de compromisso não pode versar sobre supostas infrações graves ou relacionadas à DCBE ou o Censo e deve conter (i) declaração de cessação da prática sob investigação, (ii) proposta de contribuição pecuniária que será paga à União Federal e (iii), se for o caso, compromisso de correção das irregularidades (inclusive mediante indenização de prejuízos aos investidores).

Não há prazo estabelecido para apresentação de proposta de termo de compromisso no Bacen, sendo que a mera apresentação não suspende o andamento do processo já instaurado (parágrafo 1º do artigo 11). Por outro lado, a CVM suspende informalmente o andamento natural do processo quando todos os acusados de um mesmo processo apresentam propostas.

Especialmente importante, por isso que a proposta de termo de compromisso no âmbito do Bacen, ainda mais que na CVM, deve ser seja realizada o quanto antes possível.

Benéfico ao investigado, evitando transtornos naturais de um procedimento punitivo e conservando a primariedade, uma vez que não há confissão de culpa, o termo de compromisso poupa ainda tempo e recursos que seriam utilizados pelo Bacen, já que pode evitar a instrução e julgamento do processo administrativo, que nem sempre equivale à arrecadação da multa, a qual estaria ainda sujeita à revisão judicial posterior, frequentemente demandando a movimentação de muitos servidores para satisfação do crédito, que pode nunca se concretizar.

Cada vez mais frequente nos processos punitivos do Bacen, em 2023, aproximadamente 15% das acusações individuais4 ao serem apreciadas pelo Copas encerraram-se mediante celebração de termo de compromisso (11 processos), declarada a extinção da punibilidade do agente com o efetivo cumprimento do acordo.

Em 2021 o termo de compromisso representou aproximadamente 13% dos resultados de acusações (52), em 2022 representou 22% (91). Em 2024, com dados atualizados até julho, os termos de compromisso celebrados já representam 35% (69) dos resultados.

As irregularidades mais investigadas pelo Bacen a partir de 2018 foram praticadas em cooperativas de crédito (principalmente concessões irregulares de crédito e infrações aos deveres dos administradores) e ilícitos relacionados aos controles internos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT) em instituições financeiras. Não surpreende que a maior parte dos acordos tenham tido como pano de fundo acusações envolvendo cooperativas de crédito.

Há, contudo, melhorias que podem ser implementadas pelo Bacen, em linha com o que tem sido praticado pela CVM, que fundamenta decisões na análise de termos de compromisso, divulgando deliberações do Colegiado e o "Parecer do Comitê de Termo de Compromisso", trazendo a narrativa e análise detalhadas do órgão que primeiramente aprecia as propostas, conduz as negociações e opina a respeito da "conveniência e oportunidade" na celebração, cabendo ao Colegiado da CVM a decisão definitiva.

As decisões que embasam os termos de compromisso celebrados pelo Bacen apresentam-se de forma suscinta sem a publicação dos fundamentos que ensejaram sua recomendação ou mesmo qualquer informação a respeito de eventuais rejeições de propostas de acordo.

Daniella Neves Reali Fragoso, Fernanda Pereira Carneiro e Victor Corrêa Bellino são sócias e advogado da área de Direito Societário, Contencioso Administrativo e Mercado de Capitais do BMA Advogados

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404432252024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90139/2024.
Nº Processo: 024.00063342/2024-39.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 13 (treze).
Valor total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 11h00 no site: www.gov.br/compras.

TAG Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

CNPJ nº 06.248.349/0001-23 - NIRE 333.0026996-7

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Nos termos do Art. 124, §1º, inciso I, do Art. 71, §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Cláusula 11.1 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG*" celebrado em 16 de novembro de 2023, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") em 22 de novembro de 2023, sob o nº ED334037586000, entre a **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, bloco 1, salas 2301 e 2601, CEP 20031-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 06.248.349/0001-23, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA, sob o NIRE 33.3.0026996-7 ("**Emissora**") e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente), conforme aditada de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**"), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única ("**Debêntures**"), da Emissora ("**Emissão**"), e o Agente Fiduciário convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**"), que se realizará, **em segunda convocação**, no dia 26 de setembro de 2024, às 16:00 horas, de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams"*, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados ("**Plataforma Digital**"), observado o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), conforme o §2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Emissora a fim de apreciarem e deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **(A)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (e) da Escritura de Emissão, de modo a prever condicionante relacionada à necessidade de observação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada na página da Emissora na rede mundial de computadores www.ntag.com.br ("**Proposta da Administração**"), 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(B)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (l) da Escritura de Emissão, de modo a incluir as hipóteses em que resta autorizada a redução de capital da Emissora sem a necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(C)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, de modo a incluir previsão sobre a vigência e eficácia das referências ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstas nas Cláusulas 8.1.1, alínea "d", e 8.1.2, alíneas "e" e "l" da Escritura de Emissão, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(D)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, para prever a obrigação da Emissora em notificar o Agente Fiduciário acerca da quitação dos instrumentos financeiros vigentes que contenham parâmetros de medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(E)** caso as matérias indicadas nos itens (A) a (D) acima sejam aprovadas, a autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário possam: **(i)** praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão ("**2º Aditamento à Escritura de Emissão**") no prazo de até 5 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** para realização do protocolo desta ata e dos demais documentos que se fizerem necessários à implementação das deliberações ora tomadas, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. **1. Local: 1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de **forma exclusivamente digital e remota,** por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **2. Informações Gerais: 2.1** Observado o disposto na forma do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, à Emissora, no *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, ao Agente Fiduciário, com cópia para o *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos de habilitação: **(i)** documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e **(ii)** caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: **(i)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **(ii)** documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e **(iii)** procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. **2.2** A Emissora disponibilizará **(i)** Plataforma Digital para participação e votação remota dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** instrução de voto a distância. **2.2.1** Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, enviando a correspondente instrução de voto a distância diretamente à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores www.ntag.com.br e na sua página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista, ou por seu representante legal, e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com o disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("**Debenturistas Credenciados**"). **2.3** Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário no *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. **2.4** A Emissora recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do debenturista, entre outros). **2.5** Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme admitido pelo artigo 10 e seu parágrafo primeiro da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme em vigor no Brasil, adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil. As declarações de vontade dos signatários mediante assinatura digital presumir-se-ão verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. **2.6** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.7** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da Emissora (www.ntag.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de setembro de 2024 - **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

---

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 10180903909, firmado em 19/01/2023 e Declaração de Complementação de Dados, datado de 31/01/2023, no qual figura como fiduciante **José Alcanjo Valério**, brasileiro, divorciado, não mantendo união estável, empresário, portador do RG nº MG4515232 PC/MG, inscrito no CPF sob nº 736.418.206-34, residente e domiciliado em Feira de Santana – BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 30 de setembro de 2024, às 15h00min,** endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 4.931.254,94 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Imóvel Comercial com 588,27m² de área construída e seu respectivo terreno com 390,00m², situado na Rua Georgina Erisman, nº 205 – Centro, Feira de Santana/BA. **Imóvel objeto da matrícula nº 33.692 do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Hipoteca de Feira de Santana/BA.** Obs: **(i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; **(ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída e do terreno que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **09 de outubro de 2024, às 15h00min,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.926.360,88 (dois milhões novecentos e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.megaleiloes.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.megaleiloes.com.br**, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90169/2024,** referente ao processo nº **024.00135431/2024-94**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA - MÉTODO THERASUIT, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 07/10/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404785472024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90165/2024.
Nº Processo: 024.00079840/2024-01.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404872682024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90166/2024.
Nº Processo: 024.00079843/2024-37.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Judiciais.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 14h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404950862024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90168/2024.
Nº Processo: 024.00126508/2024-35.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento do Componente Especializado.
Total de Itens Licitados: 01 (um item).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/ME Nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

Data, Hora, Local: 01.08.2024, às 10 horas, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, Galpão Fundos, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Carlos Leal Villa - Presidente; Celso Pedroso - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1. Aceitar a renúncia da Sra. **Olga Stankevicius Colpo**, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, conforme termo de renúncia, datado de 30/06/2024. 2. A eleição do Sr. **Antonio Carlos Manssour Lacerda**, brasileiro, casado, agrônomo, RG 68.428.524-1 e CPF/MF 424.159.346-15, com endereço comercial na sede da Companhia, ao cargo de Conselheiro, iniciando o seu mandato em 01.08.2024 até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2025 ("AGO Contas 2025"). 3. A reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração que, em conjunto com o Sr. **Antonio Carlos Manssour Lacerda,** compõem o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato até a AGO Contas 2025: **Carlos Leal Villa**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 01.085.368-58, SSP/BA, CPF/MF 112.163.365-04, com endereço comercial na sede da Companhia, no cargo de Presidente do Conselho de Administração; **Fernando Lima Rocha Lohmann**, brasileiro, economista, casado, RG 10.117.655-0, IFP/RJ e CPF/MF 289.332.088-01, residente em São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **Marcelo Moses de Oliveira Lyrio**, brasileiro, divorciado, economista, RG 59.168.992-3 e CPF/MF 746.597.157-87, com endereço na cidade de São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **Albérico Machado Mascarenhas**, brasileiro, casado, economista, RG 01.036.068-90, SSP/BA e CPF/MF 101.846.785-87, residente na cidade de Salvador/BA, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **Antonio Carlos Manssour Lacerda**, brasileiro, casado, agrônomo, RG 68.428.524-1 e CPF/MF 424.159.346-15, residente em Cotia/SP, no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e **Denise Pauli Pavarina,** brasileira, em união estável, economista, RG 11.974.549-5, SSP/SP e CPF/MF 076.818.858-03, residente na cidade de São Paulo/SP, no cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração. Cada um dos membros do Conselho de Administração, ora eleitos/reeleitos aceitam o cargo para os quais foram eleitos e afirmam, não estão impedidos, por lei especial, de exercer atividades mercantis e tomam posse mediante assinatura dos termos de posse. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 01.08.2024. **Mesa: Carlos Leal Villa -** Presidente, **Celso Pedroso -** Secretário. JUCESP nº 340.077/24-4 em 13.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GUSTAVO REIS LEILÕES DESDE 2008 — TRT-2ª REGIÃO LEILÃO JUDICIAL

LEILÃO UNIFICADO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO HASTA 640 E 641

ONLINE

DIAS: 08 E 10/OUTUBRO/2024-A PARTIR DAS 10H00

APARTAMENTOS, CASAS RESIDENCIAIS, SÍTIOS, CHÁCARAS, TERRENOS, PRÉDIOS RESIDENCIAIS, CARROS, MOTOCICLETAS, MÁQUINAS, COMPUTADORES E OUTROS.

Mais informações: (11) 5170-0708 - www.gustavoreisleiloes.com.br.
GUSTAVO REIS-LEILOEIRO OFICIAL-JUCESP Nº 790.

BM SUA CASA PROMOTORA DE VENDAS S.A.

CNPJ/MF nº 08.795.322/0001-86 - NIRE: Em obtenção

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024

(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76)

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 18 de setembro de 2024, às 10h, na sede da BM Sua Casa Promotora de Vendas S.A. ("Companhia"), na Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-916. 2. Convocação e Presença: Dispensada a prévia convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. 3. Composição da Mesa: Presidente: Fernanda Jorge Stallone Palmeiro, Secretária: Marcella Niemeyer Almeida Prado. 4. Ordem Do Dia e Deliberações: Foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas por: **(i)** Aprovar a redução do capital da Companhia no valor de R$ 135.340.577,29, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., em razão de ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, passando o capital social de R$ 179.863.622,00 para R$ 44.523.044,71. Tal redução se dará com o cancelamento de 136.063.918 de ações ordinárias, que acarretará a restituição ao acionista da Companhia, qual seja, o Banco PAN S.A.; **(ii)** Aprovar que a redução ora deliberada se dará mediante a entrega, ao Banco PAN S.A., da participação nos Certificados de Recebíveis Imobiliários de nº 68, 181, 202, 218, 227, 234, 248, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 270, 275, 298 e 301 de emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, representativos do montante total desta redução, qual seja R$ 135.340.577,29; e **(iii)** Em atenção ao anteriormente deliberado, aprovar a reforma do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 4º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 44.523.044,71 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil, quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), dividido em 43.799.704 (quarenta e três milhões, setecentas e noventa e nove mil, setecentas e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal."* Em decorrência da alteração anterior, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à AGE. 6. Encerramento: Nada mais. Mesa: Presidente: Fernanda Jorge Stallone Palmeiro; e Secretária: Marcella Niemeyer Almeida Prado. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.* SP, *18 de* setembro de 2024.

BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

CNPJ: 02.762.113/0001-50 - NIRE: 35.300.341.813

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024

(lavrada sob a forma de sumário, conforme autorização contida no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76)

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 18 de setembro de 2024, às 14h, na sede social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia"), na Avenida Paulista, nº 1.374, 15º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100. 2. Convocação e Presença: Dispensada a prévia convocação, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme verificado pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 3. Composição da Mesa: Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães, Secretária: Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. 4. Ordem do Dia e Deliberações: Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) extinção do Conselho de Administração e consequente destituição de seus Conselheiros; (ii) redução do capital social de R$ 107.661.784,69 para R$ 41.806.712,55; (iii) alterações nos seguintes artigos do Estatuto Social como consequência das deliberações dos itens (i) e (ii): 2º, 5º ao 28, 34 a 36, bem como a simplificação do Estatuto Social em decorrência das deliberações anteriores; (iv) consolidação do Estatuto Social; e (v) autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. 6. Encerramento: Nada mais. Mesa: Presidente – Carlos Eduardo Pereira Guimarães; e Secretária – Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. Acionista presente. São Paulo, 18 de setembro de 2024.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404678802024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90019/2024.
Nº Processo: 024.00010687/2024-90.
Objeto: Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 01 (um) itens licitados.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República no Tocantins

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90007/2024 - UASG 200201

Nº Processo: 1.36.000.000761/2023-58. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos continuados de manutenção, conservação e assistência técnica no sistema de automação predial e suporte técnico ao software do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Araguaína, com fornecimento de peças e componentes, através de ressarcimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 23/09/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ne-03, Qd. 104 Norte, Conj. 02, Lote 43, Plano Diretor Norte, Plano Diretor Norte - Palmas/TO ou https://www.gov.br/compras/edital/200201-5-90007-2024. Entrega das Propostas: a partir de 23/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

NOEME SOUSA DA SILVA
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00405011092024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90169/2024.
Nº Processo: 024.00126208/2024-56.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento do Componente Especializado.
Total de Itens Licitados: 01 (um item).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90162/2024,** referente ao processo nº **024.00142769/2024-01**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS DE BOMBA DE INSULINA (SOLO/ROCHE), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 07/10/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

PECINI LEILÕES | opea

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 27/09/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 30/09/2024, às 10h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: APARTAMENTO Nº 94,** 9º pavimento do Bloco 08, do **"CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM BOTÂNICO"**, sito Rua Isabel de Góis, nº 08, Saúde – 21º Subdistrito, São Paulo/SP. Áreas: privativa de 63,4230m²; comum de 27,5855m²; total de 91,0085m². FIT 0,1754386% equivalente a 51,992438 m². Possui uma vaga de garagem indeterminada. Mat. nº 168.664 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição do Imobiliária nº 049.466.0317-4. **1º Leilão: R$ 363.728,72**. **2º Leilão: R$ 257.014,31**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** Consta penhora averbada sob o nº 05 na matrícula, a qual não impede a realização dos leilões, sendo que a baixa da averbação ficará a cargo do arrematante, bem como todas as custas; **v) Imóvel Ocupado**. Desocupação pelo Arrematante; **vi)** Venda *ad corpus;* **vii)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS FILHO –** CPF nº 116.137.758-14 e **JANE OLIVEIRA DOS SANTOS** – CPF 436.439.905-10, comunicados dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES | DIRECIONAL engenharia

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE
DATA: 1º Público Leilão – 01/10/2024 às 11h30 | 2º Público Leilão – 03/10/2024 às 11h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, mat. Jucesp 715, autorizada pela Credora Fiduciária **RIACHO BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ nº 11.838.654/0001-05, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei 9.514/97, e alterações, o **IMÓVEL: APTO Nº 17, TÉRREO DA TORRE/BLOCO 2, integrante do empreendimento MOOB RESIDENCIAL**, à Rua Campante, nº 406, 18º Subdistrito – Ipiranga, São Paulo/SP. Áreas: Privativa (principal): 66,00m²; Outras Áreas Privativas (Acessórios): 8,40m²; Privativa Total: 74,40m²; Uso Comum: 34,081m²; Real Total: 108,481m². Coef. de Prop./FIT: 0,004719, com vaga vinculada nº 212. Matrícula nº 248.119 do 6º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 050.024.0370-0. **1º LEILÃO: R$ 450.000,00. 2º LEILÃO: R$ 481.730,48. Ônus do Arrematante: i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** Todas as despesas que vencerem após as datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes dos leilões; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Devedores Fiduciantes **DIOGO MASSAMI NAKATSU** – CPF nº 369.632.438-83 e **MARIA LUIZA GOMES** – CPF nº 262.505.118-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

PECINI LEILÕES | opea

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 27/09/2024, às 09h00 - 2º Público Leilão: 30/09/2024, às 09h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: APARTAMENTO TIPO Nº 104,** 1º andar**,** do **"EDIFICIO 2"** integrante do **"CONDOMÍNIO PALAZZO REALE"** sito Rua Luiz Cunha, nº 386, no 31º subdistrito Pirituba, São Paulo/SP. Áreas: privativa real de 39,530m²; comum real de divisão não proporcional de 16,740m²; comum real de divisão proporcional de 15,615m² e total real de 71,885m². FIT: 1,2826%, direito de uso de 1 vaga de garagem indeterminada. Mat. nº 134.873 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição do Imobiliária nº 105.092.0145-7. **1º Leilão: R$ 422.459,51**. **2º Leilão: R$ 328.348,54**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv) Imóvel Ocupado**. Desocupação pelo Arrematante; **v)** Venda *ad corpus;* **vi)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica o Devedor Fiduciante **GIL FREITAS DE OLIVEIRA –** CPF nº 270.446.738-21, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES | opea

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 27/09/2024, às 09h30 | 2º Público Leilão: 30/09/2024, às 09h30

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, (atual denominação de RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, em **LOTE ÚNICO**, os **Imóveis: 1) APARTAMENTO Nº 2,** localizado no andar térreo, do **"EDIFICIO CAMÉLIA"**, situado à Rua Gêneve, nº 390, Lauzane Paulista, 8º Subdistrito Santana, São Paulo/SP. Áreas: privativa de 39,88m²; comum de 16,91m²; e total de 56,79m². FIT 0,914723%. Mat. nº 25.678 do 3º CRI de São Paulo/SP. Insc. Imob. nº 071.083.0135-0; e **2) VAGA SOB Nº 62**, localizada no pavimento térreo da garagem coletiva dos Edifícios Azaléa, Begônia e Camélia, situados à Rua Gêneve, nº 390, Lauzane Paulista, 8º Subdistrito Santana, São Paulo/SP. Área total de 3,66m². FIT: 0,194230%. Mat. nº 25.679 do 3º CRI de São Paulo/SP. Insc. Imob. nº 071.083.0164-4 (área maior). **1º Leilão: R$ 390.189,64**. **2º Leilão: R$ 288.105,05**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv) Imóveis Ocupados**. Desocupação pelo Arrematante; **v)** Venda *ad corpus;* **vi)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica a Devedora Fiduciante **IRANEUMA RIBEIRO DOS SANTOS** – CPF nº 106.266.698-47, comunicada dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 230 LOTES - DIA: 24.09.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 24.09.2024, a partir das 08h00 - verificar Informações no site

CHASSIS: 93YRBB009NJ834511 - 9BFZK53A7DB417084 - 98861112XMK371635 - 8AD3DN6B47G043573 - 94DFFUK13JB204536 - WMEEJ8AW8DK715043 - 9BWAG4120GT514629 - 9BWDA05U0AT044113 - 93YLSR7RHCJ172142 - 9BGJC7520KB124069 - 9BGKD69U0MB246831 - WAUCFC8R0CA053227 - 93HFB2630EZ121774 - 9BGRX48909G218337 - 9BD17164G85099028 - 9BD265122F9030984 - 9BD13572AC2205822 - 9BD358AFNNYL99078 - 935SUN6AYBB569276 - 3N1BC1AS6CL351639 - 935SUNFNWFB502149 - 9BWAA05U0BT025940 - 9BD195A4ZM0920726 - 9BGRJ69409G260641 - 9BGJC6930FB237598 - 95PJN81EPEB062073 - 9BD195102E0552575 - 9BWAB45Z8G4053230 - 94DBCAN17MB204057 - 8BCLCRFJYCG525020 - 9BGKD69U0MB253091 - 9C6RG3850R0051977 - 9C2KC2200RR619920 - 9BD281A22MYV95277 - LJ11KAAC9M1301231 - 9BD119609D1094315 - 988675139PKL95224 - 9BD17206G73294460 - 93YBSR2VH9J055747 - 1C4NJCAAXFD125200 - KNAMH817BE6582665 - 9BGKT69L0EG292411 - 9BGAB69W09B116457 - 9BGJB75Z0FB173204 - 9C2KF5220PR010920 - 9C6RG3160R0123912 - 99HSHT175RS000617 - 9C6RH1150R0028639 - 99KTCJ7ZJRM402983 - 9C6DG2550J0005256 - 3GNCL53779S604751 - 93YJA00253J411316 - 9BFZH54L4L8454359 - 9BGTU75W07C180708 - 9BD17140LB5735487 - 93YADC1L6DJ227692 - 9BD17164LA5400490 - 9BFZF55P8B8124598 - 93YVBU4L1FJ502812 - 9BM9790166B499120 - 93YRBB008MJ391024 - 9BD19240R73063215 - 9BGKS48G0GG114417 - 9BFZH55L7J8001204 - 9BWDB49N8DP006827 - 9BGRX48908G106815 - 8A1BB8B058L996153 - 9BGXL68609C136599 - 9BWKB45UXFP113157 - 9BGJB7520KB158798 - 9BWDA05UXAT102258 - 9BWAA05ZX94090150 - KMHNU81CDAU102100 - JMYXTCW4WCU001388 - 3C4PFABB4ET236310 - 9BD1105BCC1552275 - 93Y5SRFH4KJ649373 - 9BD195152D0354249 - JF1GH7LW49G050649 - 9BWAB05Z2C4036894 - 8AWPB05Z0BA505297 - 8A1LZLH0TGL278242 - 9BGKB48B0EG360212 - 9BWDA45U6ET178279 - 9BGRX48907G226672 - 9BWKA05Z674028553 - 935SUN6AYBB554732 - 9BD15822A96235875 - 9BD223156C2026191REM - 93HES16803Z115196 - 9BD195152C0144556 - 9BWAA05UXAT154489 - WBAFA11075LT55441 - 9BGKS48B0EG262219 - 9BWKA05Z564200652 - 9BFZF10A098317351 - 9BWDB45U6FT016442 - 95PJN81EPGB095629 - 9BWAB49NXDP004094 - 9BGJC69X0EB226384 - 9BGRZ0810AG190839 - 9BGPB68M0DB233826 - 9BD17309C64158795 - 9BD11812KC1187558 - 9BD198211B9002511 - 9BWAA05Z394152178 - 9BFZE16F388916586 - 9BD358A4NJYH37304 - 9BGRM6940AG227806 - 9BWCA05W08P060621 - 9BGTU75C0AC115899 - KMHJM81BP7U627644 - 9BWKA05Z174074937 - 9BD27807222356994 - 9BFBSZGDA7B589561 - 9BD27855MC7412201 - 9BWKA05Z564125404 - 9BD578141E7785080 - 9BGXL68607B198744REM - 935CHRFN08B515393 - 9BD118181B1143607REM - 9BWAB05U9BT047724REM - 9BD11812EB1158932 - 9BFZF54P4D8463976 - 9BFZB55PXD8815520 - KMHJN81BBAU143448 - 94DJBAL10EJ910374 - 9BFZK53A2DB424878 - 9BWDA45U2ET141696 - VF7RDRFJW9L519608 - 9BFZE12P478868125 - 9BD195152B0027984 - 9BWDA05U8CT014392 - 8AGSU19F0ER116067 - 9BWDA05U7DT191226 - 8AD3CN6BTAG013174 - 9BWZZZ376WP033236 - 93ZM2ARH088800529 - 9BWAA05W3DP116844 - 935FCKFVYAB500771 - 9BWAA05U5DP001130 - 9BWAA05U9CP062074 - 3GNFL7E54CS587600 - 93Y5SRD04GJ961842 - 9BGCA80X0CB212582 - 9BD197134E3118181 - 9BWDA45U3GT004060 - 9BFZH55L0J8473535 - 9BGJB75E0GB174006 - 93YBB8B157J828791 - 9BWAA05U5BP015381 - 9BFZF10B568469291 - 8AD4CRFJWDG054980 - 9BRBD48E6E2608257 - 93HFB9640GZ234146 - 8BCLCRFJYAG504665 - 9BD376A3BRYB73858 - 9C2KD0540DR147073 - 9BD1196GDM1158834 - 1C4RJFBG8CC115207 - 9BGKT48L0FG228745 - 9BM695304DB909267 - 9BHGC813BKP086134 - 9BFZF10B378016983 - 9BGJC6920KB177694 - 8AFTZZFHCCJ424176 - 9BWAA05W7BP035391 - 94DVDUD409J153716 - 935FCKFVYAB503207 - 9BHBG51CADP024069 - LVVDB12B9BD011886 - 8A1LZLH0TGL224806 - 9BGRZ0810AG189292 - 9BGSU19F0EB163580 - 9BFZF54P3C8215846 - 9BD198211C9015548 - 93YBSR8VNCJ175013 - 9BGTR69W08B240466 - KMHJN81DP9U937440 - 9BWAG4123FT576539 - 9BD196271E2183860 - 9BFZH54L7J8135910 - 9BWAE41J0A4000634 - 935FCKFVYBB544456 - 93Y4SRZ85NJ910446 - 94DFFUK13HB100846 - 8AGSU19F0ER111273 - 93HFB2530EZ150877 - 9BGJC75Z0EB224742 - 9BRBB48E095024026 - 93HFA65308Z104426 - 93YHSR3H5JJ078347 - KMHDC51EAAU220822 - 93HFB9640FZ228518 - 2FMDK4KC4CBA74062 - 93HRV2850GZ169828 - 98861110XKK236476 - 9BRKC3F31R8284510 - 9BGEX76H0NB163398 - 9BHGC813BKP132451 - 9BGEP76B0NB135848 - 988226117HKA52527 - 95PACL51DLB000989 - 93XJRKB8TCCB42796REM - WV1DA22H1KA029975 - 8AJBA3CD9N1717454 - 9BD197132D3064544 - 95PJN81EPDB058075 - 9BFZF10B568446738 - 9BRB29BT5G2094642 - 988675126KKJ29062 - 9BGKT69V0KG147123 - 3N1BC1CD9CK207460.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00404432252024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de preços para Aquisições Futuras de Medicamentos nº 90005/2024.
Nº Processo: 024.00042481/2024-29
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Compra Futura de Medicamentos.
Total de Itens Licitados: 02 (dois).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00405509882024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90025/2024.
Nº Processo: 024.00053174/2024-73.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 23/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/10/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 60.770.336/0001-65 e NIRE 35 3 0005322 2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada presencialmente no dia 01 de outubro 2024, às 09h30, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.193.806/0001-46 e NIRE 35 3 0002366 8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h30, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do item 7.2 do artigo 7 do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.**2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro** - Diretor Presidente